

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**Indústria cultural e Educação Física:
o corpo na revista “Nova Escola”**

Frederico Vieira Dias

SÃO CARLOS
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**Indústria cultural e Educação Física:
o corpo na revista “Nova Escola”**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**Indústria cultural e Educação Física:
o corpo na revista “Nova Escola”**

Frederico Vieira Dias

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação, área de concentração: Fundamentos da Educação.

SÃO CARLOS

2010

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

D541ic

Dias, Frederico Vieira.

Indústria cultural e Educação Física : o corpo na revista
"Nova Escola" / Frederico Vieira Dias. -- São Carlos :
UFSCar, 2010.
153 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2010.

1. Educação. 2. Corpo. 3. Indústria cultural. 4.
Semiformação. 5. Educação física. I. Título.

CDD: 370 (20^a)

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Álvaro Soares Zuin

Profª Drª Ana Lúcia de Castro

Prof. Dr. Luiz Roberto Gomes



Handwritten signatures of the examiners: Antonio A.S. Zuin, Ana Lúcia de Castro, and Luiz Roberto Gomes.

Dedico este trabalho a todos os professores,
que teimam em não abandonar a teoria
enquanto um terreno de resistência.

AGRADECIMENTOS

Tão difícil e recompensador quanto escrever este trabalho foi rememorar todos os que contribuíram, direta e indiretamente, para sua feitura. Agradeço desde meus professores da graduação, Waldemar Marques Júnior, incansável questionador do atual estado da Educação Física e da sociedade em geral; e Marcio Norberto Farias que me acolheu e me orientou no trabalho de conclusão de curso e me apresentou o Grupo de Estudos de Teoria Crítica e Educação em 2006. Eles são os incentivadores primeiros de minha empreitada no mestrado e me sentirei eternamente endividado com eles.

Agradeço os professores e as meninas da secretaria do PPGE, que se desdobram para atender aos alunos da turma que faço parte em tempos de fortes pressões sobre o ensino superior brasileiro. A professora Ana Lúcia de Castro e o professor Luiz Roberto Gomes que compuseram as bancas de qualificação e defesa de uma maneira singular, fazendo com que meus sentimentos de ansiedade e apreensão se transformassem numa sensação de privilégio pelo aprendizado que me proporcionaram.

O grupo de estudos é um capítulo a parte. Para além dos professores Newton Ramos-de-Oliveira, Antonio Álvaro Soares Zuin e mais tarde Luiz Roberto Gomes – ao mesmo tempo admirados como mestres e vistos de carne e osso, tão próximos a nós – agradeço aos colegas Tadeu, Deborah, Renato, Roselaine, Malu, Alessandro e Gabriela, entre outros, com os quais compartilhei não somente as inquietações suscitadas pelos nossos estudos como também as dificuldades e desafios de buscar um lugar ao sol no mundo acadêmico brasileiro.

Não há como deixar de fora a Ana Paula, minha companheira de todos os momentos que não me deixou sentir desamparo em qualquer situação, que me nutriu de coragem e compartilhou tudo que aconteceu na minha vida nestes últimos anos; meus queridos amigos de Araraquara, de longa data, de longas conversas e que compartilham comigo os esforços para não nos afastarmos, apesar de cada um ter um dia-a-dia cada vez mais atribulado; minha família, pai, mãe, irmãos e sobrinhos, por todos os momentos dizíveis e indizíveis que traduzem o que sou hoje.

Agradeço ainda ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pela bolsa que viabilizou o tempo e a calma necessária para a construção deste trabalho.

Paro por aqui e espero não ter sido tão injusto e mal-agradecido.

SUMÁRIO

RESUMO	8
ABSTRACT.....	10
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: A CONSTRUÇÃO DO CORPO-MERCADORIA.....	15
1.1 – O SÉCULO XIX: O CORPO EM SINTONIA COM A PRODUÇÃO	15
1.2 – O SÉCULO XX: O CORPO, MAIS UM MERCADO A SER EXPLORADO	37
1.3 – ENQUANTO ISSO NO BRASIL... ..	60
CAPÍTULO 2: O CORPO NA INDÚSTRIA CULTURAL	66
2.1 – NOS APOIANDO EM ADORNO E HORKHEIMER	66
2.2 – PENSANDO O CORPO A PARTIR DA “DIALÉTICA DO ESCLARECIMENTO”	74
2.3 – A INDÚSTRIA CULTURAL	85
2.4 – O CORPO NA INDÚSTRIA CULTURAL	92
CAPÍTULO 3: ANÁLISE DAS REPORTAGENS NA REVISTA “NOVA ESCOLA”	103
3.1 – A METODOLOGIA	103
3.2 – A REVISTA “NOVA ESCOLA”	107
3.3 – AS ANÁLISES	114
3.3.1 – UMA NOVA EDUCAÇÃO FÍSICA, UM NOVO CORPO PARA ELA?	114
3.3.2 – O PESO DOS PCN: O CORPO CIDADÃO	120
3.3.3 – O CORPO COOPERATIVO	122
3.3.4 – O CORPO GINÁSTICO	125
3.3.5 – O CORPO OLÍMPICO	127

3.3.6 – O CORPO NA MÍDIA	130
CAPÍTULO 4: CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS	135
APÊNDICES	146
QUADRO 1: Descrição das sessões que compõem a revista e suas mudanças ao longo do período analisado de acordo com o índice dos exemplares.	146
QUADRO 2: Relação das matérias selecionadas para análise e breves descrições das mesmas.	149
QUADRO 3: Relação das matérias que compõem cada uma das categorias criadas.	153

RESUMO

No presente trabalho dedicamo-nos a discutir a crescente preocupação dos indivíduos com seus próprios corpos, suas aparências físicas. A pressão social que se impõe sutilmente através de modelos de beleza não pode ser tratada apenas como fruto de vaidades individuais, ou seja, sentimento considerado até certo ponto como natural. Isso corresponderia a uma distorção do real problema fazendo com que as questões filosóficas e políticas ligadas à questão corporal passassem despercebidas e isentas da análise crítica do indivíduo, transformando-se praticamente numa heteronomia, em algo dotado de vida própria que se impõe aos indivíduos sem possibilidade de questionamento ou fuga. Assim, o referencial frankfurtiano – principalmente Adorno e Horkheimer – traz importante contribuição para este debate evidenciando, acima de tudo, a dialética que a imposição desta verdadeira pedagogia corporal estabelece com a formação do sujeito, superando assim o arrazoado de que o corpo simplesmente hospeda a mente. O que nos possibilita, no extremo, dizer que o corpo é a mente, é a consciência encarnada e que, portanto, o debate sobre estereótipos corporais repercute diretamente na formação do indivíduo e não é objeto de uma questão desprezível, meramente de aparência.

A escola como um todo arca com os reflexos desta superexposição do corpo, da qual a indústria cultural é protagonista central, e da consequente preocupação exagerada com a aparência física. Dentre todas as matérias escolares é a Educação Física que lida mais diretamente com este paradigma além de historicamente ter dado sua contribuição para o estabelecimento do ideário social sobre o corpo humano, o que nos leva, buscando entrecruzar estes dois aspectos – a presença da temática para a Educação Física e a veiculação midiática do corpo perfeito – nos propomos a analisar a revista “Nova Escola”. Publicação declaradamente educacional e subsidiada por dinheiro público, nos interessamos em investigar que tipo de concepção corporal está presente em suas páginas, em que medida esta publicação – que imaginamos menos regida pelas regras da indústria cultural e mais preocupada com a educação formal – contribui para o avanço do debate sobre a questão corporal em ambiente escolar.

É isso que fazemos no presente trabalho, dividido em quatro capítulos dedicando a primeira parte a um resgate histórico da questão corporal, de como se estabelece o clima necessário para a coisificação corporal. No segundo capítulo aproximamos a questão do cotidiano atual e da ideia de indústria cultural, para no terceiro capítulo esmiuçarmos a publicação que escolhemos como objeto de investigação. Na última seção de nosso trabalho apresentamos nossas conclusões.

Por fim, não identificamos uma clara oposição da publicação estudada em relação à coisificação corporal que dificulta severamente o estabelecimento das experiências formativas, base da construção da autonomia do sujeito.

Palavras-chave: corpo, semiformação, Educação Física, indústria cultural.

ABSTRACT

The present work is dedicated to discuss the growing worry of individuals with their own bodies, their physical appearance. The social pressure that is subtly imposed by means of beauty models can't be treated only as result of individual vanities, namely, feeling considered natural to some extent. It corresponds to a distortion of the real problem, making philosophical and political questions connected to the corporal question not to be realized and keeping it immune to critical analysis from individual, and transforming it practically in an heteronomy, in something gifted with self will that is imposed to individuals without possibility of questioning or escape. Thus, the frankfurtian referential – specially Adorno and Horkheimer – brings an important contribution for this discussion evincing, above all, the dialectic that the imposition of this truly corporal pedagogy establishes with the subject's formation, surpassing thus the **reason** that the body is simply houses the mind. It makes possible, in the extreme, to say that the body is the mind, that it is the materialized conscience and that, therefore, the discussion about corporal stereotypes reverberates directly in the individual's formation and is not object of an unpretentious question, merely about appearance.

The school as a whole handles with the reflexes of this bodies super exposition, from which the cultural industry is the central protagonist, and of the consequent excessive worry about physical appearance. Between all scholar subjects, it is the Physical Education that treats more directly with this paradigm, and furthermore it is the scholar subject that gave its contribution for the establishment of the social idealization about human body, and it bring us, trying to cross those two aspects – the urgency of this thematic to the Physical Education and the perfect body exposition by media – to purpose the analysis of “Nova Escola” magazine. Publication declaredly educational and subsidized with public resources, we are interested to investigate what kind of corporal conception is present in its pages, and how well this publication – that we imagine less ruled by cultural industry and more worry with formal education – contributes to the advance of the discussion about the corporal question in scholar ambient.

That is what we do in the present work, divided in four chapters, dedicating the first part to a historical rescue of corporal question, of how is established the necessary climate for the corporal reification. In the second chapter we approach the question to the actual everyday and to the cultural industry, and in the third we make the scrutiny of the publication that we choose as investigation object. In the last chapter of our work, we present our conclusions.

Finally, we do not identify a clear opposition between the studied publication and the corporal reification that turns severely difficult the establishment of formative experiences, base of the subject's autonomy construction.

Key-words: body, semi-formation, Physical Education, cultural industry.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho ocupa-se da questão corporal colocada hodiernamente. Mais precisamente de como os padrões corporais sutilmente tirânicos dialogam com a experiência formativa, com o processo educacional e o amoldamento das personalidades. Considerando que a escola não existe num mundo paralelo – por mais que em muitas vezes ela assuma ares de total independência – e que é neste mundo que a veiculação de uma imagem corporal perfeita, lisa, plástica se impõe, torna-se legítima a preocupação com este tema. Jornais, revistas, televisões, *outdoors*, panfletos, vitrines e espelhos de academias de musculação exibem tais corpos, sendo no ambiente escolar a educação física diretamente atingida por tal padronização. Este comportamento da *mass media* nos parece contribuir para a viabilização de uma postura antiformal, que não está aberta a novas possibilidades e experiências que contrariem o corpo enquanto uma máquina de performance e beleza, máquina esta que, se não foi totalmente construída ao longo da história do capitalismo, conhece no ápice deste regime político-econômico seu mais rápido crescimento. Adorno (1995c, p. 149-150) já havia dito, em seu tempo, que um dos maiores problemas e o mais característico da semi-formação é que as pessoas não estão mais dispostas à experiência formativa, detentora de uma temporalidade única, diversa do utilitário e acelerado cotidiano que se vive nos dias de hoje. Ora, hoje em dia anda-se de bicicleta para perder a barriguinha e não mais para se divertir, admirar uma paisagem – onde elas ainda existem para serem admiradas – ou conhecer a cidade; não se nada mais descompromissadamente, ao léu, e sim para esquecer o dia estressante, tonalizar os músculos, aumentar a capacidade respiratória, e por aí afora.

Porém, não existe entre estes meios de comunicação que contribuem diariamente para a disseminação desta lógica uma voz dissonante? A revista “Nova Escola” poderia ser vista como esta exceção, já que ela se coloca como ferramenta de atualização do professor a serviço da melhoria da educação no Brasil e sem nenhum fim lucrativo. Então, colocamos a seguinte questão: em que medida tal publicação educacional se diferencia – se é que se diferencia – no tocante a questão dos estereótipos corporais expostos pelos meios de comunicação que compõem a indústria cultural? Ou em outras palavras: a lógica posta nesta publicação pretensamente educacional converge ou diverge e em qual medida o faz em relação ao discurso majoritário que rapidamente comentamos até aqui?

“Na perspectiva do sensualismo, que triunfa quando começa o período estudado neste livro [o século XIX], o corpo é o lugar das sensações. O fato de se provar a si próprio constitui a vida, a origem da experiência, a temporalidade vivenciada [...]” (CORBIN, 2008c, p. 7).

Parece que, assim como Horkheimer (2007) entende que a razão instrumental é fruto da radicalização de uma das dimensões da razão humana, Corbin entende que o corpo noutros tempos também tivera sua dimensão objetiva em verdadeiro destaque, articulada organicamente com sua dimensão subjetiva e não cindida dela, relegada a segundo plano. Com o passar do tempo o indivíduo deixou de ser ele próprio encarnado e passou a encarnar a propaganda de si mesmo. Não deve haver espaço para qualquer nostalgia idílica aqui, mas procuraremos indicar se este tempo de fato ocorreu e quais determinantes históricos fizeram com que ele deixasse de prevalecer. Mais a frente o autor anuncia: “É o restabelecimento de um equilíbrio entre essas duas perspectivas [do corpo objeto e do corpo próprio] que este livro procurará encontrar” (CORBIN, 2008c, p. 8). No entanto, fica a questão, de bases frankfurtianas: a que custo seria possível essa reconciliação? Os avanços científicos provenientes da racionalização do corpo são inegáveis, mas a que custo? Teriam sido necessários se o corpo fosse tratado em sua amplitude real, natural? Seriam necessários numa outra sociedade que não a capitalista? Questões estas que se não fazem parte do objeto central deste estudo, ao menos figurarão como pano de fundo ao longo dele.

O primeiro capítulo ocupa-se então de um esboço histórico de como o corpo vem sendo, desde a revolução industrial, alvo de interesses sociais conflitantes que se efetivaram historicamente como dominação de uma classe por outra. No segundo capítulo trazemos para a reflexão os pressupostos frankfurtianos, destacadamente os elaborados por Adorno e Horkheimer, para nos ajudarem a entender o corpo hodierno como resultado deste processo descrito no primeiro capítulo. A questão da indústria cultural, posta por Horkheimer e Adorno (2006) nos atrai particularmente, por apresentar a possibilidade de discutirmos as possíveis implicações que o corpo midiaticizado pode trazer para a educação física. Confirmando o existente, este recente ramo da indústria de características capitalistas desempenha importante papel no estabelecimento de uma espécie de pedagogia dos corpos que se coloca nos dias de hoje. Daí então é que, no terceiro capítulo, nos preocupamos em investigar como a Educação Física escolar vem lidando com este paradigma, especialmente pelo viés da indústria cultural que destacamos logo acima, e como objeto desta investigação escolhemos a revista “Nova Escola”, reconhecida nacionalmente como veículo primordial da formação continuada dos professores brasileiros. Quando a fundação que edita tal revista se coloca norteadada pela missão de “Contribuir para a melhoria da qualidade da Educação Básica no Brasil, produzindo publicações, sites, material pedagógico, pesquisas e projetos que auxiliem na capacitação dos professores, gestores e demais responsáveis pelo processo educacional” (FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA, 2008) deve então ser cobrada pelo processo de constante repensar crítico que a edu-

cação emancipatória tem por objetivo. Ainda mais quando ela se sustenta em boa medida com dinheiro público já que o Ministério da Educação e Cultura (MEC) adquire mensalmente milhares de exemplares e os distribui pelas escolas de todo o Brasil.

O que se nos apresenta como resultado de nossos esforços é uma revista que pouco dialoga com os fundamentos histórico-filosóficos do corpo, mostrando-se pouco diferente da maioria das outras revistas de cunho declaradamente comercial, estreitando assim os horizontes no que diz respeito a uma reorientação da Educação Física que problematize o atual ideal de corpo humano.

CAPÍTULO 1: A CONSTRUÇÃO DO CORPO-MERCADORIA

Buscaremos neste capítulo identificar quais pontos na história do corpo foram significativos para que chegássemos hoje a entendê-lo e tratá-lo quase como o artesão trata a argila: matéria-prima a ser moldada. Não sendo este um trabalho destinado somente a esta recuperação histórica, tomamos como ponto de partida o cotidiano da revolução industrial por entendermos ser este momento determinante para a conformação social atual na qual nossa problemática se insere, o que indubitavelmente não exclui interpretações históricas mais longas.

1.1 – O SÉCULO XIX: O CORPO EM SINTONIA COM A PRODUÇÃO

Nos dias de hoje o corpo parece ter se tornado uma coisa, como natureza morta parece passível de manipulação. Assim como o homem manipula o aço e constrói um utensílio, a exemplo da faca, o corpo hoje também pode ser construído. Corta, estica, aumenta, diminui, esconde, disfarça, põe silicone, tira silicone, bronzeia natural e artificialmente, e por aí em diante. Isso suscita uma questão de cunho filosófico: qual é o meu corpo mesmo? Onde ele está agora que construi um novo corpo para mim? Este que vejo no espelho sou eu mesmo? Aquele entendimento de que só existimos encarnados e de que, portanto, não possuímos um corpo, mas o somos de fato, teve de ser relativizado para que chegássemos a este nível. E isso não se deu da noite para o dia.

O século XIX nos parece chave para entendermos como o corpo assumiu no imaginário social este aspecto de coisa, que possibilita uma relação instrumental entre o indivíduo e seu próprio corpo. Hobsbawn compôs na tríade “A era das revoluções: 1789-1848”, “A era do capital: 1848-1875” e “A era dos impérios: 1875-1914” a ideia de longo século, dando a dimensão da importância que ele tem para analisarmos a humanidade após os anos de 1800. Tentaremos nos ater àqueles fatos que representam alguma importância em relação a esta nossa assertiva de que este é o século no qual se começa a reduzir drasticamente o entendimento sobre o corpo humano e no qual se viabiliza a construção de um imaginário social instrumentalizado acerca do mesmo. Soares e Terra (2007, p. 103-105) nos subsidiam em relação ao empobrecimento do conhecimento sobre o corpo, pois mostram que até meados do século XVII os conhecimentos produzidos pela medicina se baseavam numa anatomia astral que entendia o corpo humano em íntima relação com o universo, eram microcosmos correspondentes ao macrocosmo de tal forma que a filosofia e a astronomia estavam na base dos conhecimentos medicinais – uma tentativa de explicação que, embora atualmente deva ser interpretada como fantasiosa, não abria mão de uma interpretação mais orgânica entre corpo e alma, menos reduzida ao estado biológico. Ao longo dos dois séculos que precedem este recorte

temporal, ou seja, de 1600 a 1799, vão sendo preparadas as bases para uma massificação e solidificação do conhecimento objetivado do ser humano, e a evolução da anatomia dá mostras disso. Soares e Fraga (2003, p. 80) também dão destaque ao século XIX na tarefa de entendermos como se solidificou a subjetividade que alicerça o ideal de corpo humano atual: “A idéia de que o corpo em sua exterioridade traduz uma posição moral interna tem sido largamente tratada no Ocidente desde o século XVIII e, mais acentuadamente, a partir do século XIX, pelos discursos médico, jurídico, pedagógico e literário”. Acrescentaríamos aqui o discurso religioso: “O corpo, que o padre de Ars nunca chama senão de ‘o cadáver’, compromete a alma com os instintos e impede-a de elevar-se rumo à pátria celeste. [...] se a alma não modera o corpo, este, tal como o dragão, há de levantar-se para avassalá-la” (CORBIN, 2009, p. 407).

Outro motivo para partirmos do século XIX é o de que neste século acontece a inclusão da Educação Física como disciplina escolar, no caso francês de forma oficial em 1869 com sua efetivação prática acontecendo posteriormente (GLEYSE, 2007b, p. 140-141). Processo análogo acontece no Brasil (TABORDA DE OLIVEIRA, 2007, p. 120-121) e na Argentina (AISENSTEIN, 2007, p. 23). Estes são marcos importantes para a definição de como se deu a institucionalização de uma pedagogia corporal oficial, pois bem sabemos que ela já existia sorrateiramente no contexto escolar (TABORDA DE OLIVEIRA, 2006).

Antes de continuarmos, entendemos ser importante destacar que a partir do referencial teórico frankfurtiano não trataremos a história de um ponto de vista evolucionista ou progressista. Essa concepção há muito deixou de representar uma ingenuidade para assumir os traços de uma ideologia justificadora da fé na tecnologia e no progresso. No que tange a história do corpo o exemplo de como os estupros¹ foram tratados ao longo do século XIX, ou a influência da foto nas artes² ou ainda o uso de anestésicos no campo da medicina³ bem como outros aspectos que serão abordados ao longo de todo o trabalho, para o bem ou para o mal, desmen-

¹ No início do século XIX o estupro era tratado como um ataque corporal de prejuízos físicos e por eles caracterizado. Principalmente a partir do advento da psiquiatria passa-se a enxergar o prejuízo psicológico deste crime (CORBIN, 2008b, p. 312) o que pode ser encarado como indício de uma concepção menos dicotômica entre corpo e alma. Isso não garantiu um avanço incondicional já que na religião permanece muito forte uma economia dos pecados da carne calcada radicalmente nesta cisão.

² O nu artístico ainda representava um corpo ideal, algo construído subjetivamente e sem muita conexão com a realidade daquele momento, por isso passível de manipulações mil. Com a foto advogando para si a propriedade de retratar a realidade em sua inteireza a própria arte é repensada refletindo uma maior preocupação com os traços das pinturas de forma que se aproximasse mais da realidade, quase rivalizando com a fotografia (ZERNER, 2008, p. 124-127). De um certo ponto de vista representa um retrocesso na medida em que a arte ficaria muito colada à realidade, quase como uma mera reprodução dela.

³ Moulin (2008, p. 45) nos dá outro indicativo ao mostrar que o tratamento da dor não representa uma história linear. A medicina antiga já fazia uso de plantas analgésicas ao passo que num passado não muito distante as próprias operações se realizavam sem anestésicos.

tem esta concepção evolucionista. Coabitaram na história humana, e consequentemente na do corpo, concepções progressistas e retrógradas, e raramente o progressismo culminou num avanço inequívoco e linear.

Começaremos a caracterizar o imaginário social sobre o corpo no século XIX destacando que podemos considerar este período senão como nascedouro da noção de indivíduo, seu momento de rápida ascensão. Falar em corpo humano antes disso é falar de um corpo social, pois é somente na modernidade⁴ que as condições objetivas favorecerão a formação da personalidade individual em larga escala. Até então o dia-a-dia feudal, de vassalagem e parcas condições de vida, não autorizava o sujeito a pensar além dos processos coletivos de subsistência e, mais que isso, limitava o horizonte da plebe que havia sempre de se preocupar com o dia seguinte tendo pouco espaço e pouca perspectiva para pensar a longo prazo em sua própria vida. A autoridade religiosa católica reinante em quase toda Europa também desautorizava a noção de individualidade estabelecendo a determinação divina dos destinos de cada um, aos quais cabia apenas fazer o que tinha de ser feito, esperar pelas ordens vindas do céu e viver diariamente segundo as diretrizes celestiais. A espontaneidade e a iniciativa individual eram guardadas a uns poucos nobres. Para o bem e para o mal, é a transição para o capitalismo, o surgimento dos burgos e depois das cidades que trarão um novo formato político-econômico de sobrevivência que dará bases para o desenvolvimento da noção de individualidade.

É comum termos que o movimento Renascentista começa a trazer um novo clima cultural, ponto de partida para o rompimento com as amarras dos tempos feudais. Tal raciocínio parece levar Michelle Perrot (2009, p. 8) a afirmar que, somado a este movimento, a declaração dos direitos humanos institui o indivíduo juridicamente, num dos poucos momentos em que a justiça se antecipa à realidade e não apenas a confirma, sancionando práticas já corriqueiras. No cotidiano levaremos, ainda segundo a autora, todo o século XIX para desenvolvermos solidamente a ideia de indivíduo porque isto significava romper com muitas tradições, as quais insuficiente e rapidamente mencionamos logo acima. O surgimento dos prenomes que se dá no século XVIII e é acelerado ao longo do século XIX indo da aristocracia ao povo, da cidade ao campo (CORBIN, 2009, p. 392), revela a vontade do indivíduo em se diferenciar das massas. As gravações a faca das iniciais dos nomes nos troncos de árvores e nas pedras, demonstram a ânsia da pessoa em não mais se colocar apenas coletivamente na história, a constatação de que sua história é, e pode cada vez mais ser, única. Podemos considerar que foi

⁴ Não queremos entrar no extenso debate sobre o recorte temporal que melhor caracteriza a modernidade, pois este não é nosso objetivo bem como não há espaço para isto, mas com o termo estamos definindo aproximadamente o período entre os séculos XVII e XVIII, ou seja, nos balizando pelo movimento Iluminista.

dado mais um passo na trilha que revela a contradição latente que se estabelece entre a vida em sociedade e a vida do indivíduo, tal com Freud aborda em toda sua obra.

Obviamente que mudanças objetivas foram necessárias para que esta nova mentalidade se sustentasse e se espraiasse socialmente. No contexto das famílias numerosas era quase impossível a construção de quartos individuais, cômodo que reserva espaço para um encontro íntimo da pessoa consigo mesma. O banheiro, mais tarde considerado o “[...] templo *clean and decent* do inventário e da contemplação de si próprio.” (CORBIN, 2009, p. 412), ainda carecia de um mobiliário desenvolvido – muito em função dos tabus religiosos –, tal qual o conhecemos hoje e que sem dúvida tornou este cômodo num lugar mais confortável. O espelho, até então propriedade dos barbeiros e reservados aos homens, começa a chegar até o público feminino por meio dos mascates, em versões que ainda não possibilitam a visão do corpo inteiro (CORBIN, 2009, 412-415). Aliás, se considerarmos a assertiva de Corbin, de que “O espelho do corpo inteiro autorizará o afloramento da estética do esbelto e guiará o nutricionismo por novos rumos.” (2009, p. 395); podemos pensar que talvez seja com a popularização dele que o ideal de beleza da fartura (moças mais opulentas eram retratadas na pintura do início daquele século já que sua gordura representava saúde e riqueza) começa a se aproximar do ideal de magreza.

Já que falamos em saúde tomaremos o corpo agora pelo viés médico, pela contradição que parece se estabelecer no seio desta ciência que tem o corpo como objeto por excelência. No momento histórico em que acontece grande avanço científico na área, como a descoberta da vacina, o estabelecimento da anestesia, a invenção de vários aparelhos – o oftalmoscópio⁵, é um exemplo dentre vários – paradoxalmente enxergamos um declínio sobre o que se entende por corpo humano. Soares (1994) trata claramente deste empobrecimento que ocasiona e é ocasionado pelo surgimento da medicina higienista, o que corresponderia, aproximadamente, na taxionomia criada por Foucault (2005) aos segundo e terceiro estágios de desenvolvimento da medicina social: a medicina urbana e a medicina da força de trabalho, respectivamente.

A partir do momento que a classe burguesa assume além do poder econômico também o poder político e passa a ser contrarrevolucionária⁶, torna-se necessário o desenvolvimento de uma lógica naturalizante das condições degradantes de existência da classe trabalhadora. Neste momento é que ocupa papel de destaque o corpo humano, a preparação de um arquétipo

⁵ Como o próprio nome diz, trata-se de um microscópio voltado para a investigação das estruturas orgânicas envolvidas na visão, utilizado até hoje pelos oftalmologistas. Seria interessante investigar como a Igreja reagiu a este invento já que os olhos são considerados a janela da alma. Estariam os médicos investigando nossas almas?

⁶ Neste ponto Carmen Soares (1994, p. 11) se refere ao período de pós-revolução francesa, onde a classe burguesa até então ao lado do operariado e dos camponeses configurava-se como revolucionária para em seguida, ao assumir o controle da França, tornar-se contra-revolucionária frente às classes que outrora era aliada.

corporal adequado à sociedade burguesa. Sobre o corpo recairá um incalculável número de discursos e medidas para amansar os indícios de rebeldia que se tornaram evidentes principalmente a partir da revolução operária de 1848 que se alastrou por boa parte da Europa. As epidemias e o esgotamento físico não poderiam ser ligados às condições precárias de saneamento básico e nem às jornadas de trabalho de até 16 horas diárias, deveriam, pois, serem entendidas como falha dos próprios trabalhadores que se entregavam ao alcoolismo e a vida boêmia, “[...] é este discurso que incorpora a Educação Física e a percebe como um dos instrumentos capazes de promover uma assepsia social, de viabilizar esta educação higiênica e de moralizar os hábitos” (SOARES, 1994, p. 16). Assim ocultava-se a culpa do regime capitalista sob o comando burguês em relação à miséria que se alastrava e a vítima – a classe trabalhadora – transformava-se em culpada com uma “mãozinha” da Educação Física. Não é por acaso que este tipo de discurso médico se desenvolveu primeiramente na Inglaterra (FOUCAULT, 2005, p. 95).

Detalhando um pouco mais a questão do alcoolismo, percebemos que os interesses burgueses por trás desta temática são mais nuançados do que o raciocínio imediato pode supor, ou seja, a bebida não é meramente vilã da ascensão capitalista. Se a burguesia condenava o alcoolismo porque este desgraçava o corpo do operário que sustentava sua riqueza, colocava em xeque o modelo familiar monogâmico, proporcionava momentos de contato social entre as massas, entre outros fatores, o desenvolvimento do modo de se beber revela a outra face da questão. A paulatina passagem da bebedeira pública para o consumo mais racional e privado, porém crônico (CORBIN, 2009, p. 541), nos estimula a pensar que a desordem das ideias que a bebida provoca deve ser mantida, bem como seu efeito de tornar a vida desgraçada um pouco mais palatável. Ora, os próprios operários se colocam contra a bebedeira porque ela os desarticulava enquanto classe. Daí que se torna bastante plausível que o ataque burguês contra o alcoolismo não era total, mas sim contra os efeitos colaterais provocados por ele que ameaçavam a próspera ordem industrial. É necessário que coloquemos esta nossa assertiva entre aspas, já que esta fronteira entre as benesses e os empecilhos da bebedeira para o capitalismo industrial não é muito clara e nem fácil de estabelecer. Há um intervalo muito estreito entre a dose que estabelece a desordem das ideias sem maiores comprometimentos físicos e morais e, a bebedeira que se faz sentir inclusive no dia posterior; além do que os patrões não tinham total controle sobre a quantidade de bebida que seus operários consumiam.

Havia na academia um discurso parcial: “O otimismo suscitado pelo desejo de não prejudicar a industrialização leva os especialistas da monarquia censitária [...] a denunciarem o exagero das queixas [dos operários]” (CORBIN, 2008d, p. 316-317). A função do operariado

era tocar a máquina do capitalismo industrial, e não freá-la com suas críticas. Seus corpos robustos e rudes, afeitos às proações físicas facilmente suportariam o labor fabril, suas almas preguiçosas é que criavam empecilhos. Ora, a expectativa de vida dos mineiros e vidraceiros parece-nos suficiente para questionar médicos e engenheiros que acusavam os trabalhadores de queixas exageradas. Eram respectivamente 38 e 37 anos de vida (CORBIN, 2008b, p. 320-321).

Corbin distingue *grosso modo* três fases da investigação do ambiente fabril e dos operários que nele trabalhavam. A primeira, que vai até o limiar dos anos 1840, tem uma visão estreita: “A qualidade do ar, da água, do aquecimento e da iluminação da fábrica, a natureza da matéria trabalhada, o efetivo de operários segundo a idade e o sexo são suficientes para avaliar riscos e malefícios” (CORBIN, 2008b, p. 317). Esta estreiteza é alargada a partir do final dos anos de 1840 até a metade do século XIX e as vestes, alojamento, alimentação, tempo de descanso entre outras coisas passam a ser consideradas quando se fala do ambiente de trabalho fabril (CORBIN, 2008b, p. 318). Por fim, a fase subsequente, a terceira, que se alonga até a Primeira Guerra Mundial parece operar um certo retrocesso ao retomar as bases da primeira fase investigativa, porém enriquecida pelos avanços no campo biomédico, sejam eles principalmente os estudos de Pasteur e da microbiologia (CORBIN, 2008b, p. 319).

Esta pedagogia dos corpos operada no cotidiano fabril parece ter sido de fato eficiente. Alain Corbin corrobora o raciocínio que esboçamos com as palavras de Carmen Soares. Nas raras vezes em que o direito de fala é dado aos operários daquele período, eles se mostram em grande parte já cooptados por uma sociedade classista e se orgulham em negar as dores do dia-a-dia como prova de robustez ou por imaginarem se tratar de pesquisas que os possam prejudicar perante seus patrões.

Caroline Moriceau, por sua vez, menciona o orgulho de exercer uma profissão perigosa. Muitos acreditam que são as qualidades pessoais que fazem com que essa tarefa penosa seja confiada a um operário, por que eles seriam considerados como mais adestrados ou mais robustos do que os outros (CORBIN, 2008b, p. 323).

O que escapa à percepção destes trabalhadores é que tal aptidão é na verdade quase uma imposição posta de cima para baixo e da qual os donos dos meios de produção tiram seus lucros crescentes. Ou se submetem a estas condições degradantes camuflando, por meio deste discurso, a sensação de exploração, ou passam fome. Perrot (2009, p. 7) e Adorno (2008b, p. 90) parecem concordar que se anteriormente as massas não tinham nada a perder, viviam vi-

das absolutamente miseráveis, já nos interstícios do século XIX haviam adquirido um mínimo de posses e conforto e que agora, tendo este pouco a perder, tornaram-se mais fáceis de serem submetidas. A crença nesta robustez imposta parece ser tão grande que os cuidados em proteger os operários durante o manuseio das máquinas é praticamente inexistente. Isso revela também que os proprietários das fábricas não queriam perder um minuto de produção que fosse e os trabalhos de manutenção eram feitos com a máquina em movimento, com suas engrenagens e correias expostas de forma que os acidentes de trabalho eram quase sempre muito graves e em números cada vez mais alarmantes, chegando a serem classificados como carnificinas (CORBIN, 2008b, p. 324-326).

O acidente é, então, imputado à negligência ou à imprudência dos operários, quando não são acusados de embriaguez. Os costumes, os hábitos de trabalho, a ostentação do saber-fazer, incitam ao não respeito pelos regulamentos da fábrica, mal expostos e pouco legíveis. Os feridos não tem o benefício de nenhum seguro (CORBIN, 2008b, p. 327).

A abordagem ambivalente que Adorno (2008a, p. 115-116) encontra nas colunas astrológicas já em meados da década de 40 do século XX parecem acontecer desde há algum tempo. Segundo ele, as recomendações da coluna astrológica publicada no jornal “*Los Angeles Times*”, objeto desta sua análise⁷, sugerem que os explorados devem entender seus padrões que os mantém numa condição subalterna devido às personalidades inseguras dos chefes, que veem nos subordinados qualidades que os ameaçariam em seus cargos dirigentes. A ambivalência reside no frequente elogio ao chamado espírito empreendedor, aos indivíduos que por usa conta e risco se aventuram na vida buscando o crescimento, mas ao mesmo tempo também é elogiado o meio-termo, o autocontrole e, neste caso, o empregado que cômico de sua força deve ter clemência de seu patrão. Ora, esta explicação claramente forjada encobre a realidade de que a ameaça do desemprego ou até mesmo uma regressão psíquica (que identifica o patrão com o pai, como a mão que bate, mas também agrada pelo bem do próprio filho) é que mantém o subordinado em seu lugar. No caso dos empenhos físicos, o argumento da força

⁷ Devemos considerar em qual contexto Adorno escreve este texto. Trata-se de seu fecundo exílio nos Estados Unidos durante a ascensão do nazismo na Alemanha e na Europa, entre 1938 e 1946. Após um período de primeiros contatos entre a cultura europeia tradicional que Adorno trazia e a modernidade do contexto estadunidense, os estudos que este autor desenvolveu se orientaram para pesquisas empíricas, já que a cultura científica daquele país onde então se abrigava era ainda mais marcada pela utilidade, pelo resultado imediatamente aplicável. Adorno então se interessou em realizar estudos que neste espírito não abandonassem suas raízes sócio-filosóficas resultando em trabalhos acerca do clima cultural ali posto como este que referenciamos.

parece desempenhar papel análogo e tornar menos insuportável a condição de exploração e descaso.

Estes aspectos sócio-políticos que levantamos, de fato se fizeram presentes, embora não possamos deixar transpassar uma visão unívoca. Como já dissemos o século XIX é bastante complexo e dificilmente podemos generalizar uma assertiva sobre os fatos que nele ocorreram. Não é diferente com a visão de corpo que a classe médica possuía naquele momento.

Quem faz bem esta ressalva é Faure (2008). O próprio autor reconhece que o fato de hoje em dia, quando nos referimos ao nosso próprio corpo, dificilmente deixamos de utilizar algo que se aproxima de um vocabulário técnico, cunhado principalmente pela medicina, indica algo mais que uma simples incorporação deste vocabulário pelas massas.

Longe de ser inconsequente, essa terminologia orienta nossa representação e nossa experiência do corpo. O vocabulário técnico que utilizamos nos permite fazer de nosso corpo um objeto exterior com o qual podemos tomar um mínimo de distância e afastar as inquietações que ele nos inspira (FAURE, 2008, p. 13).

No entanto, o autor entende que “A idéia de que a medicina ocidental teria aniquilado, há dois séculos, a existência do enfermo e a autonomia do indivíduo ao despedaçar o corpo e a doença é, sem dúvida, uma visão caricatural” (FAURE, 2008, p. 14). Manuela Hasse parece entender da mesma forma ao apontar que a medicina é fundamental na revelação do corpo submetido durante longo tempo à escuridão pela cultura medieva e pela institucionalização do cristianismo (2003, p. 59-60). A visão biologicista tem o mérito de colocar em pauta o corpo humano, já que esta pauta foi excluída na Idade Média.

De fato esta fragmentação do corpo humano não ocorre somente por causa da medicina e muito menos exclusivamente neste século, ou pior ainda, em alguns anos. Porém, é inegável que este processo, que ainda encontra-se em curso e em estágio avançado nos dias de hoje, deve muito à medicina localista e fisiologista fundada naquele século. Mais a frente Faure complementa:

Hoje é de bom tom criticar uma medicina especializada, tecnicista, na qual o médico trata de um órgão, uma disfunção, e não mais da pessoa nem mesmo do corpo doente. Esta enorme tendência [da medicina localista] está em vigor há pelo menos dois séculos. Longe de demonstrar um original desinteresse pelo humano, ela é expressão de um novo humanismo. Além de permitir o aumento dos conhecimentos sobre o organismo, senão um aperfeiçoamento dos tratamentos, ela não visa

única e exclusivamente a reduzir o paciente ao estatuto de objeto de estudos (FAURE, 2008, p. 16).

É inegável que este novo humanismo operado principalmente a partir do movimento iluminista tenha revolucionado o mundo ao tirar Deus do centro da vida e colocar o homem neste lugar, como dono de seu próprio caminho e não mais predestinado pelos céus. Mas, é exatamente sobre este novo humanismo, sobre este máximo controle da natureza e destruição dos mitos que Horkheimer e Adorno (2006) tecem sua crítica. Mais distantes no tempo e por isso mesmo com maiores possibilidades de análise do que estava acontecendo naquele período do que as pessoas que nele viveram, os autores identificam neste impulso iluminista de colocar o homem como senhor da natureza através do conhecimento rigorosamente científico, um fator crucial para ultrajarmos a natureza. Crochík (2005) nos lembra que a natureza reaparece nos marcos de nosso desenvolvimento extremo, pois recalcada que foi não se encontra extinguida, mas à espreita, pronta para explodir como a bomba de Hiroshima literalmente testemunhou nos interstícios da tecnologia mais avançada o regresso mais bárbaro: “É a vingança da natureza, que dominada volta a dominar a cultura” (CROCHÍK, 2005, p. 118). Ora, este domínio da natureza se deu pelo que os autores chamam de racionalidade instrumental e a prometida emancipação do homem concretizou-se numa substituição da mitologia por uma ciência mitificada. Em seu texto “Experiências científicas nos Estados Unidos”, Adorno (1995a, p. 151) ilustra bem este modelo de ciência ao citar o caso de um jovem pesquisador que lhe pede prognósticos a respeito da aceitabilidade do jazz entre os mais jovens ou mais velhos, se na cidade ou no campo, etc. Adorno diz: “Respondi a essas perguntas [...] valendo-me simplesmente do senso comum e como teria respondido, provavelmente uma pessoa desembaraçada, não tolhida pela ciência”. Ao verificar em seus estudos que estas “profecias” se concretizaram, o jovem pesquisador “[...] atribuiu o resultado favorável não ao bom senso que eu empregara, mas sim a uma espécie de aptidão mágica para a intuição”. Se em muitos aspectos o progresso e evolução possibilitaram maior conforto e tranquilidade para a vida humana, noutros o próprio ser humano foi tolhido, desautorizado a especular.

Este humanismo que Faure cita é um humanismo de cunho positivista, de radicalização da ciência empírica pautada pela progressiva desvalorização da teoria, pela ênfase na observação, na ocorrência constante dos fatos, modelo ao qual a medicina não escapou. Não é por acaso que atualmente uma das maiores buscas dos cursos superiores de medicina seja formar um médico que dê mais atenção ao paciente, haja vista as queixas de que os médicos de hoje

em dia sequer olham para o rosto de quem estão atendendo e vão logo fazendo os exames localistas, receitando os remédios de ações mais pontuais.

Vemos exemplo disso que acabamos de apontar na própria fala do autor. “Ainda rara no final do nosso período, a tomada da tensão arterial ilustra o papel dos fatores sociais na difusão das novas práticas de medição. Mostra também como uma técnica de diagnóstico não se contenta em revelar uma patologia, mas pode também criá-la” (FAURE, 2008, p. 24). É exatamente a isso que nos referimos a partir do referencial frankfurtiano. A racionalidade técnica aplicada à medicina não só encontra algumas curas como gera novas doenças que necessitam de novas curas, algo que talvez não acontecesse noutro modelo de existência humana. O rigor científico não garante uma imparcialidade do conhecimento nem a objetividade do mesmo, muita coisa fica por ser descoberta e passível de ser influenciada por questões políticas e econômicas.

Ela só se generaliza e contribui para criar a noção de hipertensão no fim do século XIX, mediante a pressão de companhias de seguro de vida. [...] Naquele ano, [1887] é publicado um *Tratado do exame médico nos seguros de vida* que expõe diferentes métodos para identificar doenças obscuras e os meios de avaliar sua probabilidade (FAURE, 2008, p. 24).

Mais que um uso medicinal ou científico, o avanço nos diagnósticos torna-se uma questão comercial para estas seguradoras que em 1887 prestam seus serviços a cerca de um milhão de franceses. O estresse pode ser foco de uma reflexão atual sobre esta visão medicinal clínica do corpo. Não se falava nele anteriormente e hoje se procura tratar desta “doença” inclusive com o uso de drogas, assim como qualquer outra doença com manifestações físicas. Ora, os próprios médicos admitem que ela se deva ao ritmo absurdo de vida que levamos hoje em dia e ao invés de se criticar o sistema que implantou tal ritmo, recorresse a medidas paliativas de cunho objetivo e físico. Resultado também da racionalidade técnica? Parece-nos que sim.

São muitos os aspectos corporais relacionados à medicina do século XIX de forma que seria extenso demais retomá-los todos aqui, mas nos parece fundamental ainda uma última questão, ao menos por enquanto. Trata-se do higienismo já presente nas palavras de Carmen Soares e Alain Corbin.

Para caricaturar, higienistas como Villermé tornam, no geral, os operários responsáveis por suas misérias materiais e por sua degradação física. Sempre imprevidentes, às vezes, relaxados, sistematicamente preguiçosos e aproveitadores, geralmente dados à bebida, totalmente

impermeáveis às exigências da higiene, apegados a hábitos antigos e perigosos, eles estariam construindo com suas próprias mãos sua triste condição (FAURE, 2008, p. 51).

E em seguida faz uma ressalva:

Embora o povo, habituado a constatar os efeitos das diversas catástrofes, partilhe da visão de que o destino é comandado pelo meio exterior, a mensagem higienista, em si, não é muito bem recebida. [...] o primeiro higienismo é socialmente muito pesado para conseguir adesão (FAURE, 2008, p. 51).

O operariado parecia já vislumbrar seus novos grilhões, agora cientificamente embasados nesta primeira versão vulgar do higienismo que por atacar velhos costumes é à primeira vista mal recebido. Já a segunda versão constituída após as descobertas de Pasteur, segundo o autor, se apresenta menos moralizante. A caça agora “[...] é profundamente modificada, pois agora se trata de encurralar organismos vivos devidamente identificados e batizados, e não mais de desgastar-se tentando mudar radicalmente os modos de vida” (FAURE, 2008, p. 52). No entanto, o resultado prático desta segunda versão do higienismo mantém-se preso ao viés político e econômico daquele momento histórico. Os métodos que proporcionaram uma identificação mais exata dos microorganismos e remodelaram a primeira versão do higienismo, serviram também para reforçar as já tradicionais ideias acerca da hereditariedade. O alcoolismo representa bem essa situação (FAURE, 2008, p. 53). Tida como doença extremamente maléfica e a partir dali hereditária, fica fácil adivinhar as ações de políticas públicas de saúde: recai novamente a culpa do alcoólatra sobre ele mesmo. Em outras palavras, o fato dos alcoólatras pertencerem em sua maioria às classes mais exploradas parece não significar nada: numa hora trata-se de fraquezas individuais e noutra de uma hereditariedade, como se nada pudesse ser feito, como se fosse o curso natural das classes populares.

Embora o autor relativize a crítica à medicina do século XIX é preciso considerar que o momento sócio-político abriu uma possibilidade que de fato se concretizou: a apropriação do discurso higienista pelas classes dominantes que na cotidianidade fizeram uso político dele. Vemos então que podemos redimensionar o peso das críticas à medicina, mas na prática o século XIX continua a ser, de modo geral, o ponto de inflexão rumo à coisificação do corpo humano com grande contribuição desta ciência. Daí que não consigamos entender porque Foucault (2005) não aceita a tese do surgimento ou aperfeiçoamento de uma medicina localista no seio deste século, já que seu discurso acaba subtraindo subjetivamente o peso objetivo

que a medicina representou na formação do conhecimento racionalizado do corpo humano. Por mais que as intervenções da chamada “medicina da força de trabalho” (FOUCAULT, 2005, p. 93) não fossem totalmente endereçadas ao indivíduo, promoviam uma pedagogia corporal de submissão, de sujeição, repleta de orientações impeditivas e de regras para o comportamento individual. Ora, por mais que se considere que o corpo individual é socialmente determinado, objetivamente ele é uma pessoa única. Aliás, ao longo do próprio texto Foucault parece entrar em contradição já que afirma

Minha hipótese é que com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário; que o capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho (FOUCAULT, 2005, p. 80).

Mas na descrição que faz do surgimento da medicina social descreve um movimento que vai de uma visão estatal de saúde, pautada em grandes ações a nível nacional, passa por uma fase na qual a atenção é descentralizada para atuações a um nível municipal, esquadrihando as cidades e sabendo detalhadamente dos focos de doenças nos limites do município até chegar a uma visão classista, que se preocupa com o operariado muito em função de proteger as classes dominantes. Ora, vemos aí a passagem de atuações mais amplas para recintos cada vez mais reduzidos até que o sagrado direito da propriedade privada também se rende ao discurso médico (FOUCAULT, 2005, p. 94-95) e o último reduto de liberdade do indivíduo é também violado. Assim, chega-se cada vez mais próximo do indivíduo isolado, da atuação localista e o corpo é visto individualmente, apartado dos laços que estabelece com a sociedade, ou melhor, enxerga-se apenas a relação entre corpo individual e situação social quando esta ameaça de alguma maneira as classes mais abastadas. Cabe destacar que esta invasão dos lares é reflexo de uma sociedade que cada vez mais controla o vai-e-vem de seus indivíduos (BENJAMIN, 1991, p. 44).

Muito embora seja também neste século que muitos homens se tornam ateus e agnósticos guiados pelo projeto iluminista do reino da razão, não se pode desconsiderar o catolicismo e abandoná-lo neste nosso panorama. Muitas mulheres permanecem fiéis e mesmo estes homens foram criados sob uma cultura marcadamente católica e os catecismos ainda estavam presentes em suas memórias e em seus corpos (CORBIN, 2008a, p. 57-58).

Para Alain Corbin, o primeiro fator a ser considerado no estudo da temática corporal ocidental é a questão da encarnação divina presente na doutrina cristã – celebrada no natal –

que proporciona aos fiéis uma conexão praticamente carnal com os sofrimentos corpóreos vividos tanto por Maria, durante a maternidade, como por Jesus ao longo de sua história. Em diferentes medidas os cristãos parecem sentir na própria carne estas mesmas sensações. A celebração do Sagrado Coração, as peregrinações e a frequente referência aos instrumentos usados na tortura de Cristo, confirmam essa valorização do corpo sofrido de Jesus (CORBIN, 2008a, p. 59-61).

Identificamos aqui também mais uma referência ao corpo que deve ser controlado, do-sado, assim como fizera o movimento higienista, embora agora em função da fé e não da saúde. O corpo é local de santidade, mas também de pecado. Se Deus fez o homem à sua imagem e a encarnação de Jesus marca sua humanidade, o demônio também tenta se apoderar do corpo humano. Como território desta disputa entre sagrado e profano mais uma vez ele deve ser controlado, somente assim esta disputa será vencida pelo sagrado. Principalmente os instintos mais selvagens e as tentações da carne é que devem ser vigiadas tanto pelo homem como pela mulher, embora sejam elas alvo de maior número de dogmas e tabus a este respeito (CORBIN, 2008a, p. 59). Para as mulheres são particularmente exemplares as representações do corpo de Maria, como corpo puro, intocado, que combina ao mesmo tempo os dois estados mais divinos da mulher: a virgindade e a maternidade (CORBIN, 2008a, p. 65-67).

Algumas consequências são claras para este momento: a valorização da virgindade como um estado de pureza inspirado em Maria leva os casamentos a acontecerem mais cedo, afinal de contas fica mais fácil garantir este atributo tão valorizado ao pretendente; nesta história da encarnação também reside um imaginário de vitória da alma sobre o corpo (CORBIN, 2008a, p. 69), sacrificarmo-nos na terra para alcançarmos o paraíso; a sexualidade relaciona-se apenas com a função reprodutora do hominídeo propicia o surgimento de técnicas contraceptivas, como o coito interrompido; nesta mesma linha a masturbação, o sexo anal e oral devem ser evitados (CORBIN, 2008a, p. 81); e por fim nos arriscamos a apontar um reforço para aquilo que Horkheimer e Adorno chamariam de “mentalidade do ticket” (HORKHEIMER; ADORNO, 2006, p. 165) quando vemos uma superficial, mas eficiente separação entre dois polos extremos, de sagrado e profano, de bem e mal. O próprio Corbin, de certa forma, nos autoriza a relacionar aquele contexto com uma afirmação desta mentalidade dualista e simplista:

Uma aritmética de sacrifícios, observa Claude Savart, combina com o espírito da época, como se se tratasse de acumular pela economia, numa forma de capitalização, um investimento espiritual, em vista de garantir a salvação eterna; práticas reforçadas pelo refinamento cada

vez mais incisivo do exame de consciência, pela frequência regular à confissão, enriquecida pelas penitências e pela prática da comunhão frequente (CORBIN, 2008a, p. 87).

Ora, trata-se da adoção do raciocínio lógico-matemático para as relações humanas, aquele mesmo que embasa a atitude do indivíduo que julga o nível de carinho que uma pessoa sente por ele através do valor monetário do presente que recebe desta pessoa. Presentear alguém já não é mais prova de um carinho ou uma atenção, e sim uma prova de valor, haja visto os modernos cartões-presente, esses sim, calculando precisamente quanto vale o presenteado. As relações humanas são coisificadas e monetarizadas cada vez mais com o avanço da racionalização de uma sociedade capitalista extremada.

Stiker amplia o que dissemos: “Com Étien Geofroy Saint-Hilaire a monstruosidade [do corpo enfermo] é ordenada; obedece a leis racionais que devem ser buscadas mantendo Deus à parte” (STIKER, 2008, p. 358). Vê-se que a doença ainda era fortemente relacionada com a religião como a expiação de algum pecado para salvar a alma, como a parte que cabe na economia do pecado. Étien Geofroy é um dos primeiros a tentar romper com este dogma segundo Stiker (2008). Superar isso traz uma dupla consequência: por um lado permite o avanço no tratamento dos portadores de necessidades especiais (linguajar ainda não utilizado naquela época), mas por outro inaugura um certo olhar sobre o corpo como algo passível de construção, de endireitamento. Não que o segundo aspecto seja naturalmente ruim, mas no seio do capitalismo abre a possibilidade de se explorar este aspecto não apenas do ponto de vista terapêutico. Para Soares e Fraga (2003, p. 78) a exagerada preocupação com as formas corporais que vemos hodiernamente tem início na visão monstruosa de enfermos e indivíduos aparentemente muito distantes dos padrões sociais de corpo sendo vistos estes desvios quase sempre como resultado dos excessos, “[...] mas as escalas eram outras [...]”.

Já Isidore Geofroy, irmão do primeiro, é quem se preocupa em distinguir minuciosamente o monstro do enfermo. Ele supera a visão simplista de que qualquer aspecto que fuja a normalidade da maioria dos corpos humanos seja tratado como monstruosidade e só a afirma em casos muito específicos e extremos. Parece que, ao menos no campo erudito, por volta de 1840 o corpo enfermo definitivamente rompe com a monstruosidade (STIKER, 2008, p. 358-359).

Por fim, retomando a questão religiosa cabe destacar a ressalva de Corbin:

Embora desenhada, assim, com linhas gerais, a mensagem católica em matéria de união carnal não deve ser avaliada segundo a sensibilidade

de nosso século XXI. A intensidade do mistério da concepção, a sacralidade reconhecida do corpo da mulher-mãe, a exaltação da fidelidade entre os esposos e da doação recíproca de dois seres que, de acordo com os termos bíblicos, passam a formar uma só carne, a atmosfera do quarto conjugal dos casais cristãos, geralmente com um crucifixo acima do leito, a presença, às vezes, do genuflexório, puderam, apesar da ausência de aprimoramento erótico, conferir à união carnal uma intensidade emocional que convém considerar se tivermos o cuidado de evitar todo anacronismo psicológico (CORBIN, 2008a, p. 80-81).

Os indivíduos também são modelados no seio das relações afetivas que travam, de forma que o início do século XIX é marcado pelo questionamento de uma concepção grega de relação sexual. Pelos escritos de Galeno, por exemplo, vemos que na Grécia Antiga reinava uma concepção de que as genitálias masculinas e femininas eram idênticas, ficando internas nas mulheres para protegerem o feto. A fecundação só parecia possível através do gozo, tanto da mulher como do homem, seria um estado que nela liberaria uma semente interna. E mais: somente o prazer deste gozo a motivaria a enfrentar os desconfortos da gravidez. O questionamento deste ideário grego é motivado pelo desenvolvimento científico fortemente atrelado a concepção católica da relação sexual segundo sua função reprodutora, o que relega o prazer a um sentimento fugaz, inútil, desnecessário à reprodução da espécie (CORBIN, 2008d, p. 184-186). Em outras palavras, uma visão utilitarista do relacionamento sexual que encontra no corpo e nas vestimentas seu reflexo mais imediato, mas que também alcança as mentalidades.

A primeira vista esta reavaliação dos predicados prazerosos do ato sexual na Grécia Antiga acarreta um empobrecimento somático das relações sexuais que passarão cada vez mais a serem pautadas pela sua eficiência, pela sua função exclusiva de procriação. No entanto, há uma outra dimensão a ser considerada. O avanço da biologia vai também questionar dogmas religiosos (CORBIN, 2008d, p. 188-189). Muitos trabalhos no campo da medicina apontam os perigos e danos de uma prolongada abstenção sexual (CORBIN, 2008a, p. 77-78) contra a visão religiosa de uma certa energia sexual que se esvaía no ato masturbatório diminuindo a possibilidade de fecundação do homem e também sua virilidade (CORBIN, 2008d, p. 196). Os mitos que recobriam a imagem do masturbador como um indivíduo que vai definhando-se, que se acomete e se entrega a crimes sociais e fisiológicos na privacidade e artificialidade de seu gesto (CORBIN, 2008d, p. 198-201) começam a ser questionados e tratados com mais naturalidade. Aliás, fica aqui mais uma reflexão sobre os dias atuais. Esta criminalização das práticas masturbatórias já trazia em seu âmago um certo distanciamento do indivíduo para

com seu próprio corpo? Tinha como função última afastar o indivíduo de si mesmo, aliená-lo de seu próprio corpo? Devemos ressaltar que esta caçada à masturbação não foi tão homogênea assim, literaturas como a de Sade aconselhavam a masturbação e a entendia como uma necessidade inerente ao ser. Rousseau também trata o tema com certa naturalidade em “As confissões” (CORBIN, 2008d, p. 209).

Já que falamos de literatura, adentremos agora o mundo artístico da época para notarmos em linhas gerais como ele contribuía para a imagem social do corpo no século XIX. “A escultura e a pintura não deixaram, até o final do século, de exercer esse papel de aprendizagem” (CORBIN, 2008d, p. 212), diz o autor sobre a exposição de partes nus do corpo que suscitavam pensamentos sexuais nos jovens. E completa:

Até o fim do século, a substância diáfana do nu acadêmico, a plenitude escultural do corpo desnudado continuam sendo exigências. Um distanciamento temporal ou geográfico acentua estranheza, ao mesmo tempo em que suscita o sonho. [...] Essa forma de colocar as coisas mantém a ilusão de que ele pode ser compreendido, dominado; uma maneira de abolir o corpo sensível, o corpo vivo (CORBIN, 2008d, p. 213).

Nesse sentido a exposição midiática de corpos modelados pode ser herdeira também deste viés de controle do corpo viabilizado naquele contexto pelos museus de arte e de anatomia. Aliás, estes últimos representam uma visão extremamente coisificada para a época. Os corpos eram retratados em esculturas de cera e muitas vezes de forma segmentada, exatamente como a medicina clínica os enxergava, e é desta visão que extraímos conhecimentos para evitarmos muitas doenças e criarmos tantas outras. Porém, os museus de arte e de anatomia, o teatro e a literatura vão participar de uma redefinição do que pode ou não ser visto. Claro que enfrentam a censura (CORBIN, 2008d, p. 259). Já quando ao final do século uma sexualidade com base no erotismo e não mais na procriação começa a ganhar seu espaço e os corpos uma maior liberdade, as doenças venéreas surgem como novas vilãs, novas ameaças a esta maior liberdade corporal (CORBIN, 2008d, p. 261), mas mesmo com este freio de ordem médica já vemos o indício desta maior liberdade que consequentemente gera concepções de corpo também mais amplas, menos restritas pelos dogmas da igreja e da ciência.

Le Men (2008) complementa este panorama do campo artístico com suas considerações acerca dos caricaturistas que publicavam seus trabalhos nos cada vez mais populares folhetins (BENJAMIN, 1991, p. 34). Ao analisar três personagens da caricatura francesa do século XIX (Mayeux, desenhado por vasto coletivo; Proudhomme, desenhado por Monnier e; Macaire,

desenhado por Daumier) o autor vai dissecando as características de cada um deles e relacionando-os aos três estratos da burguesia daquele tempo, um tipo da pequena burguesia, mais próximo às camadas populares; outro da burguesia média assalariada e; por fim a alta burguesia, os industriais (LE MEN, 2008, p. 175). Melhor dizendo, esta relação entre as personagens e as classes sociais não é um trabalho de Le Men, mas sim dos próprios caricaturistas a ponto da atividade deles ser chamada também de fisiologia (BENJAMIN, 1991), como se o desenho fosse organicamente vinculado ao estrato social a que se refere. Aliás, ao vermos as caricaturas como forma de representar camadas sociais burguesas, fica claro que as classes menos abastadas quase nunca são pintadas ou retratadas (LE MEN, 2008, p. 145). Isso suscita também uma reflexão em relação ao nosso cotidiano. As *top models* da alta costura, incessantemente expostas na mídia, quase sempre encaixadas num rigoroso padrão estético de magreza, assim como aquelas mais populares, de seios mais fartos e quadris mais largos, tornam-se caricaturas de si próprias. Tanto faz se é uma ou outra que aparece retratada, são todas muito parecidas e daí se pode extrair duas caricaturas de modelos opostos de beleza, um de escassez outro de excesso. Mas, a comparação para por aí. O gênero de arte caricatural encerrava um uso muitas vezes claramente político ao exagerar nos traços menções críticas tanto positivas como negativas, seja aos indivíduos, seja às classes sociais retratadas. As caricaturas televisivas que sugestionamos não parecem assumir deliberadamente esta intenção.

Do nosso ponto de vista, o trecho que melhor designa o imaginário social pela ótica artística acerca do corpo naquele momento é a análise sobre Mayeux. Le Men aponta como a corcunda desta personagem referenciava o dito popular de ser a marca corporal dos “[...] que carregam sobre si os defeitos da terra [...]” (LE MEN, 2008, p. 152); sua aparência animalésca, sua feiúra e seus hábitos pouco louváveis também não parecem ser casuais. Era um período histórico, como já foi dito, no qual as camadas populares estavam sujeitas a uma vida miserável e sendo assim, como personagem mais próxima destas camadas, Mayeux não poderia carregar outros símbolos que não estes, de outra forma não retrataria imagetivamente tão bem esta camada social.

Seguindo a lógica histórica de que as coisas que hoje se fazem presente em nossa sociedade eram um embrião no passado recente, vem esta frase de Le Men em relação a Monsieur Proudhomme: “Mas a extensão de seu sucesso também coloca em evidência a fascinação coletiva pelo mundo do espetáculo, que gera a convicção de que toda identidade social não é outra coisa senão um papel, uma realização teatral” (LE MEN, 2008, p. 158). No atual contexto em que os discursos de alguns pós-modernos de que devemos assumir nossos variados papéis sociais, como se fosse possível vestirmos a máscara de nossa vida profissional das oito

da manhã às cinco da tarde, em seguida a máscara da vida amorosa ao nos deitarmos com nosso(a) parceiro(a), a da vida social aos finais de semana para frequentarmos lugares públicos, e por aí a fora ganham força, vemos que seu embrião pudesse talvez ser visto já nos oitocentos. A partir desta personagem, a contradição implícita desta teoria é revelada, uma vez que ela é marcada exatamente por quebrar a barreira de uma simples representação e toma para si muito da personalidade de seu criador, Monnier.

Este último aspecto é retomado mais a frente neste mesmo estudo de *Le Men* que, fazendo uso de Baudelaire critica este amalgamento Proudhomme-Monnier. Proudhomme é como se fosse um espelho de Monnier e nesta condição simplesmente reflete seu criador sem questioná-lo, sem refletir sobre ele e assim caracteriza um narcisismo do tipo doentio, daqueles que ocupam o espírito dos ditadores totalitaristas (LE MEN, 2008, p. 162). Opõe-se diametralmente à função da arte que para Adorno (PUCCI; RAMOS-DE-OLIVEIRA; ZUIN, 1999, p. 94-107) deve proporcionar um momento de afastamento do real para que possamos filosoficamente repensá-lo.

Em relação a terceira personagem vemos que, como na litografia satírica em que Robert Macaire vê todos exatamente iguais a ele, inclusive fisicamente⁸ (LE MEN, 2008, p. 175), hoje assistimos ao apagamento das individualidades corpóreas perante os ditames da exposição do corpo na indústria cultural. A diferença é que lá as coisas se davam no papel, quase como um anúncio de onde chegaríamos e nos dia de hoje isso parece se concretizar, tanto em relação aos corpos propriamente ditos como em relação ao espírito capitalista do “faça você mesmo” que eles carregam embutidos em suas anatomias e que portanto converte-se num faça-se você mesmo. Essa orientação fica flagrante numa sociedade de raízes histórico-religiosas protestante, como os EUA, na qual o sentimento de autodeterminação é recoberto pela ideia de “[...] um renascimento individual, que passa por uma forma de conversão corporal” (COURTINE, 1995, p. 89). Ora, isso se adapta claramente ao papel cada vez menor que o Estado ocupa na vida do cidadão que cada vez mais deve recorrer à iniciativa privada para cuidar de seu bem-estar.

Quando aqui tratamos deste olhar artístico sobre o corpo acabamos deixando de lado comentários mais detalhados sobre as pinturas e esculturas. Sabemos que o século XIX foi o século do nu na arte (ZERNER, 2008, p. 109), porém qual é a contribuição que a visão artística de corpo trás para este estudo sendo que aqui nos preocupamos com o imaginário social

⁸ Robert Macaire é um indivíduo que enxerga em praticamente todas as situações cotidianas, situações de negócio. Seu criador faz uma crítica à sociedade ao desenhar numa prancha todas as pessoas que passavam semelhantes a Macaire, como se todos também só se importassem em enriquecer.

mais amplo? Eram as minorias que tinham acesso a estas obras e consequentemente a estas representações do corpo, de forma que pouco influem no estabelecimento de um imaginário social, apesar de poderem refleti-lo. Baudelaire nos dá aporte nesta análise ao criticar Monnier e suas obras presentes “[...] no mundo burguês e no mundo dos ateliês, duas espécies de aldeias” (BAUDELAIRE citado por LE MEN, 2008, p. 163). A ideia de corpo manifestada nestas pinturas voltadas para a alta classe social nos revela uma dimensão do imaginário que eles possuíam e que por conseguinte impunham no cotidiano de suas relações trabalhistas com as massas assalariadas. No entanto, esta imposição não se dava de forma direta, perfeita. Na verdade nenhuma imposição ao ser humano se dá assim, tão mecanicamente, caso contrário estaríamos inutilmente buscando aqui as contradições da história humana que permitem vislumbrar pontos de fuga, cada vez mais raros, é verdade, mas que permitem vislumbrar uma possibilidade de resistência, quiçá uma transformação, neste jogo de submissões. Por isso entendemos que a litografia, mãe dos quadrinhos, possuía como seu filho hoje possui, uma popularidade maior que a alta arte plástica assim exprimindo de uma maneira mais clara o que se passa no mundo “real”. Fato este lamentável, não por uma questão hierárquica no seio da arte, não por acharmos as artes plásticas superiores às histórias em quadrinhos. Mesmo não tendo a competência e nem o espaço para aprofundar este debate, acreditamos que ambas tenham seus momentos de verdade, o que mostra que nossa lamentação deve-se ao fato de que um destes momentos é de acesso muito mais restrito que o outro.

Uma última consideração acerca da história do corpo neste século é relevante considerando o período aqui estudado. Falamos da prática dos jogos e esportes pelo homem oitocentista. Como não poderia deixar de ser, este fator é fundamentalmente determinado pela burguesia. Suas tentativas de impedir a realização de jogos populares, como fizera o prefeito de Tours na França ao final do século XIX (VIGARELLO; HOLT, 2008, p. 395-396) revelam o temor que estas ocasiões causavam nas elites. Pela proibição buscava-se inibir as feiras e festividades que levavam o povo a práticas degradantes como a bebedeira e a devassidão. Desta forma vai se fundando uma nova economia corporal. Os movimentos corporais bem vistos seriam os do trabalho, os movimentos produtivos, não os dos jogos, sem uma finalidade e que em última instância se inseriam neste universo degradante descrito pela reunião das pessoas. A manifestação corporal economizada também revela um corpo econômico, mutilado, não explorado em sua riqueza de experiências e consequentemente um ser humano mais limitado. Obviamente que isso se trata da descrição de uma ideologia e não que as práticas e festividades tradicionais tenham sido abandonadas ou impedidas da noite para o dia, mas sim, no mínimo, repensadas, readequadas, reorientadas. Esta atitude de proibição está marcada pelo inte-

resse de desarticular o operariado, como bem nos mostra a obra “O germinal” de Emile Zola. Num panorama mais geral Adorno (2002) coloca este mesmo raciocínio em referência ao tempo de lazer que fantasiado de tempo de não-trabalho está hoje sutilmente determinado desde a raiz exatamente pelo trabalho, buscando eliminar qualquer possibilidade de um repensar crítico da sociedade como um todo. E Benjamin (1991, p. 36) referenciando Foucauld segue a mesma linha desta crítica.

Muitas vezes este empreendimento contra as reuniões e atividades populares não precisavam se desenvolver diretamente pelo corpo político da época. A Igreja mostrava-se como uma boa via para esta repressão. Mais que isso, revelava-se como mais um forte argumento que pesava contra o encontro dos populares inclusive entre eles mesmo pela internalização da lógica eclesiástica:

O rigorismo do tribunal das consciências repousa na condenação de tudo que advenha dessa sociedade festiva ou lúdica que escapa ao clero. O baile, as ‘assembléias’, os ‘perdões’ da Bretanha, a taberna, a noite camponesa, o banquete de casamento, os ritos da amizade juvenil e até a simples coqueteria que revela o orgulho do corpo despertam a cólera desses lúgubres sacerdotes (CORBIN, 2009, p. 471).

Combinado com as proibições, o esporte amador e seu ideal de *gentleman* aos poucos vão extrapolando seus limites originais que o prendiam à esfera burguesa e se lançando sobre o operariado como forma de civilizar os atos desregrados desta classe, movimento que culmina naquilo que Vigarello e Holt (2008, p. 420) chamaram de “divertimentos racionais”. Há aí dois aspectos que queremos destacar: a domesticação da classe operária pela ação corporal e; o afã de jogos civilizados perante aqueles jogos populares considerados animalizados. Basta vermos que o esporte era praticado na escolas inglesas desde o século XVI, e quando as regras eram ditadas pelos alunos transformavam-se em práticas muitas vezes violentas sendo isso em boa parte atribuído a influência dos jogos populares na definição de tais regras (VIGARELLO; HOLT, 2008, p. 423). Já o esporte amador, expressão do esporte mediatizado, racionalizado em contraponto àquele mais ligado aos ímpetus internos dos praticantes, carrega em si um arcabouço ideológico burguês, consequentemente capitalista e que por isso mesmo era considerado como o mais adequado, o civilizado.

O esporte e a ginástica serão as marcas do século XIX nesta organização das práticas corporais. No entanto, eles não podem ser vistos em perfeita harmonia. A ginástica se destaca pelo forte caráter nacionalista e pela aplicação da ciência ao movimento humano como podemos ver em Vigarello e Holt (2008, p. 462), em Soares (1994, p. 65) e em Corbin (2009, p.

568). O esporte moderno, embora também marcado pelo espírito patriótico, já que ao final do século estávamos às vésperas das grandes guerras, se destaca pelo processo civilizatório que opera (VIGARELLO; HOLT, 2008, p. 424).

A cientificidade advogada pela ginástica se reflete na possibilidade dos corpos serem mensurados, avaliados em função de medidas universais. Ele que agora pode ser comparado com exatidão a outro corpo é, em última instância, mais uma manifestação da sociedade reificada pelo número. “Uma imagem nova comanda aqui o recurso ao número; a de um corpo assimilado a um motor, órgãos que restituem mecanicamente uma energia recebida” (VIGARELLO; HOLT, 2008, p. 409). Fica claro o processo de coisificação no qual o corpo se insere. “A ginástica é instrumentalizada para multiplicar os números, é organizada com muita precisão para transformá-los em desempenhos e para melhorar os índices: o corpo deve produzir resultados marcáveis, escalonados entre eles, numeráveis no rigor de um quadro” (VIGARELLO; HOLT, 2008, p. 411). Neste processo as caracterizações que Carmen Soares (1994) faz das principais vertentes ginásticas europeias acrescenta que os funâmbulos e a ginástica menos regrada pelo número e mais dada à livre criatividade, mais leve, mais artística, fora extirpada pelos programas ginásticos europeus, afinal de contas, nada tinham a ver com o cientificismo e a exatidão do número. Acima de tudo, representavam um risco pela liberdade que possibilitavam.

Noutras palavras, essa ginástica nova do século XIX explora o ‘movimento parcial’, aquele cuja mobilidade se limita a uma só articulação óssea: extensão da perna ou do braço, circundação dos ombros ou dos quadris, inclinação da cabeça ou do tronco. O que os novos manuais traduzem em séries numeradas de exercícios localizados. O ato não age mais diretamente sobre os objetos, não visa mais, antes de tudo, uma transformação das coisas, ambiciona uma primeira e exclusiva transformação do corpo, é ele mesmo que aperfeiçoa o músculo antes de ser o que aperfeiçoa o gesto (VIGARELLO; HOLT, 2008, p. 411-412).

Uma fragmentação desumanizadora da motricidade humana que, na verdade, reflete o avanço do processo de divisão social do trabalho sob o signo da produtividade maquinica.

Enquanto isso o esporte moderno, aquele já civilizado que abandonou qualquer vestígio de animalidade por meio da codificação de regras que preza o espírito amador e do *gentleman*, a primeira vista aparece como uma alternativa de prática corporal muito mais livre, mais politizada no sentido de não seguir padrões tão rígidos, quase ditatoriais. Apenas aparenta tais

características. Uma visão mais atenta vê que ele traz em seu bojo muito do ideal capitalista de existência.

O esporte é, por princípio meritocrático; impõe o *fair-play* a fim de garantir a igualdade das oportunidades. Seu novo objetivo não era simplesmente produzir ganhadores e perdedores, mas promover um processo mais ambicioso. Daí a insistência dos adeptos do esporte amador sobre a necessidade de ser ‘um bom perdedor’. Não se tratava absolutamente de uma obrigação de perder; tratava-se de aceitar o fato de ganhar ou de perder como dois aspectos de algo mais vasto, a competição. Se um participante não pode aceitar a derrota, devia abandonar o combate (VIGARELLO; HOLT, 2008, p. 458-459).

Em outras palavras, o esporte fala claramente a língua do capitalista por meio do corpo. A longo prazo vemos como este discurso é facilmente captado pela lógica da concorrência e o fracasso naturalizado (DIAS, 2008), como se fosse inerente a natureza do homem e nada tivesse de um cunho social.

O esporte moderno estava de tal forma sintonizado com as instituições formadoras da época que a igreja passa a recomendá-lo. Os eclesiásticos viam nele a capacidade de desviar o pensamento e os impulsos sexuais para os empenhos físicos (VIGARELLO; HOLT, 2008, p. 435).

Todos estes estudos carregam uma problemática clara. Corbin (2008d) é taxativo em afirmar que nem sempre as massas se guiavam pelo discurso médico, e o faz com base no estudo de Anne-Marie Sohn⁹ sobre os registros jurídicos da época. Isso sugere que dentre todos estes discursos acerca do corpo que enunciamos e o imaginário social que resulta do entrecruzamento deles todos, talvez não seja tão direto. De qualquer forma, os registros que temos da época revelam estes discursos e para que possamos, com rigor científico, no mínimo inferir o que de fato ocorria na cotidianidade daquele período é deles que devemos partir.

Caminhamos do início do século, cheio de resquícios do anterior, assim como do mundo medieval com o início do renascimento no qual o corpo ainda carregava muito fortemente as amarras daquela sociedade feudal, para ao final do século ter início um lento processo de independência do corpo, processo este que é rapidamente cooptado pelo projeto capitalista de sociedade e que exatamente por ser no seu seio gestado não poderia ser de outra forma. O terreno da justiça parece ser um bom exemplo desse movimento. No início do século ainda

⁹ SOHN, Anne-Marie. **Du premier baiser à l’alcove** – La sexualité des Français au quotidien (1850-1950). Paris: Aubier [“Collection historique”, 1996]. (não consta nas referências) é que não li a obra, apenas a indico para quem quiser ler e para que saibam com base em qual obra desta autora Corbin faz sua análise

eram frequentes as festas que marcavam as execuções penais de criminosos. Montavam-se feiras, multidões assistiam e exigiam os suplícios dos condenados, muito em função da imagem do bom ladrão que “[...] na mesma tarde da morte de Cristo, entrou no paraíso, [já que] o suplício oferece ao criminoso a ocasião de salvar-se” (CORBIN, 2008b, p. 285). Ora, isso estava em perfeita sintonia com aquela economia dos pecados que na cisão entre corpo e alma pregava o martírio do primeiro para num movimento compensatório a alma alcançar os céus. Era uma pedagogia corporal do terror, um espetáculo que servia de exemplo. Aos poucos, o teatro do suplício vai se esvaindo. O cadafalso é extinto, e a guilhotina desce do palanque ao chão ficando bem menos visível e este espetáculo também deixa de ocupar os centros das cidades e cada vez mais vai pra perto das prisões. Este avanço para o fim dos espetáculos ocorria *pari passu* com o avanço do Iluminismo e as suas exigências mais humanitárias. A ideia é tornar o homem livre, mas sem esquecer que esta é uma liberdade de cunho burguês e jamais uma liberdade total, imparcial, desinteressada.

1.2 – O SÉCULO XX: O CORPO, MAIS UM MERCADO A SER EXPLORADO

Novamente parece necessário que comecemos a abordar a temática pelo viés médico. Isso se deve ao fato de que na filosofia idealista que alcança o século XX, na qual reina a razão subjetiva (definiremos mais a frente tal conceito cunhado por Horkheimer), o espaço que o corpo preenche na dimensão científica é apenas objetivo, material. O positivismo que rege o pensar filosófico hegemônico deste século é para Adorno (2008b, p. 66) e Horkheimer (2007, p.14) mais idealista que a desprestigiada orientação metafísica e somente por isso é capaz de promover a falsa cisão do indivíduo em corpo e alma, ficando o corpo relegado à simples dimensão material, objetiva, tátil, isenta de qualquer determinação subjetiva do indivíduo que o porta. Biologizado, o corpo fica a mercê da medicina, ramo do conhecimento que lida diretamente com esta instrumentalização do corpo. A cisão que acabamos de mencionar nos parece impulsionar o contexto fabril já consolidado no início do século XX nos países chamados de primeiro mundo, e em emergência nos países em desenvolvimento porque viabiliza a exploração do corpo humano como mera materialidade, como máquina, e não como indivíduo, local de síntese entre subjetividade e objetividade. Jean-Jacques Courtine (2008) aponta para um movimento iniciado em Freud que culminaria ao longo do século numa reinvenção epistemológica do corpo. Inicia-se com Freud porque ele teria indicado que o corpo deixa o inconsciente falar (COURTINE, 2008, p. 7) e assim parece estar dado o espaço para religarmos corpo e mente. Para Courtine é neste contexto e ao longo do século que estudos como os de Marcel Mauss, Merleau-Ponty, Norbert Elias e Michel Foucault vão então transcender o biologismo

arraigado ao corpo humano no campo científico. No entanto, há que se ressaltar, como faz o próprio autor, que esta nova postura está apenas se iniciando e que por isso entendemos que o conhecimento instrumentalizado ainda continua ocupando lugar destacado não só no meio acadêmico como na cotidianidade, o que mais nos interessa nesse momento.

Tentaremos aqui destacar o movimento dialético que foi capaz de produzir pensamentos que contribuíram para uma concepção de corpo mais ampliada, mais rica, e também deu continuidade a uma visão instrumental do corpo humano através de sua redução à dimensão física independente, de sua coisificação.

O artigo de Anne Marie Moulin (2008) nos dá base para acreditar que o movimento de coisificação do corpo continua a se expandir, promovido com grande contribuição da medicina e pela sua segmentação em diversos ramos. Esta autora constata que tanto a anestesia como a medicalização ganham enorme espaço, chegando de certa forma a serem banalizadas. Este é um imperativo tão forte que foi capaz inclusive de fazer a Igreja cair em contradição com relação ao seu pressuposto de que os pequenos sacrifícios diários levariam aos reinos dos céus. O papa Pio XII reconhece a legitimidade do uso de analgésicos em 1954, pouco tempo depois de Santa Teresinha do Menino Jesus ter sido canonizada e titulada doutora em Teologia pela Igreja Católica exatamente por ter aderido ferrenhamente a estes sacrifícios diários (MOULIN, 2008, p. 50).

A reflexão que queremos fazer aqui é que atualmente quer se extinguir toda e qualquer doença, já não se suporta um mínimo de enxaqueca e ao aparecimento de qualquer dor o analgésico é chamado a serviço. No ritmo do capitalismo em que tempo é dinheiro, já não há mais tempo para se estar doente. Do ponto de vista da formação do indivíduo há um problema. A doença também serve para mostrar ao indivíduo seu corpo, explorar-lhe seus limites, suas peculiaridades, suas necessidades e fraquezas. Ao se abdicar da enfermidade abdica-se automaticamente desta experiência formativa e não queremos com isso advogar um retrocesso na medicina, mas indicar que esta intolerância relaciona-se diretamente com as nossas condições atuais de existência bem como reflete um movimento maior do indivíduo que já não suporta se sentir, estar consigo mesmo, como no conto “O homem das multidões” de Edgar Allan Poe.

É possível que pensemos aqui num corpo que se isente totalmente de experiências corporais formativas no campo da medicina? “O reino da produção de imagens contribuiu assim para tornar irreal o corpo sofredor” (MOULIN, 2008, p. 78). A autora fala sobre as cirurgias realizadas via microcâmeras e cateteres nas quais são necessários apenas pequenos cortes para se introduzir os instrumentos necessários à intervenção. Inclusive já não são poucas as inter-

venções cirúrgicas à distância, nas quais estas imagens geradas pelas microcâmeras são transmitidas a profissionais que não estão fisicamente presentes, mas que com a transmissão ao vivo conseguem, por meio de um aparato tecnológico avançado, realizar a cirurgia. Esse avanço tecnológico viabiliza não só um método menos invasivo, talvez com menores possibilidades de infecções, como também corresponde ao anseio estético de um corpo liso, sem rugas, sem marcas, daqui a pouco sem expressão, sem nada. As antigas cirurgias facilmente deixavam marcas perpétuas no corpo do indivíduo que por isso mesmo era cotidianamente lembrado de sua condição humana, já hoje se torna plausível pensar num corpo que jamais terá qualquer registro físico de sua história. Novos produtos cosméticos surgem neste século com vistas a esconder os traços do tempo e as cicatrizes do corpo e é importante salientar que o discurso legitimador da estética que os movem está amalgamado com o discurso da saúde, o que pode ser identificado a partir dos seguintes exemplos de novos produtos cosméticos na década de 1950: “o primeiro ‘*limpador* em profundidade’, creme ‘*enriquecido com vitaminas*’ em 1954; a primeira ‘*emulsão hidratante*’ em 1956” (ORY, 2008, p. 161, grifo nosso). Vigarrello (2008, p. 218) também expõe este amalgamento através de uma tabela que relaciona o aumento de peso com o aumento no número de óbitos em determinadas doenças. Com Corbin (2009, p. 412) vemos que a descoberta dos mecanismos da transpiração e o avanço da teoria infeccionista compõem um quadro de ataque a sujeira que leva à utilização terapêutica da água, mais tarde popularizada e disseminada com a invenção das duchas. Castro (2003, p. 63-66), por sua vez, nos mostra como desde Hipócrates historicamente os discursos da estética e da saúde vão se aproximando e o papel decisivo que o discurso higienista desempenha ao associar o uso do sabonete com a higiene pessoal e a saúde. Estava aberta a porta de entrada para outros produtos que se colocaram astutamente nesta fronteira não muito clara como os batons, pomadas, cremes, etc., principalmente veiculados nas propagandas encenadas por atrizes do tipo hollywoodiana.

A produção de imagens do corpo suscita ainda um outro debate. O tema aqui é o das autopsias didáticas como forma de se conhecer melhor o corpo. Hoje não é mais necessário esperar que o sujeito se torne defunto, as autopsias didáticas foram substituídas pelas imagens que instrumentos de verificação do corpo como o estetoscópio, hoje já obsoleto, podem gerar (MOULIN, 2008, p. 64). Não é mais o médico que realiza diretamente o exame, este contato com o paciente é cada vez mais mediatizado pela máquina. Se por um lado a investigação do corpo do outro se torna menos dolorosa e invasiva, por outro lado o contato face-a-face entre médico e paciente parece se esvaír no mesmo movimento. Afinal de contas o que mais pode o indivíduo dizer sobre seu corpo que a máquina já não esteja denunciando? Este desenvolvi-

mento está longe de ser desnecessário, mas vem muitas vezes acompanhado de um fetiche que confirma a existência de um corpo meramente físico, como se ele não alojasse qualquer outro dado subjetivo pertinente. O desenvolvimento da técnica que usa a glicose marcada para saber qual parte do cérebro está em atividade durante um movimento da perna ou do braço (MOULIN, 2008, p. 71-72) também pode assumir este viés. Facilmente podemos vislumbrar uma ligação entre tal técnica e o desenvolvimento de teorias que tratam de uma suposta inteligência múltipla, como se uma inteligência emocional pudesse se desenvolver a despeito de qualquer outro determinante que não o sentimento. Exagerando, podemos vislumbrar que por este caminho podemos pensar a longo prazo no surgimento do sujeito não-humano, pré-programado, pré-determinado. No extremo podemos pensar que os cérebros divididos em áreas pré-definirão pela sua configuração qual o destino do indivíduo (trabalho manual, intelectual, artístico, etc.). Isso não é tão absurdo se pensarmos que a frenologia alcançou o século XX com algum sucesso propondo vislumbrar um criminoso antes mesmo de que ele cometesse um delito apenas pela morfologia de seu crânio (COURTINE; VIGARELLO, 2008, p. 345-347). Uma vez mais nos vemos reduzidos a objetividade de nossa existência e aqui o corpo é determinante. Os chineses, destacadamente, levantam uma outra questão política pertinente dentro deste reinado das imagens do corpo vivo ao utilizarem-se da ultrasonografia como instrumento de controle da sua população, apontando com antecedência o sexo do feto e possibilitando abortos orientados (MOULIN, 2008, p. 74).

Os avanços da medicina no século XX não parecem se diferenciar essencialmente do que ela promovera no século anterior. A legitimidade de suas conquistas é garantida por números que comprovam o aumento da expectativa de vida de maneira global (MOULIN, 2008, p. 15), como se por si só estes números garantissem o *status* de avanço. A questão que colocamos aqui é que este sucesso do ponto de vista dos números deve, também, ser avaliado qualitativamente. O aumento da longevidade que se espalha por todo o globo em diferentes velocidades, significa que os indivíduos deixaram-se guiar pelos conhecimentos médicos, que modificaram suas cotidianidades, limitaram a ingestão de certos tipos de alimentos, exigiram-se uma determinada quantidade de exercício físico semanal, etc. De certa forma o médico aqui assume um papel civilizador no sentido de transferir a saciedade do indivíduo em relação a determinado alimento, por exemplo, da esfera da simples vontade para a esfera da saúde; por limitar o tempo de repouso do indivíduo através da ameaça de que ele contraia uma doença proveniente do sedentarismo, entre tantos outros exemplos. Ter mais tempo de vida não significa necessariamente viver melhor, pois como já dissera Rousseau, viver não é só respirar. É sem dúvida importante que tenhamos uma maior longevidade, no entanto temos de estar

conscientes de que estamos lidando com uma prática médica que facilmente pode controlar a vida do indivíduo de uma maneira quase autoritária e isso parece ser sentido pelo indivíduo quando a própria autora afirma que tal direcionamento médico da vida não é aceito com tanta passividade pela sociedade; fato este que nos remete a constatação feita por Hobsbawn (1995, p. 283) de que “Para 80% da humanidade, a Idade Média acabou de repente em meados da década de 1950; ou talvez melhor, *sentiui-se* que ela acabou na década de 1950”. A brusca mudança do campo para a cidade traduz-se também numa brusca mudança de referenciais para grande parcela da população. Passa-se de um cotidiano regrado pela tradição, muitas vezes dogmática, para o cotidiano em que reina o conhecimento científico e seus avanços e novidades diárias sem que houvesse tempo hábil para a assimilação desta turbulência. Fica assim mais fácil de entender porque a figura dos médicos não era aceita com tanta tranquilidade entre as massas ex-campesinas (CORBIN, 2009, p. 414). O termo “medo urbano” (FOUCAULT, 2005, p. 87) parece designar bem a dramaticidade desta brusca passagem, ao menos no que concerne à organização predial das cidades.

A desigualdade social também se levanta como elemento questionador deste avanço numérico da ciência médica. Apesar do caráter público dos hospitais na França assim como na Inglaterra, os mais abastados são os mais beneficiados. No primeiro país Moulin (2008, p. 27) indica que entre uma categoria profissional e outra o índice de mortalidade infantil chega a dobrar e no segundo país os mais abastados parecem acessar primeiro as benesses medicinais. Num raciocínio rápido e imediato podemos entender que estes dados refletem o poderio econômico diferenciado no acesso a tratamentos e medicamentos mais caros, a médicos particulares, a melhores condições de moradia, etc. No entanto, isso carece de melhor investigação. Já quando se trata da fase experimental do desenvolvimento destes novos conhecimentos a lógica se inverte e quem primeiro acessa essas novidades são os desfavorecidos. No entanto, não se trata de uma estratégia de ampliação do acesso a saúde, mas sim de fazer uso desta população como cobaia antes que se apliquem tais novidades à população em geral. Moulin (2008, p. 41) retrata bem essa situação ao mencionar a catástrofe de Lübeck, em 1929, onde cerca de cem crianças morreram durante a aplicação da vacina BCG em famílias pobres que aceitavam serem cobaias perante uma pequena recompensa financeira, ou seja, vendiam seus corpos mesmo diante da ameaça de morte, se é que elas tinham ciência deste risco. Sohn (2008, p. 127) também dá sua contribuição para compormos este quadro. Ela relata que antes da pílula anticoncepcional ser comercializada como método contraceptivo a experimentação do medicamento se deu em Porto Rico, país pobre da América Central até hoje muito influenciado pelos EUA.

Na passagem de um século a outro há ainda uma outra transição importante que acontece no seio da medicina. O avanço medicinal no ímpeto de cada vez mais dominar as doenças e safar o ser humano de suas inconveniências foi paulatinamente deixando de apenas cuidar dos sintomas e passando a prevê-los. Os aparelhos responsáveis por criar imagens do corpo, cada vez mais avançados e menos invasivos, como o exemplo do avanço da cintilografia nas mãos dos neurofisiologistas (MOULIN, 2008, p. 71-72), permitiram uma ampliação do número de exames que agora tratam de desvendar os órgãos em funcionamento antes que eles apresentem alguma deficiência. A consequência disso é que a medicina passa de preventiva a preditiva e no extremo acaba por suspender a distinção entre um indivíduo saudável e um indivíduo enfermo: “Doravante não é fácil falar de normalidade, no máximo de média e de intervalo confiável, e os números levam à definição de um risco mais do que de uma patologia. [...] Na sala de espera do médico, agora, há cinco bilhões de clientes aguardando pacientemente” (MOULIN, 2008, p. 19). Keck e Rabinow (2008, p. 97) identificam a mesma tendência no cruzamento entre genética molecular e genética das populações. Trata-se de utilizar-se dos avanços da genética molecular para se criar através de estatísticas de determinada população um perfil molecular padrão, referência para o indivíduo ser considerado normal. A prática que decorre daí é designada por Castel como “gestão dos riscos”:

Ela faz passar do tratamento direto da doença, pelo ato de assumir o seu contexto global, a uma avaliação estatística dos riscos da doença. O risco não é um perigo imediato detectado pela supervisão minuciosa dos corpos, mas a probabilidade calculável de comportamentos anormais e desviantes. Os corpos dos indivíduos não passam então de meros portadores dessas tendências estatísticas que os superam, e às quais devem submeter-se por um comportamento adequado. [...] Castel dá o nome de ‘gestão tecnocrática das diferenças’ a essa abordagem objetiva das enfermidades, que não leva em conta a sua dimensão subjetiva (KECK; RABINOW, 2008, p. 99).

Representada por e reduzida a números, a população é tratada como massa por este tipo de conhecimento da medicina assim como a indústria cultural o faz. São técnicas que almejam guiar decisões mais totais que sem dúvida desprezam as características do indivíduo até o íntimo de seus corpos. Horkheimer já nos dissera algo sobre isso ao falar sobre o pragmatismo enquanto filosofia: “Segundo o pragmatismo, a verdade não é para ser almejada por si mesma, mas na medida em que funciona mais, em que nos conduz a algo que está afastado ou pelo menos é diferente da própria verdade” (HORKHEIMER, 2007, p. 49). Sua crítica recai sobre o raciocínio que vincula sempre a verdade a um fim prático, que reduz ela ao sucesso ou insu-

cesso esvaziando-a de conteúdo próprio e colocando-a sempre em função do critério de eficiência prática. Ora, o que esta medicina preditiva e esta genética das populações fazem é exatamente considerar unicamente estas verdades práticas no trato que dão aos corpos enfermos ou não. O preço que se pode pagar por isso e a possibilidade de um darwinismo social que se apresenta parece serem ignorados pelas pessoas que constituem estes campos, afinal de contas estas possibilidades não se apresentam como verdadeiras probabilisticamente, por enquanto.

Neste contexto a terapia genética parece ser o estágio mais avançado de uma medicina preditiva. A interferência da medicina genética na relação do indivíduo com seu próprio corpo pode ser vislumbrada na detecção de uma deficiência genética num indivíduo saudável que manifestará nele, daqui a tantos anos determinada doença. O corpo passa então a ser visto de outra maneira por este indivíduo, novos comportamentos são aconselhados para que se amenize os efeitos deste erro genético (KECK; RABINOW, 2008, p. 93). Parece que somente nestes momentos em que se trata de sobrevivência o corpo é lembrado em sua totalidade, antes disso é pisoteado e humilhado pelo ritmo do trabalho ou pelos prazeres imediatos. Será que numa visão futurista podemos pensar que o indivíduo pode pedir para que troque de corpo ao descobrir que o atual possui um erro genético?

Esses avanços no campo da genética suscitaram um debate mais direto sobre o corpo humano de um ponto de vista econômico e político. Os pedidos de patente das empresas que conseguiram decodificar um trecho do genoma humano colocam o corpo humano quase numa posição de mercadoria, como mercado potencial a ser explorado. Frédéric Keck e Paul Rabinow citam um caso nos EUA que abre precedente para a política do “*consentimento informado*” do paciente nesse tipo de atividade. Trata-se da ação judicial movida por John Moore contra a Universidade da Califórnia acusando-a de durante um tratamento de seu câncer naquela instituição, suas células terem sido usadas num experimento que teve como resultado a criação de células imortais e que posteriormente foi patenteado pela universidade. O caso que fora levado à corte nos EUA suscita a seguinte declaração de um dos juízes: “ ‘O requerente nos pediu que consideremos o corpo humano – o sujeito mais venerado e o mais protegido em toda sociedade civilizada – como equivalente a mais baixa mercadoria comercial. Impõe-nos misturar o sagrado ao profano’ ” (KECK; RABINOW, 2008, p. 102-103). Configura-se aqui o corpo humano como mais um território de exploração comercial. Tal como se investe dinheiro na exploração de pedaços de terra no Oriente Médio com a esperança de se encontrar poços de petróleo, corpos são explorados na esperança de se encontrar melhoras em determinado tratamento. A pequena diferença desta comparação é que se não for encontrado petróleo o único prejuízo serão alguns buracos no solo, já com os seres humanos transformados em co-

baia sabe-se lá quais efeitos colaterais podem surgir. Muitas vezes alheio a isso o indivíduo “vende” seu corpo, corre riscos inimagináveis e mal sabe de que forma contribui para a medicina (talvez nem os médicos saibam) em troca de algum ganho financeiro. É o extremo daquela máxima de que o pobre nada tem a vender no mercado do capitalismo a não ser seu corpo na forma de mão-de-obra. Já há algum tempo, como vimos com Moulin (2008) e Sohn (2008), ele pode ser vendido como mera matéria-prima.

O conhecimento médico cada vez mais consolidado, essas novas imagens que ele é capaz de gerar a partir do corpo humano e seu maior controle sobre as doenças são fatores que colocam o corpo cada vez mais em evidência. Vem somar-se a isso e na trilha do que afirmamos quando abrimos o presente capítulo – uma tendência a um corpo cada vez mais liberto de dogmas – a combinação entre turismo balneário e moda. A evolução dos maiôs cada vez mais curtos até a criação dos biquínis, que por sua vez também vão diminuindo de tamanho ao longo do tempo, prova o peso desta combinação na exibição do corpo. Esta exposição aparentemente inofensiva repercutirá nas vidas privadas com o corpo sexuado, principalmente da mulher, mais à mostra, ainda que permaneçam as mulheres mais tradicionais, evitando se exibir na claridade tanto pelo seu tradicional pudor como pela vergonha, agora quase imposta, de se exibir um corpo não tão esbelto (SOHN, 2008, p. 110-111). Parece possível dizer que esta questão é central para o surgimento de uma concepção corporal estetizada. Ao mesmo tempo em que suscita um certo progressismo em relação às visões religiosas tradicionais, esta exposição corporal traz à tona a questão estética bem como a questão do corpo sexual.

Sohn (2008, p. 119) vê no discurso médico sobre a sexualidade certa continuidade do discurso religioso tendo como base desta reflexão o exemplo do sodomita, que passa de herege a doente. No início do século XX o pensamento de Freud parece ser o caminho mais sólido para questionar essa continuidade já que ele propõe orientar o sexo pelo princípio do prazer promovendo uma ruptura com o princípio funcional, quase mecânico, da reprodução da espécie¹⁰ defendida por diversas religiões nos discursos contra os métodos contraceptivos, por exemplo. Mas, a autora não é só elogios ao psicanalista primeiro. Para ela, o erro freudiano é restringir a libido ao homem e assim confirmar o papel subalterno da mulher colocado socialmente, algo que no contexto da psicanálise só é repensado no final da década de 20 por Wilhelm Reich (SOHN, 2008, p. 121).

Já que falamos em contracepção vale levantar uma outra questão a ela ligada. Trata-se da pílula anticoncepcional que não pode ser somente entendida como redenção da mulher, sua

¹⁰ Já havíamos comentado sobre este viés funcionalista guardar raízes político-religiosas no capítulo anterior.

entrega ao prazer, livre do perigo que a maternidade representa hodiernamente. Ela também pode ser encarada como disponibilidade total do corpo feminino para a satisfação dos desejos masculinos o que se traduziu nas abordagens rápidas e diretas dos homens que diante de um “não” rapidamente partem para abordar outra mulher (SOHN, 2008, p. 153-154). É importante ressaltar que Anne-Marie Sohn não afirma que a pílula, por si só, garantiu isso e sim que viabilizou esta tendência construída ao longo do tempo. Pensamos aqui que esta construção se dá no contexto de um caldo cultural que prima cada vez mais pela experiência efêmera em substituição à experiência formativa, pelo imediato às custas do sólido e pacientemente construído, algo que será mais explorado no próximo capítulo deste trabalho.

A AIDS é que parece operar um certo retrocesso nessa retomada de uma visão mais prazerosa do corpo. Moulin fala que a doença é encarada como castigo dos deuses para a liberdade confundida com libertinagem:

Doença sexualmente transmissível, a Aids avançava na contracorrente da liberação dos costumes dos anos 1960. À semelhança das epidemias do passado, era interpretada por algumas pessoas como vingança divina e ressuscitava a intolerância, e até a procura de bodes expiatórios (MOULIN, 2008, p. 30).

Sohn (2008, p. 131), por sua vez, vê como a AIDS transforma a sexualidade num problema de saúde pública no qual o hedonismo deve ceder espaço ao sanitarismo. E o prazer sexual é também colocado em xeque quando ele passa a ser terapêuticamente tratado (SOHN, 2008, p. 124). Dividido racionalmente em quatro fases – excitação, platô, orgasmo e resolução – dá mostras de como o conhecimento instrumentalizado do corpo humano é capaz de petrificá-lo até o mais íntimo de sua manifestação. O princípio do prazer colocado acima de uma visão meramente funcional da relação sexual anteriormente vista somente em função da reprodução da espécie, ao mesmo tempo em que pode representar certo progresso, opera certo retrocesso. Os indivíduos que se envolvem sexualmente parecem desabilitados por este novo tipo de conhecimento a resolverem sozinhos o que fazer com seus sentimentos e desejos. Desta forma o ato sexual abre mão da possibilidade de ser algo particular, de revelar o íntimo dos indivíduos e passa a ser definido externamente, segundo um modelo. A emergência deste tipo de tratamento parece confirmar que cada vez mais os indivíduos encontram-se alijados do próprio corpo já que eles próprios não conseguem identificar o que lhes traz prazer e o que não traz, o que o corpo reflete de todo o restante da vida em um momento tão íntimo, e acabam tendo de recorrer a esta visão externa padronizada.

As duas guerras mundiais podem ser aqui chamadas à tona, pois se inserem nesta linha que pode ser entendida como uma desmobilização da visão otimista e progressista sobre o corpo. Assim como a AIDS, as atrocidades cometidas nestes períodos expõem um corpo não mais identificado com o prazer ou com um mundo mais livre, e sim um corpo marcado pela aparente contradição de se viver num mundo cada vez mais moderno e cada vez mais capaz de cometer a barbárie: os conflitos bélicos no século XX, agora mais tecnologizados, ampliaram exponencialmente sua capacidade mortífera. Por ocasião da primeira grande guerra foram recrutados 70 milhões de ocidentais; na que se sucedeu em meados de 1940 foram 87 milhões (AUDOIN-ROUZEAU, 2008, p. 366). As mortes de cerca de 16 milhões de combatentes e de cerca de 21 milhões de civis no ocidente (AUDOIN-ROUZEAU, 2008, p. 367), durante a segunda grande guerra, foi só uma demonstração da ameaça da extinção do ser humano que tornou-se mais concreta com o sucedâneo da Guerra Fria e da ameaça de um conflito nuclear. Para Hobsbawm é impossível entendermos o algo deste século sem considerarmos o que ele chamou de era da catástrofe: “Não há como compreender o século XX sem ela. Ele foi marcado pela guerra. Viveu e pensou em termos de guerra mundial, mesmo quando os canhões se calavam e as não explodiam” (1995, p. 30). Os números inimagináveis apresentados pelo autor (1995, p. 51-52) atestam essa sua assertiva e nos autoriza considerar que a domesticação dos corpos por meio do trabalho fabril, iniciada no século anterior ganha grande fôlego no contexto das indústrias bélicas. As cenas de guerra e do consequente morticínio tiveram forte impacto sobre todo o planeta, mesmo aqui no Brasil, embora não tenhamos participado diretamente do conflito com um efetivo militar expressivo, 25.334 combatentes com 457 baixas segundo o Exército Brasileiro (2009) e ainda assim somente depois de cinco anos do confronto ter se iniciado.

Durante os dois conflitos mundiais todo e qualquer respeito pelo ser humano parece ter sido suspenso. Audoin-Rouzeau (2008, p. 400; p. 404) indica que as maiores atrocidades foram cometidas nas frentes que se abriram no leste europeu e no pacífico. Ele levanta uma hipótese explicativa para isso: estas práticas mais brutais estariam ligadas à ideia de uma superioridade racial de quem as cometia. No ocidente o respeito aos civis, aos presos de guerra, às mulheres, crianças e idosos parece ter sido razoavelmente preservado. Não que isso fosse uma diretriz intocável. É importante desfazermos o sentimento geral de que somos mais civilizados que os orientais. Há que se lembrar que com o segundo conflito mundial praticamente resolvido, os EUA não viram nenhum problema em brutalizar toda uma nação, lançando suas bombas atômicas sobre o Japão, para satisfazer seus interesses políticos (HOBSBAWN, 1995, p. 34), como se seus cidadãos valessem mais que qualquer outro, de qualquer outra nação.

Um ponto específico do trabalho de Audoin-Rouzeau (2008) nos chama atenção. Trata-se da herança de guerra que o século XX deve ao século que o precedeu: a postura de combate ereta. Mais que uma exigência física do combate, ela representava uma maneira de intimidação, de imponentia do combatente que pela imagem de sua postura soberba tentava de antemão se impor psicologicamente perante seu rival. A frieza e o autocontrole se inseriam nesta mesma lógica. A própria vestimenta também desempenhava este papel dando maior corpulência ao indivíduo. O que nos salta aos olhos é como o projeto de dominação da natureza que encontra no corpo humano sua manifestação mais imediata deve se impor inclusive nesta situação. Custe o que custar a atitude do combatente deve ser de autocontrole e a natureza que se expressa nos movimentos instintuais de defesa da própria vida devem ao máximo serem controlados¹¹. É sabido que esta postura ereta não perdurou no século das grandes guerras (AUDOIN-ROUZEAU, 2008, p. 374-379), muito embora o estereótipo do combatente fascista do Eixo possivelmente visse aí um ideal de “novo homem” (AUDOIN-ROUZEAU, 2008, p. 394). E esta constatação parece tristemente confirmar a teoria da experiência formativa que abordaremos com mais detalhes no capítulo vindouro. Não foi possível antecipar as agruras da guerra moderna sem senti-las na carne, sem olhá-las nos olhos (AUDOIN-ROUZEAU, 2008, p. 374).

Ainda na temática da violência psicológica intermediada pelo corpo vemos uma transição do massacre de uma modalidade mais próxima e humana, para algo mais maquínico, rigidamente definido e distanciado das vítimas. Os fuzilamentos atroz de seres indefesos passam de uma proximidade incomodante para os fuzilamentos à distância, com movimentos corporais padronizados e orientados externamente, as vítimas de costas e prontas para caírem diretamente numa vala comum (AUDOIN-ROUZEAU, 2008, p. 398). Essa padronização parece ter como objetivo a diminuição dos impactos psicológicos gerados pela situação por meio de uma automatização do exercício tornado corriqueiro. Sua banalização e mecanicidade evita que o soldado enxergue um ser humano a sua frente, um corpo humano. Corroborando o embrutecimento do indivíduo em tempos de guerra, sua dessensibilização se dá também pelo palavreado chulo utilizado cotidianamente. Parece que a meta era tratar o próprio corpo com

¹¹ No trabalho de Audoin-Rouzeau (2008) encontram-se no mínimo dois relatos interessantes: o de soldados que não conseguiam manter o controle dos esfínteres com o início dos bombardeios (AUDOIN-ROUZEAU, 2008, p. 378) e o de um combatente acossado por instintivamente abaixar a cabeça no fogo cruzado (AUDOIN-ROUZEAU, 2008, p. 369). Esta questão do descontrole corporal é especificamente preocupante, pois vemos hodiernamente acontecer em treinamentos e provas que levam o homem ao seu limite físico donde a resposta é fisiológica na forma do descontrole dos esfínteres, urinando, defecando e/ou regurgitando descontroladamente. As academias parecem reproduzir isso, é bem verdade que em menor escala, dando força a uma pedagogia corporal pautado na dureza e todos os prejuízos que disso advém e que foram brilhantemente levantados por Adorno (1995b).

descaso e o corpo do inimigo com menos consideração ainda. As palavras *shit* e *fucking* eram associadas a praticamente todas as outras e esse expediente linguístico é banalizado a tal ponto que são inventadas siglas como FNG (*fucking new guy* – para designar um soldado recém-chegado) porque os combatentes já haviam se cansado de pronunciar e de ouvir tais palavras (AUDOIN-ROUZEAU, 2008, p. 392). Talvez somente desta forma, brutalizando o próprio corpo e o corpo do outro, fosse possível se manter em pé no *front*.

A guerra do Vietnã também merece uma menção, ainda que rápida, na contribuição que dá para o imaginário social acerca do corpo ao longo do século XX. Isso se deve principalmente a atividade da grande mídia ter se desenvolvido mais próxima dos campos de batalha ao longo desta guerra (AUDOIN-ROUZEAU, 2008, p. 377) e possivelmente com um viés político maior. A própria produção literária e cinematográfica atesta isso, com clássicos como “Platoon” de Oliver Stone e “Apocalypse Now” de Francis Ford Coppola, este último baseado no livro “Heart of Darkness” de Joseph Conrad. Isso tudo aproximou a população civil da experiência de guerra, obviamente que de maneira mediatizada e por isso há de se considerar todas as questões que se colocam acerca do viés político destas mediações e ainda a questão da experiência formativa. No entanto, isso não descredencia esta situação no amplo leque de fatores que determinaram o olhar do século XX para o corpo humano.

Outra herança dos idos das grandes guerras é a quantidade enorme de amputados e de ex-combatentes em busca de tratamento psiquiátrico. A amputação tornara-se quase regra, não porque os membros superiores e inferiores estivessem mais expostos, e sim porque os ferimentos sobre o tronco e a cabeça eram quase sempre mortais (AUDOIN-ROUZEAU, 2008, p. 385). A psiquiatria teve de superar as primeiras explicações de que os prejuízos psicológicos fossem de ordem neurológica e não psíquica (AUDOIN-ROUZEAU, 2008, p. 388). Ora, o sofrimento psicológico se dá pela via dos sentidos, o espetáculo da carnificina que se apresenta aos olhos, o concerto orquestrado pelos gritos desesperados dos feridos, a sensação tátil de rastejar por sobre corpos de companheiros, o cheiro de putrefação. Aliás, a crescente demanda por tratamento psiquiátrico parece lembrar-nos de que nossa existência no mundo é acima de tudo física e que não se pode submeter totalmente o corpo à mente.

Seja como for, hoje se sabe que o custo da experiência do combate moderno não é apenas de ordem corporal. Tudo acontece como se as formas de combate no século XX houvessem ultrapassado as capacidades psíquicas de adaptação e de resistência dos soldados encarregados de executá-las (AUDOIN-ROUZEAU, 2008, p. 391).

Na história das guerras e da herança corporal que dela carregamos, não podemos deixar de falar dos campos de concentração, das imagens chocantes de degradação humana que eles nos trouxeram e continuam nos trazendo por meio de seus registros fílmicos e fotográficos. O mote dos campos de concentração foi obviamente a limpeza étnica, mas os indivíduos ali postos tinham de ter alguma serventia antes de serem descartados e é partindo deste pressuposto que os responsáveis pelos campos tratavam seus detentos como meras ferramentas: “São ferramentas – não está escrito nos vagões onde os transportam [os prisioneiros] ‘recursos especiais’?” (BECKER, 2008, p. 426-427). Tomar-lhes a humanidade era o objetivo que começava a se efetivar desde o transporte deles em vagões destinados a ferramentas e que na dimensão corporal encontrava especial atenção: a despersonalização começava com raspagem do cabelo e dos pelos, e continuava com a substituição do nome por um número de matrícula tatuado na pele (BECKER, 2008, p. 430), pela racionalização da comida de acordo com a quantidade de trabalho (BECKER, 2008, p. 428), etc. A completa coisificação do homem, retrocedendo na escala evolutiva e fazendo-o retornar ao animal: “Assim, o corpo dos prisioneiros é marcado, classificado, arquivado: na chegada, ele têm um rosto, um corpo, uma alma. [...] O fato de se cancelar uma matrícula após a morte para dar a um novo chegado é sintomático: não há indivíduos, e sim números intercambiáveis” (BECKER, 2008, p. 431-432). Assim como nos campos de batalha, os sentidos traem o indivíduo servindo de canal de ataque:

O novo ambiente do deportado o agride primeiro pelos sentidos. Nos campos de concentração nazistas, os gritos dos SS e os latidos dos cães, envolvidos pelo odor penetrante dos cadáveres em decomposição, pela fumaça das valas onde se queimam os cadáveres e depois pela fumaça dos fornos crematórios (BECKER, 2008, p. 431-432).

De antemão os deportados já se avizinham com seu futuro. Poderíamos citar muitos outros meios de despersonalização do indivíduo e de embrutecimento do mesmo, mas nos atemos a especificamente um deles: o momento da chamada.

A cerimônia da chamada antes e depois da jornada de trabalho faz parte da arrumação inútil: essa espera prolongada para encontrar o número exato de prisioneiros, incluindo os mortos da véspera ou do tempo da chamada, essas contas feitas e refeitas, no frio ou no calor, constituem uma das formas da humilhação de seres para quem essa longa permanência em pé – que caracteriza o ser humano, todavia – se torna insuportável (BECKER, 2008, p. 428).

Parece-nos que isso diz algo sobre a chamada escolar que substitui os nomes dos alunos por números sequenciais. São pequenas atitudes como estas que em consonância com a coisificação do ser humano devem ser revistas nas escolas. Os próprios alunos internalizam isso e estranham quando um professor faz a chamada pelo nome. “O nome da pessoa, marca da identidade, é substituído pelos números de matrícula” (BECKER, 2008, p. 430). Talvez seja possível encarar esta afirmação como um exagero, já que os alunos não se chamam pelos números, ainda... Quando Adorno se pergunta sobre a educação ser capaz de transformar algo de decisivo em relação à barbárie (1995b), creio que estas pequenas atitudes tornam-se preponderantes, pois tanto para a eficiência dos campos de concentração como para a eficiência do capitalismo consumista parece imprescindível que o indivíduo seja desrespeitado na sua individualidade, que ela seja apagada.

Mas, o corpo não era só local de reprimenda e repressão, era também local de protesto, como no caso dos presos que preferem cortar a própria mão a continuarem suas vidas humilhadas e o trabalho forçado na derrubada de árvores. Diz-se que eles pregavam a mão nos troncos de árvores que eram vendidos para o exterior e que inclusive uma delas chegou atarraxada a um tronco no porto de Londres (BECKER, 2008, p. 432-433). Esta é uma entre outras tantas mutilações de protesto. As mulheres que esfregavam os próprios rostos a fim de avermelhá-los, tal qual uma maquiagem, também representavam corporalmente alguma resistência, bem como quando vítimas de estupros não abortavam e carregavam uma gravidez no ambiente mais contrário a esta condição que se possa imaginar. “O corpo é igualmente o lugar de resistência cotidiana: lavar-se, achar as roupas, a comida, cuidados, afeto, um sorriso, é manter vivos o corpo e a alma, seu ser, sua individualidade” (BECKER, 2008, p. 433). Muitas vezes, no contexto daquela insanidade, este era o paradoxo que se punha: o indivíduo se conservava ser humano renunciando suas necessidades mais básicas, mais corporais, fingindo não ser um corpo para se manter sendo.

Ao contrário do que se fazia nos campos de concentração alemães, nos *gulags* – os campos de concentração soviéticos que funcionaram durante a ditadura Estalinista – a instrumentalização do corpo alheio era levada ao extremo, pois lá estas “ferramentas” não podiam ser descartadas. Se extraía o máximo das “ferramentas” disponíveis e imediatamente antes de cederem e se quebrarem eram interrompidas no trabalho para que pudessem minimamente se recuperarem e em seguida novamente voltar a trabalhar sendo assim utilizadas o máximo possível. Havia uma cota de descarte que deveria ser respeitada e caso o administrador do *gulag* descartasse mais “ferramentas” do que lhe era permitido, acabava sendo punido (BECKER, 2008, p. 425). Este discurso de utilização extrema das capacidades humanas não se assemelha

ao discurso do esportista? Em quais proporções podemos relacionar ambos os discursos? Mais a frente retornaremos à questão do treinamento.

Já invadindo o cenário artístico, nos parece salutar atermo-nos à arte cinematográfica devido a sua popularidade de rápida ascensão no entreguerras (HOBBSAWN, 1995, p. 192). Nas grandes telas vemos desfilar tendências corporais a influenciarem, umas com mais sucesso que outras, o cotidiano das massas. A mulher *glamourosa* e fatal é um exemplo desta fabricação do corpo pelo cinema e ganha sucesso durante bom tempo, mas decai por se tratar de um arquétipo que reflete determinado momento histórico, que ultrapassado a condena ao desprestígio paulatino. Na verdade ela refletia uma desforra da mulher socialmente reprimida e que com a ascensão gradual da mulher, que aos poucos se põe no mesmo nível social do homem, poderia e deveria abrir mão de tal expediente tornando-se então atriz de fato (DE BAECQUE, 2008, p. 493). Cabe destacar que a presença corporal destas mulheres falava muito sobre elas e lhes conferia em grande parte o sucesso que tiveram. Parece que estas mulheres se encerram em seus corpos e que ele é portanto utilizado como slogan, marca característica e padrão de sucesso, algo retomado em grande medida nos tempos atuais.

A mulher fatal não era uma mulher do dia-a-dia e muito menos se identificava com culturas tão diferentes a ponto de ser sucesso em diversos países. Ela era na verdade uma fabricação estadunidense que ganhara terreno principalmente na década de 1910, quando a primeira grande guerra ocupava muito as atenções dos países europeus. Mas, ao final do primeiro conflito mundial, as estrelas que começam a despontar no velho continente ao invés de contraporem-se a este modelo artificial de beleza feminina, o encarnam, chegando inclusive a estrelar os filmes hollywoodianos (DE BAECQUE, 2008, p. 491). A temática da despersonalização que exploramos ao falar dos campos de concentração parece encontrar eco no cinema: “Os corpos, no cinema, continuam sendo o que circula de um país para o outro, de uma cultura para a outra, entre os públicos do mundo inteiro, enquanto as palavras, referências, muitas vezes, marcam com maior rigor as fronteiras” (DE BAECQUE, 2008, p. 494). Devido a esta padronização, a expressão corporal não evidencia com tanta clareza as diferenças entre o velho continente e os EUA, no sotaque é que isso fica mais claro. Lembremos que na origem do cinema a performance corporal era fundamental já que ele era mudo. Com o passar do tempo a linguagem imagética perde sua hegemonia nas películas e abre o espaço necessário para que se universalize o inglês estadunidense promovido pela grande indústria hollywoodiana que já se consolidava (HOBBSAWN, 1995, p. 193-194). Este não é um fato qualquer se considerarmos que a língua de um país traz a reboque toda uma cultura que neste caso acaba se universalizando, quase se impondo como visão única de nosso mundo.

O cinema moderno rechaça este corpo padronizado e faz voltar à cena um corpo mais real, sem, no entanto, utilizar do recurso ao extraordinário como Tod Browning¹² o fizera. O corpo que passa a ser representado nas telas é o hodierno, com suas marcas e cicatrizes com sua dose de realidade levada ao máximo do que o cinema pode realizar nestes termos. Inclusive é no contexto dessa busca pelo realismo que surge o olhar-câmera, aquele que busca colocar o espectador na carne do artista. Não que ele não fora utilizado antes pelo cinema, mas com uma profundidade e um compromisso com o real bem menores do que aqui (DE BAECQUE, 2008, p. 496). Este movimento, novamente, é um eco direto do momento histórico que se vive. Após os horrores das duas grandes guerras não se pode mais existir cinema inocente e isto é explorado “[...] através dessa representação tão particular: um olhar que nos olha, remetendo a corpos traumatizados, torturados, executados, massacrados, eliminados” (DE BAECQUE, 2008, p. 497). De Baecque nos traz uma interessante fala de Jean-Luc Godard acerca dos corpos retratados pelo cinema até então:

Não podemos perdoar a vocês [antigos cineastas franceses] por jamais terem filmado moças assim como as amamos, moços com quem cruzamos todos os dias, pais como os desprezamos ou os admiramos, crianças como nos deixam espantados ou indiferentes, numa palavra, os corpos, assim como são (DE BAECQUE, 2008, p. 500).

De Baecque (2008) parece ser um tanto quanto otimista no prosseguimento de sua análise. Utiliza-se de exemplos bastante sólidos e recentes para afirmar que a questão corporal continua a ser tratada com alguma criticidade pelo grande cinema. Sua tese é de que este realismo arrefece um pouco em nome de uma postura mais livre que utiliza o território corporal como metáfora da expectativa permanente que alimentamos de encontrar um ponto de equilíbrio social. Este equilíbrio retratado nos filmes é quase sempre muito frágil e frequentemente da aparente calma desabrocha uma desordem que denuncia tal fragilidade (DE BAECQUE, 2008, p. 506). Acolhemos esta reflexão como um otimismo até certo ponto exagerado, porque flagrantemente permanecem estereótipos corporais na grande produção hollywoodiana, como o gordinho quase sempre colocado como figura cômica, a grande maioria das estrelas principais sempre muito próximas de um perfil corporal considerado “malhado”, o aluno inteligente

¹² Tod Browning pertence a uma geração de cineastas anterior ainda aos que produziram o modelo da mulher *glamourosa/fatal*. Suas obras baseavam-se num cinema do choque visual, que impressionava os espectadores através dos corpos anormais de pessoas reais, herança dos chamados *freak shows* nos EUA e dos *entra-e-sai* no velho continente. Sobre Tod Browning e outras importantes reflexões acerca do corpo anômalo: COURTINE, Jean-Jacques. O corpo anormal: história e antropologia culturais da deformidade. In: _____. (org.). **História do corpo: as mutações do olhar: o século XX**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 253-340.

ou estudioso com um físico esdrúxulo, dentre tantos outros estereótipos. E mesmo nas obras que seguem o caminho apontado por De Baecque (2008) o elemento da ação e da violência frequentemente se sobressai, relegando a metáfora apontada a um segundo plano.

A esta altura do texto também nos parece importante sinalizar que apesar do século XX poder ser caracterizado como um momento de mudanças, do nascimento de uma juventude crítica. A regra parecia ser romper com as tradições, negá-las totalmente como aponta Hobsbawn (1995, p. 314-336). E neste quadro o comportamento transgressor muitas vezes se identificou com a adoção de um estilo de vida dos extremos que tinham como seus ícones jovens que gozaram a vida ao extremo sem se submeterem a nenhuma regra culminando em mártires como Jimi Hendrix, Janes Joplin, James Dean, (HOBSBAWN, 1995, p. 317-318), e para nós Raul Seixas, Cazuza, mais tarde Renato Russo, dentre tantos outros. O resultado desta subversão total não foi exatamente o que se esperava. O questionamento radical da sociedade não nos levou a um patamar necessariamente melhor porque não privilegiou uma mudança de paradigmas:

Mais significativo ainda é que essa rejeição não se dava em nome de outro padrão de ordenação da sociedade, embora o novo libertarismo recebesse uma justificação daqueles que sentiam que ele precisava de tais rótulos, mas em nome da ilimitada autonomia do desejo humano (HOBSBAWN, 1995, p. 327).

Nenhuma mudança substancial aconteceu como resultado, seja porque o espírito individualista de saciação do desejo alimentou o desenvolvimento da indústria cultural e de seus produtos prometedores da felicidade, seja porque no fundo não se conseguiu romper totalmente com a tradição humana (HOBSBAWN, 1995, p. 328), não se conseguiu fundar um novo homem que partisse do zero – afinal de contas, isso é impossível – muito embora hoje, mais distantes daquele momento, possamos tomar algumas lições importantes de como se estabelece a tensa relação entre indivíduo e sociedade. Queremos dizer que este é um panorama Geral de toda uma geração marcou principalmente as décadas de 1960 e 1970, mas sem com isso acusá-los de meros inseqüentes. Esta reflexão é que parece estar ausente do otimismo de De Baecque.

Por fim, gostaríamos de abordar a temática do treinamento físico e das questões ligadas ao espetáculo esportivo que em grande parte o alimenta. O treinamento se estabelece solidamente no início do século XX como requisito comum a todos os esportes principalmente a partir do futebol (VIGARELLO, 2008, p. 204-205). Vigarello (2008, p. 205-206; 223-224)

confirma ainda Carmen Soares (2000) ao mostrar que a ginástica não desaparece com o crescimento do treinamento físico-esportivo, mas a ele se adapta e com grande sucesso principalmente no ambiente escolar valorizando os segmentos ginásticos que melhor se adéquam a uma visão biológico-tecnicista em detrimento dos segmentos mais dados à questão artística. Soares já havia indicado esta “[...] obsessiva negação da Ginástica de seus vínculos com os divertimentos populares, com as mais variadas formas do corpo como espetáculo de rua [...]” (SOARES, 2000, p. 48). Pierre de Coubertain chega a aconselhar esta vertente mais técnica de ginástica em ambiente escolar. Opera-se aí, portanto, mais um passo em relação ao empobrecimento do que se entende por corpo humano: “Este corpo técnico, deve-se insistir neste ponto, é um corpo medido” (VIGARELLO, 2008, p. 209); empobrecimento este que viabiliza atualmente os parâmetros para o ramo estético das cirurgias plásticas. O corpo reduzido a números é hoje a referência que torna plausível se pensar na realização das inacreditáveis medidas de uma boneca Barbie ou das denominadas modelos *Twiggy*¹³, estereótipos corporais nascentes em meados do século XX (ORY, 2008, p. 165) e que, portanto, fizeram parte de nossas infâncias e hoje, talvez com menor hegemonia, continuem habitando o mundo infantil.

Na modernidade, o discurso que coloca o corpo visto como uma máquina sem dúvida ecoa no ambiente esportivo. O caso do tradicional *Tour de France* é bastante ilustrativo para Vigarello (2008, p. 206-209), pois além de colocar os competidores como massa de corredores, atletas da bicicleta quase sem nenhuma outra distinção individual visual, também revela um discurso baseado numa tecnologia fetichizada demarcada neste momento também pela transição da madeira para o aço. “Penhor de eficiência, de mobilidade tal como de perfeita mecanização, ela [a bicicleta] é também o primeiro objeto de consumo da França industrial, passando de 50 mil máquinas em 1890 a mais de um milhão em 1901: um ‘benefício social’, dizem os jornalistas do princípio do século” (VIGARELLO, 2008, p. 207). A modernidade é também abordada por Vaz (VAZ, 2003; 2006) e neste autor ela se coloca primordialmente como o momento de decisiva perda da possibilidade de experiência formativa e o corpo é de várias formas reduzido ao efêmero, ao visual, ao momentâneo. Com isso, não nos parece mera coincidência que os discursos aproximando o corpo da máquina ganhem espaço neste momento.

¹³ Segundo Paula Sibila (2009) se existisse uma Barbie humana, ela não seria tão humana assim, já que suas medidas deveriam ser de 2 metros e 13 centímetros de altura, 96 centímetros de busto, 45 centímetros de cintura e 83 centímetros de quadril. Como recheio, menos de 50 quilos. Já as modelos *Twiggy* baseiam-se na silhueta apresentada pela modelo dono deste nome que “[...] com suas inéditas medidas enxutas e sua aparência ‘desnuda’, [...] escandalizou o mundo quando apareceu pela primeira vez nas páginas da revista ‘Vogue’, em 1965”. O texto de Sibila explora ainda outros interessantes aspectos deste padrão de corpo representar hoje a meta de grande parte das mulheres ao redor de todo o planeta.

Os estudos neurofisiológicos dão uma tonalidade diferenciada a esta visão do corpo humano associado à máquina de combustão, indicam ao mínimo certo enriquecimento da visão sobre o corpo humano propondo uma máquina de informação que trafega pelas vias neuronais do indivíduo, ainda que continue presa a um objetivismo empobrecedor. Mesmo assim,

A imagem do motor de combustão, no entanto, resiste, ainda dominante no começo do século XX. [...] Os reformadores dos exercícios na escola visam, aliás, essa parte do corpo [o peito] propondo seus projetos: ‘A tarde deve ser reservada aos pulmões; a manhã, ao cérebro’. Os engenheiros do trabalho visam da mesma forma essa parte do corpo apresentando seus cálculos: quanto às ‘medidas dinâmicas da máquina humana’, estudadas por Amar em 1914 nas situações profissionais, todas elas se limitam, com enorme precisão, aos gastos de ar trocado. A máquina energética ainda é o modelo primeiro (VIGARELLO, 2008, p. 212)

Voltamos novamente a ver a escola se orientar por um conteúdo interessante a lógica do trabalho fabril crescente. É o que Gleyse (2007b) parece confirmar ao falar da situação da Educação Física na França. Para ele é em meados do século XX que se nota uma forte presença da psicologia experimental e da sociologia estatística na constituição do campo de saberes da Educação Física ao passo que se estranha a ausência da história e da antropologia. No caso da história, a razão seria

[...] porque se trata de uma ciência por vezes *literária* e *científica*, *qualitativa* e *quantitativa*. Talvez, e sobretudo, porque se trata de uma *ciência hermenêutica* e não hipotético-dedutiva; em outras palavras, uma ciência que tem uma visão antes de tudo emancipatória e não somente funcionalista (GLEYSE, 2007b, P. 150)

Já no caso da antropologia: “[...] o aspecto *qualitativo* e *emancipatório da pesquisa* é marcado ainda mais pela história, e o relativismo cultural que implica esse tipo de pesquisa se alia, sem dúvida, muito mal com a visão ‘universalista’ e talvez totalitária do fenômeno esportivo” (GLEYSE, 2007b, p. 150).

Vigarello (2008, p. 212-218) toca ainda num outro ponto do treinamento que revela sua faceta adaptativa. Os discursos proferidos por aqueles que sustentam cientificamente o treino físico estão permeados de um conteúdo político bastante condizente com o capitalismo. A ideia é fazer com que o treinamento físico também seja mental. Buscar sempre mais, se superar, melhor enfrentar a vida, todas estas fraseologias recorrentes no treinamento físico facilmente se adaptam a uma visão de que você é o único responsável pelo seu sucesso ou seu

fracasso, ou seja, estes discursos tornam-se um mecanismo de personalização do fracasso individual que viabiliza o capitalismo, mas que sem dúvida não pode ser descoberto. Algo que não é novidade, afinal de contas já vimos como a medicina também operou este mesmo projeto durante o século XIX.

Este corpo para ser exibido, espetacularizado, dialoga com uma história do esporte cada vez mais visto como um show. Com Vigarello (2008) vemos que nos primórdios das manifestações esportivas com plateia, esta estava praticamente dentro do campo de jogo, reduzida a pequenas dezenas de pessoas, predominantemente do sexo masculino. Não havia uma distinção tão clara entre jogadores e espectadores. Havia um discurso moral de que a exibição esportiva perverteria o atleta que deixaria de agir segundo os preceitos de honradez do esporte e se deixaria levar pela luxúria da exibição, sem contar a noção, veladamente defendida pelo Barão de Coubertin, de que as multidões de espectadores traria consigo o popular, a massa, bárbara. Nada disso combinava com os preceitos burgueses de esporte remanescentes do século XIX.

No entanto, no decorrer da história e com o desenvolvimento do capitalismo, os ideais burgueses de honradez no esporte vão cada vez mais dando lugar à perspectiva financeira do espetáculo esportivo. Voltemos a já tradicional Volta da França de ciclismo. O motivo de sua criação é muito menos esportivo do que comercial. Segundo Vigarello (2008, p.450) o jornal “L’Auto” competia em vendas com o diário “Le Vélo” e Henri Desgrange, diretor do primeiro, havia percebido que a imprensa esportiva começava a ganhar terreno, a ganhar público. Investindo nisso ele cria a famosa prova ciclística que, coberta pelo seu jornal rapidamente triplica sua tiragem.

Os Jogos Olímpicos de 1924 é um outro exemplo do crescimento do espetáculo esportivo. Segundo Vigarello (2008, p. 450), esta edição dos jogos é a primeira a conjugar o acesso das massas com o afinamento do olhar, com exibição mais clara possível de determinado esporte, nos mínimos detalhes. Algumas condições materiais tiveram de ser criadas para que isso acontecesse como o desenvolvimento dos transportes, dos meios de comunicação e o nascente tempo livre (VIGARELLO, 2008, p. 451). A massificação das plateias é potencializada pela identificação que os espectadores criam para com os atores principais deste espetáculo transformados em mitos pelas narrativas esportivas que começam a se desenvolver (VIGARELLO, 2008, p. 455). Isso talvez nos autorize dizer que os atletas vêm reavivar a ideia dos semideuses gregos, como Aquiles, ou preencher a lacuna deixada pela extinção desta figura mítica. Ao mesmo tempo em que são seres humanos, os atletas são pintados também como sobre-humanos, capazes de empenhos corporais e façanhas esportivas descomuns.

Deuses de carne e osso? Esta criação dos ídolos parece estar ligada ao que apontamos logo acima como um discurso de personalização dos fracassos de todo um sistema político, ou seja, de que o homem é sempre capaz de melhorar seu desempenho, de buscar mais, de ultrapassar seus limites, dependendo apenas de seu esforço.

No campo político foram diversos os interesses no espetáculo esportivo. Quando Vigarello (2008, p. 453) fala que “A ‘promoção’ do campeão seria, então, transparente, capaz de revelar suas singulares qualidades pessoais, sem ascendência nem herança”, relembramos que os esportes tem forte origem burguesa e que peremptoriamente reforçam sua crítica a sociedade monárquica que impossibilitava a ascensão social. Atualizando tal crítica, podemos entender o espanto que causa as atuais sociedades de castas e o quanto elas emperram o desenvolvimento do capitalismo. Então, levar a imagem do esportista que por seus próprios esforços alcança a vitória, o sucesso, é ao mesmo tempo espalhar a imagem do capitalismo.

Os Jogos Olímpicos de Berlim é outro exemplo de uso político da manifestação esportiva do século XX. As conquistas de brancos e negros alternam uma disputa política entre o ideal de uma raça ariana superior e um ideal humanitário de diversidade social. Os corpos dos atletas representam possibilidades de se fazer propaganda política: “Tudo aí é símbolo: uniformes e insígnias, bandeiras e cruzeiros gamadas. Cada momento da cerimônia esportiva é confiscado pelo signo político. [...] o hino nazista “Horst Wessel Lied” é tocado 480 vezes no estádio, o hino alemão 33 vezes” (VIGARELLO, 2008, p. 462). Não só para propagandear, mas também para esconder, mudar o foco. É o que a história do espetáculo futebolístico em nosso país nos mostra, principalmente durante a ditadura dos anos 70 que explorara a imagem de uma seleção de futebol vitoriosa para se falar menos de política e para disfarçadamente perpetuar sua ideologia nos coros e gritos entoados.

Feito este panorama, independente do olhar que possa ser composto através do entrecruzamento de todas estas tendências acerca do corpo, um aspecto central parece se consolidar: o corpo tratado como mercadoria. A exposição que ele alcança salta aos olhos do capitalismo que nele enxerga um potencial de mercado a ser explorado em várias direções com a possibilidade de criação de milhares de produtos. O aumento da longevidade apontado por Moulin (2008, p. 27), que citamos no início deste tópico, abre um novo mercado para a estética explorar e de maneira dupla: produtos para se evitar o envelhecimento e nos já envelhecidos amenizar suas marcas. Lembremos ainda que o turismo balneário (SOHN, 2008) fez surgir o logotipo do bronzeado, movimentando o ramo dos bloqueadores solares e hidratantes pós-sol e, mais ao final do século XX, a indústria do bronzeamento artificial.

Surge também neste século o mercado da plástica, algo muito mais complexo do que a mera herança das cirurgias reparadoras dos tempos de guerra. Abrimos agora um parêntese e retornamos rapidamente ao século XIX. Corbin (2009, p. 397) relata que quando da popularização da fotografia naquele século surgem os estúdios-teatros que além de promoverem as encenações fotográficas, com destaque para o retrato equestre, também realizavam retoques no chamado retrato-foto a fim de se aliviar marcas corporais indesejadas como a vermelhidão, as rugas e as verrugas. Os retratos-fotos de hoje não se dão mais nas películas dos filmes fotográficos e sim na epiderme humana. Os referenciais de perfeição para os corpos humanos vão crescendo entre corpos de atletas e de *top models* e é no contexto desta crescente exposição que o avanço das cirurgias plásticas estéticas deve ser entendido:

Não é casual se a modelagem plástica se populariza, efetivamente, em primeiro lugar nesse país [EUA]: não porque tivesse sido particularmente atingido pela guerra, mas por se achar, muito pelo contrário, mergulhado antes dos demais nas angústias da prosperidade moderna, mensurável em termos de nível de vida e, sobretudo, do individualismo conquistador e de espetacularização (imprensa ilustrada, cinema e todas as formas de show) (ORY, 2008, p. 167, grifo nosso).

Os desejos de se alcançar uma beleza perfeita e de se evitar o envelhecimento parecem ser atendidos pela cirurgia plástica. Tal reflexão refuta a ideia de que seu emprego é mero resultado da cirurgia reparadora da grande guerra.

O corpo e o esporte são tão secundarizados que o formato comercial do esporte televisado acaba preponderante sobre as formas de disputa em diversos esportes. É o caso do tênis, com a criação do *tie-break*, movimento parecido que se adota também para o vôlei (VIGARELLO, 2008, p. 473) com o intuito de se diminuir os tempos de jogo não em função de um desgaste excessivo dos atletas, mas para que os jogos sejam transmissíveis, encaixando-se nas grades de programação das televisões. No espetáculo proporcionado pelos homens, paradoxalmente eles próprios estão em segundo plano. Decisões como a exigência de que a final da Copa da Europa de futebol fosse realizada mesmo tendo sido precedida por uma grande briga entre torcedores das duas equipes que disputariam a partida com um saldo de 38 mortos e 454 feridos mostra como os homens estão em segundo plano (VIGARELLO, 2008, p. 476-477). Tudo isso nos faz retornar à polêmica entre amadorismo e profissionalismo. Se não houvesse essa espetacularização do esporte, se hoje ele não movimentasse tantos interesses econômicos e políticos como tentamos brevemente expor, estaríamos assistindo a esta banalização do ser humano? Neste sentido talvez ganhe força a ideia de Adorno abordada por

Vaz (2003, p. 73) de que o esporte clássico burguês guardaria hoje uma possibilidade de resistência frente às barbáries hodiernas, não simplesmente na medida em que resgataria uma moral burguesa aristocrática, mas que naqueles preceitos ainda se garantia um mínimo de personalidade ao indivíduo na qual ele não estava totalmente submetido à égide do lucro e da vitória a qualquer preço. Gleyse (2007b) é mais um que nos autoriza enxergar esta preponderância lucrativa no esporte. Segundo ele é a partir da década de 1980 que poderemos falar de uma medicina do esporte com estudos voltados para a melhora natural ou artificial da performance esportiva. Até então era o contrário, o esporte que servia à medicina como laboratório de pesquisas para melhor entendimento do funcionamento do corpo humano (GLEYSE, 2007b, p. 146). O que vemos com isso é que o foco deixa de ser um entendimento do corpo humano, ainda que nos limites da biologia, para se render ao mercado esportivo que começa a se mostrar bastante lucrativo neste século, acentuando uma visão instrumental e de exploração comercial crescente do corpo humano no mundo dos esportes. Como ícones que são os esportistas, artistas e cantores rapidamente transmitem este barateamento do corpo humano para seus fãs num processo que poderíamos chamar de universalização do corpo-mercadoria.

Este raciocínio do corpo transformado em mercadoria, visto quase sempre em função de um mercado a ser explorado, encontra eco no texto de Oliveira e Gomes (2005) já que ambos apontam a passagem de uma sociedade da produção para uma sociedade do consumo. O corpo do trabalhador fabril que deveria ser domado e meticulosamente calculado para funcionar em função da produção, no século XX deve ser pensado também como território de consumo, ávido por experimentar novas sensações ligadas ao consumo dos diversos produtos que surgem diariamente no mercado. Nos parece plausível tal análise se pensarmos que no início do industrialismo as grandes potências sociais encontravam mercados consumidores cada vez maiores na exploração do terceiro mundo recém-descoberto. Hoje, quando estes mercados parecem estagnados e incapazes de absorver a produção em massa, torna-se uma estratégia interessante criar mercados diversificados, ou seja, trabalhar com uma mesma clientela, mas explorando necessidades diversificadas e em até certo ponto criadas. É uma maneira do capital que encontra um impeditivo objetivo na expansão de seu mercado consumidor para manter as taxas de lucro lá em cima. A crise de superprodução de 1929 parece-nos se encaixar bem como marco desta transição de produção a consumo e a atual crise do capital especulativo marca com clareza até que ponto chega a criatividade capitalista para manter seus lucros. Nesse sentido, o consumo parece assumir principalmente a partir do século XX uma importância jamais vista na história do capitalismo. Este ponto de vista encontra-se ainda mais reforçado quando pensamos que as experiências de consumo são efêmeras e distantes da chamada expe-

riência formativa, resultando em personalidades cada vez mais frágeis, algo que será melhor explorado no próximo capítulo.

1.3 – ENQUANTO ISSO NO BRASIL...

Tudo que foi dito até aqui baseia-se principalmente em estudos que tratam da história de um corpo universal, mas quase sempre definido por estudos europeus realizados basicamente nos limites daquele continente. O corpo do brasileiro é em grande medida definido também por estes parâmetros. Nossos colonizadores de lá vieram e nossa cultura de país subdesenvolvido, submetido pelas leis de mercado às leis mais gerais destes países nos colocam em conexão praticamente direta com estas representações até aqui analisadas, afinal de contas “O capitalismo e a sociedade burguesa transformaram e dominaram o mundo, e ofereceram o modelo – até 1917 o *único* modelo – para os que não queriam ser devorados ou deixados para trás pela máquina mortífera da história” (HOBSBAWN, 1995, p. 199). Se após 1917 o modelo soviético surge como alternativa, é necessário ter em mente que suas bases eram muito próximas das do capitalismo, “[...] exceto por dispensar a empresa privada e as instituições liberais.” (HOBSBAWN, 1995, p. 199). Carmen Soares corrobora nosso pensamento ao afirmar que “A partir de conhecimentos e teorias gestadas no mundo europeu, os médicos desenharam um outro modelo para a sociedade brasileira e contribuíram para a construção de uma nova ordem econômica, política e social” (1994, p. 86). Nos apoiamos também em Schneider e Ferreira Neto:

Nota-se que na impossibilidade de empregar no Brasil o programa de regeneração da raça nos moldes propostos por Galton, pelo simples fato de não existir uma espécie de padrão a se regenerar, as propostas se fundamentavam mais em um eugenismo estético, transparecendo nas páginas da revista *Educação Physica* ideais tipo lombrosianos em que a normalidade anatômica possuía relação direta com a normalidade de caráter/personalidade (SCHNEIDER; FERREIRA NETO, 2006, p. 129).

Muito embora não tivéssemos um padrão corporal a ser purificado, como o tinham os países europeus, isso não se tornou obstáculo para a proposta de eugeniização da raça que teve como mais importante resultado a preparação física e mental das massas para o desembarque do capitalismo industrial em solo nacional. Assim como acontecera na Europa um pouco antes, num momento em que o capitalismo ainda não dispunha das ferramentas tecnológicas

trazidas pela revolução digital que proporcionaram uma mais rápida e maior globalização do capitalismo.

No entanto, buscaremos aqui as peculiaridades de como a história do nosso corpo foi se desenvolvendo no tempo e no espaço, e buscando estas características peculiares à nossa cultura consideraremos aqui estudos que digam algo mais direto em relação à história do corpo do brasileiro, e sempre que possível no seu diálogo com a escola, em que pontos se cruza com o panorama geral que traçamos até aqui e em quais pontos se manifestam suas idiossincrasias.

Já de início fazemos nossas as ressalvas que o professor Marcus Aurelio Taborda de Oliveira coloca em seu texto “Renovação historiográfica na Educação Física brasileira”, das quais destacamos que os trabalhos científicos que tratam da história da Educação Física quase sempre são repetitivos, buscando bases documentais que os justifiquem. Não que isso seja ruim, porém, corre-se o risco de tomarmos discursos oficiais e decisões legislativas que não correspondem à realidade, como no exemplo da implantação da cadeira de *Gymnastica Hygiênica* no Paraná (TABORDA DE OLIVEIRA, 2007, p. 121) aproximando-se da crítica de Corbin que destacamos ao final do primeiro tópico deste capítulo. Mas, devemos deixar claro que este é um problema historiográfico que foge ao objeto que abordamos, ainda mais nos limites temporais e regimentais de um mestrado. Outra ressalva importante é a de que existe uma extensa massa documental no Brasil a ser organizada quando falamos em história do corpo. Taborda de Oliveira (2007, p. 132) chega a defender que os mestrandos deveriam se dedicar exclusivamente a isso como parte de um projeto interinstitucional para a formação de um banco de dados que embasasse melhores pesquisas na área dando um suporte historiográfico de maior quantidade e qualidade¹⁴. A partir destes pontos, esperamos que tenham ficado claros os limites de nossa revisão bibliográfica.

Começaremos então pelo tema da modernidade. O estudo de Omar Schneider e Amarílio Ferreira Neto (2006) indica quais expectativas cercavam o país no final de século XIX e início de século XX:

Inspirados em Cesare Lombroso, médico legista muito festejado no final do século XIX, que propunha diagnosticar a possível tendência ao crime por meio da análise de características “somatotípicas” dos indivíduos, alguns intelectuais brasileiros não viram muitos caminhos para o Brasil tornar-se um país moderno, a não ser pelo branqueamento de sua população (SCHNEIDER; FERREIRA NETO, 2006, p. 114).

¹⁴ Deve ficar claro que estes problemas, embora fundamentais, não são objetos deste estudo e sim de pesquisas no campo da história da Educação Física. Senti necessidade de relatá-los para que fique bem delimitado o alcance deste estudo, para que ele não crie expectativas além do que é capaz de satisfazer.

Segue-se a este raciocínio as levas de imigrantes que tidos como modelos a serem seguidos conseguiriam branquear nossa população seja tendo filhos com brasileiras seja na convivência diária inculcando nos brasileiros sua imaginada disposição para o trabalho e a vida ordeira. Porém, com o acontecimento da Primeira Guerra Mundial o projeto de branqueamento da raça brasileira muda significativamente. Já não contávamos com as levas de imigrantes por conta da militarização das populações europeias e os que aqui estavam e ocupavam os postos de operários na indústria nascente começavam a realizar greves, desmistificando o arquétipo de bons trabalhadores.

Neste quadro as classes dominantes passam a apostar no resgate do brasileiro e sua autoestima estilhaçada (SCHNEIDER; FERREIRA NETO, 2006, p. 116-117). E aqui dizemos: resgatar o brasileiro significava civilizá-lo nos ditames do europeu ocidental, portanto, um branqueamento senão da pele no mínimo da alma e Carmen Soares (1994) destaca o importante papel que a educação física desempenha. Parece-nos que isso não fica devidamente claro nas palavras dos autores, muito embora, mais à frente afirmem: “[...] o que se propunha era a constituição do povo brasileiro pela educação e pela higiene, tendo como pilar a saúde, a moral e o trabalho” (SCHNEIDER; FERREIRA NETO, 2006, p. 118); falta falar que não foram os índios que construíram socialmente tais noções; a saúde, a moral e o trabalho de que se fala, constituíram-se socialmente pela força das camadas sociais hegemônicas na Europa oitocentista e foram por nós importadas mediante os imigrantes e mediante nosso projeto de modernização.

A semana de arte moderna é tratada com destaque no estudo de Wistolawski (2005) como momento de afirmação do brasileiro perante sua história de submissão à Europa. Segundo ele é neste momento que o brasileiro retratado nas produções artísticas nacionais vai deixar de ser aquele modelo europeu e assumir traços mais reais de sua brasilidade. Até então os índios eram pintados em trajes brancos e com uma composição familiar cristã, como se fossem europeus, mas os modernistas trariam o mulato e o sertanejo para as telas em tons mais nacionais, com vestimentas típicas e em cenários brasileiros. Porém, por não se tratar de um movimento das massas essa brasilidade advogada no modernismo não finca bases amplas e sólidas na sociedade brasileira, algo que só será alcançado pelo populismo de Vargas. Aproveitando que a identidade nacional permanecia em aberto, em negociação com a própria sociedade, o varguismo introduzirá neste processo os ideais do espírito capitalista de trabalhador produtivo, responsável não só pelo seu sucesso ou insucesso como também pelo futuro de seu país. A própria miscigenação que era tida como fator de atraso para o país é no populismo de

Vargas ressignificada e passa a identificar o brasileiro perante outros povos. Porém, este reencontro com o brasileiro miscigenado é adjetivado: não se trata de qualquer brasileiro, mas sim do brasileiro trabalhador. Na esteira deste raciocínio, agora que sua cor e suas vestimentas aparecem nas pinturas, nosso povo se sentirá retratado, mas junto com isso o cenário desenhado em muitas vezes é o do trabalho e sutilmente o brasileiro não se orgulhará somente de sua miscigenação, mas também de sua disposição para a labuta (WITOSLAWSKI, 2005, p. 80). E já vimos como o corpo do trabalhador é tratado dentro do capitalismo industrial, que então começava a se firmar em solo nacional neste período sob a insígnia de um nacionalismo desenvolvimentista, como afirma Hobsbawn (1995, p. 202).

Por outro lado fica a questão de como os padrões desumanos de corpo humano atualmente dialogam com esta tradição de brasileiro miscigenado, trabalhador e admirador do samba e do carnaval. Para o bem e para o mal foi construída uma identidade nacional em constante disputa com a internacionalização dos corpos magros e definidos das *top models*, por exemplo.

Esta integração buscada como condição para o progresso do país – vide nossa bandeira: Ordem e progresso –, recebe um poderoso incremento a partir do golpe de 1964, quando se estabelecem bases sólidas para o desenvolvimento de uma indústria cultural brasileira (ORTIZ, 1989). É, sobretudo sob o regime militar após 1964, que conhecemos o avanço da *mass media* no Brasil como um mercado de bens simbólicos, seja como um investimento político bancado pelas forças armadas e fundamentado em pressupostos de defesa nacional (ORTIZ, 1989, p. 118), seja como um investimento propriamente econômico (ORTIZ, 1989).

Na escola vai se confirmando essa modernização. Taborda de Oliveira (2006) e Chaves Junior (2006) fazem um estudo interessante sobre a realidade paranaense que os levam a apontar as marcas desta época sobre a imagem do corpo. Discursos contra a violência que professores infligiam aos alunos por meio de castigos corporais começam a ganhar força sob o argumento de serem atitudes incompatíveis com o pensamento moderno e que só contribuem para reforçar comportamentos violentos. Sem dúvida que há nisso boa dose de progresso, porém a saída encontrada é substituir os castigos corporais por outros mais sutis (TABORDA DE OLIVEIRA, 2006, p. 11). Numa análise frankfurtiana fica difícil de imaginar outra saída que não esta sutileza das reprimendas que passo a passo vão sendo internalizadas (num movimento de autoinculpação, característica da ideia kantiana de menoridade). É o mesmo movimento que podemos identificar numa visão macrosocial, o indivíduo como polícia de si

mesmo, como seu próprio padrão, movimento este que fica muito mais claro nas palavras de Weber¹⁵.

Com Chaves Junior (2006) vemos uma série de medidas serem adotadas pelo Estado e impostas à educação física com vistas a afirmar esta purificação da raça por intermédio da recuperação do brasileiro. Destacamos aqui a orientação de fins da década de 1930 para que as turmas de educação física fossem formadas de acordo com a altura e peso dos alunos com vistas a homogeneizá-las (CHAVES JUNIOR, 2006, p. 141). Fica evidente que nestas aulas os alunos deveriam ser tomados por seus atributos físicos de forma que seus corpos são a isso reduzidos assim como o componente pedagógico da matéria fica de lado e almejasse apenas a melhoria física da nação como parte do projeto de aperfeiçoamento da raça brasileira.

Carmen Soares (1994) é mais uma voz que vem se juntar nesta perspectiva. Ela também identifica que as instituições militar e médica é que dão o tom na história da Educação Física brasileira, capitaneadas pelos discursos de Fernando de Azevedo e de Rui Barbosa acerca da importância da atividade física na escola. A medicina é influência central por dar um ar de cientificidade à Educação Física em tempos de positivismo hegemônico e a instrução militar parecia transformar a teoria médica em ação, conjugando ainda o importante papel de disciplinar o corpo e de propagar o nacionalismo.

Segundo Marinho (s.d., p. 21), vivíamos um período em que ocorrera recentemente a proclamação da independência do Brasil e a abolição da escravidão marcando o início da modernização das lavouras cafeeiras e do trabalho assalariado em solo nacional. Nossa população imensamente miscigenada¹⁶ necessitava de um projeto de higienização e eugeniação racial, isto era fundamental neste período de transição para o início do capitalismo industrial brasileiro. Soma-se a isso a necessidade de educar este povo¹⁷ para a nova etapa econômico-política de tal forma que a escola começaria a ganhar destacado papel, ampliando, ainda que vagarosamente, seu alcance social, visão próxima a de Taborda de Oliveira (2006, p. 4-5). Assim, estas necessidades apontadas passam a ser satisfeitas por meio do ensino escolar no qual a educação física se ocupará dos corpos que a partir dali deveriam ser desenvolvidos em nome da nação, para a purificação da raça, higienização do indivíduo e o progresso brasileiro.

No entanto, o projeto de criação de um sistema nacional de ensino que em seu início pretendia-se estritamente nacional devendo ser escrito por um brasileiro (MARINHO, s.d., p.

¹⁵ Nos referimos ao texto "A ética protestante e o espírito do capitalismo" escrito por Max Weber.

¹⁶ Soares (1994, p. 89) aponta que por volta de 1850 a população brasileira era constituída por 5.520.000 pessoas livres, sendo 2.500.000 negros.

¹⁷ Marinho (s.d., p. 21) diz: "Tínhamos necessidade de nacionalizar a nossa educação, de diminuir a espantosa quantidade de analfabetos, de melhorar as condições culturais do povo".

23) ganha, principalmente nos pareceres de Rui Barbosa, evidente determinação dos movimentos ginásticos europeus. Primeiramente o método sueco é aconselhado (MARINHO, s.d., p. 28) seguido do método alemão e por último o francês (SOARES, 1994, p. 114).

Tornam-se fundamentais estas observações quando reconhecemos no movimento ginástico europeu daquele período uma influência que em boa medida determinou o surgimento da Educação Física enquanto ciência ocupando local de destaque na escola ao lidar diretamente com os corpos dos alunos. Neste contexto, este movimento levará consigo para o ambiente escolar o ideal de formação do corpo humano para a sociedade capitalista nascente, com as características que rapidamente descrevemos anteriormente.

CAPÍTULO 2: O CORPO NA INDÚSTRIA CULTURAL

Pretendemos aqui analisar a condição social do corpo humano na atualidade sob o escopo da teoria social elaborada pelos frankfurtianos, principalmente nos escritos de Adorno e Horkheimer. Esperamos que a esta altura do texto tenha ficado claro que tomar o corpo humano apenas em seus liames biológicos trata-se de mais do que mera redução ou pobreza de entendimento. Tomá-lo assim nos limites da ciência, seja ela de qual especificidade for, significa dar lastro ao projeto burguês de existência humana com base na exploração do homem pelo homem, que se desenvolve a passos largos principalmente a partir da modernidade e da revolução industrial. Nessa perspectiva recorreremos a Horkheimer e Adorno (2006) que empreendem ferrenha crítica a tal modelo de existência buscando suas raízes nos primórdios da sociedade ocidental. Com este referencial buscamos dar clareza à lógica inscrita nos corpos humanos dentro do projeto burguês de existência ao qual estamos todos submetidos.

2.1 – NOS APOIANDO EM ADORNO E HORKHEIMER

O projeto burguês de existência não é outro senão o triunfo do esclarecimento sobre quaisquer outras formas, irracionais ou não, de explicação do mundo e, segundo este raciocínio, poderíamos começar a contar esta história a partir do momento que a autoridade religiosa começa a ser questionada no fim da Idade Média e a fé dogmática começa a dar espaço à razão humana nos controles de nosso destino. No entanto, para Horkheimer e Adorno (2006) é necessário voltarmos à Grécia Antiga para entendermos que esta nossa pretensão de nos guiarmos unicamente pela razão em oposição aos dogmas irracionais tem raízes muito mais profundas e não se concretizou de fato como supúnhamos. As atrocidades diárias relatadas nos jornais sensacionalistas não nos deixa enganar: “[...] a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal” (HORKHEIMER; ADORNO, 2006, p. 17). Estes autores entendem que não solapamos a base mitológica de explicação do mundo, mas que substituímos sua base explicativa pela fé na ciência e que desta forma, de alguma maneira, o irracional não foi superado, mas nos acompanha à espreita.

O úmido, o indiviso, o ar, o fogo, aí citados como matéria primordial da natureza, são apenas sedimentos racionalizados da intuição mítica. [...] Doravante a matéria deve ser dominada sem o recurso ilusório a forças soberanas imanescentes sem a ilusão de qualidades ocultas. O que não se submete ao critério da calculabilidade e da utilidade torna-se suspeito para o esclarecimento (HORKHEIMER; ADORNO, 2006, p. 19).

A questão é que a *matéria primordial da natureza* ligada a uma substância mágica, invisível, impalpável, de poder supremo, se amalgamou no processo de consolidação da ciência com os critérios de *calculabilidade* e *utilidade*. Para que pudesse de alguma maneira controlar a natureza e se defender de seus ocasos, o homem antigo recorria aos deuses por meio de rezas e rituais, o que já poderia de certa forma ser denominado razão, afinal de contas o mito nasce da necessidade de se relatar, entender e explicar os acontecimentos (HORKHEIMER; ADORNO, 2006, p. 21). Hoje temos meios muito mais eficazes de controlar a natureza, recorreremos ao “Deus Ciência” e suas explicações exatas, mas na essência permanecemos com o mesmo intuito de outrora: controlar a natureza; nossos corpos e instintos aí incluídos. Por estes critérios nós é que nos tornaríamos o poder supremo, sem depender da boa vontade dos deuses para conduzirmos nosso processo de existência, de autopreservação. E foi exatamente aí que historicamente nos perdemos, elegemos estes critérios como nossos deuses e não nos tornamos mais racionais que os homens da fé mitológica, apenas aperfeiçoamos nosso controle autoritário sobre a natureza.

Aí se insere também a questão corporal, pois é também no corpo e por meio dele que a natureza se manifesta e que, portanto deve ser reprimida. Relembremos que o discurso religioso ocupou lugar de destaque como instituição repressora dos instintos corporais. Nosso primeiro capítulo procurou, entre outros objetivos, dar destaque a isso. Com o aporte da reflexão que expusemos no parágrafo anterior, nos sentimos autorizados a pensar que tal destaque não é casual, já que a religião parece ter sido o primeiro meio de domínio da natureza.

Horkheimer (2007) identifica aí uma ruptura decisiva para o sucesso de uma visão mais pragmática de mundo. Embora desde a Grécia Antiga buscássemos dominar a natureza e nos impormos a ela, esta dimensão instrumental não encontrava-se reificada, mas caminhava lado a lado com uma reflexão mais ampla, de caráter universal. Muito além do domínio buscava-se o entendimento da natureza naquilo que Horkheimer denominou razão objetiva, pois era concebida em determinadas condições materiais de existência do indivíduo e com elas buscava dialogar. “Esta concepção afirmava a existência da razão não só como uma força da mente individual, mas também do mundo objetivo: nas relações entre os seres humanos e entre classes sociais nas instituições sociais, e na natureza e suas manifestações” (HORKHEIMER, 2007, p. 10). A pretensão de sistemas tais como os de Platão ou o escolasticismo era buscar a verdade universal que nos desse respostas acerca de toda nossa existência e sem dúvida que disso fazia parte, ou disso decorria, também uma visão técnica dos respectivos cotidianos. A razão subjetiva era então nada mais que uma parcela da explicação do mundo relacionada “[...] essencialmente com meios e fins, com a adequação de procedimentos a propósitos mais

ou menos tidos como certos e que se presumem autoexplicativos. Concede pouca importância à indagação de se os propósitos como tais são racionais” (HORKHEIMER, 2007, p. 9); e vinculada a um projeto maior encontrava seu espaço. Fica claro que ambas as dimensões da razão não são necessariamente opostas, mas que no decorrer da história se opuseram, na prática, com o levante e a independência alcançada pela razão subjetiva principalmente no contexto do capitalismo crescente dos séculos XVIII e XIX impulsionados pelas chamadas ciências duras. Se entendermos que este foi o ponto de partida para a multiplicação de especialidades no campo da ciência e, conseqüentemente, a multiplicação de especialistas, podemos também admitir que esta foi condição básica para que Kant (1985) identifica-se no homem de seu tempo uma espécie de incapacidade de pensar por si próprio e ter de estar sempre recorrendo aos tais especialistas. Tamanha fragmentação do conhecimento concorre para que ele jamais se torne público, jamais contribua para um clima real de liberdade. Com isso Kant não negava a importância do desenvolvimento das ciências, já que acredita estar vivendo uma época de esclarecimento (1985, p. 112) após o fim da mordida que a Igreja colocara na boca do conhecimento. Porém, a maneira como se desenvolveu o pensamento, bem descrito por Horkheimer (2007), teria frustrado Kant se ele ainda estivesse vivo.

Mas, o raciocínio não é tão retilíneo como pode parecer até aqui. A subjetividade não é uma simples vilã da história, como uma mentalidade prática gostaria de elegê-la. Somente pela capacidade de pensarmos é que desvendamos as superstições e continuamos a denunciar ideologias cotidianas. O problema é que historicamente este movimento do raciocínio almejou eliminar a si mesmo na explicação do mundo, eleger no lugar da mente humana a exatidão do número como princípio imparcial de desvelamento da verdade. Com isso pretendemos que fique claro que nem Horkheimer e nem Adorno pretendiam com sua crítica à técnica extingui-la. A crítica pesada recai sobre a técnica reificada, absolutizada em si, sobre o processo histórico que solapou sua original pretensão de meio para uma vida mais digna convertendo-a em finalidade que se basta a si mesma. É o que Adorno deixa bastante claro na seguinte passagem: “Os homens inclinam-se a considerar a técnica como sendo algo em si mesma, um fim em si mesmo, uma força própria, esquecendo que ela é a extensão do braço dos homens” (ADORNO, 1995b, p. 132).

No entanto, a ciência não é só continuidade da mitologia e sua irracionalidade. A fé nos deuses e as práticas de expiação como tentativa de controle da natureza foram substituídos pela fé no número e pela técnica, ou seja, estamos operando no mesmo plano que os gregos da antiguidade embora por outras mediações. Quando nos rituais de sacrifício nos quais os pecados eram expiados em oferendas aos deuses ou estas eram utilizadas com o intuito de agradá-

los e assim conseguir em troca o efeito desejado (um dia de chuva ou de sol, por exemplo), o animal ou o humano ofertado eram insubstituíveis, pois como exemplar da espécie possuíam uma especificidade única. Nisso se diferencia a ciência moderna. Ela está marcada pela fungibilidade universal que, mais do que viabilizar a ciência (penso aqui no uso de animais nos laboratórios ao invés de seres humanos, por exemplo), decreta entrementes o fim da identidade, da especificidade, daquilo que torna único o objeto ou sujeito. Tudo é substituível (HORKHEIMER; ADORNO, 2006, p. 22), a começar pelo operário da fábrica que não aceita ser explorado.

Nesse sentido que o esclarecimento é tido como autoritário. No afã de controlar a natureza ele reduz todos os fenômenos, humanos e inumanos a uma base comum, a saber, aquela passível de medição, de cálculo, de planejamento exato e nesse sentido, assim como nas mitologias, parece ficar mais próximo da superstição e da fé que da verdade. Em outras palavras, não se busca a lógica inerente à natureza, mas força-a a aceitar a lógica imaginada pela ciência. Continuam eles:

A lógica formal era a grande escola da unificação. Ela oferecia aos esclarecedores o esquema da calculabilidade do mundo. O equacionamento mitologizante das Idéias com os números nos últimos escritos de Platão exprime o anseio de toda desmitologização: o número tornou-se o cânon do esclarecimento. As mesmas equações dominam a justiça burguesa e a troca mercantil. [...] A sociedade burguesa está dominada pelo equivalente. Ela torna o heterogêneo comparável, reduzindo-o a grandezas abstratas. Para o esclarecimento, aquilo que não se reduz a números e, por fim, ao uno, passa a ser ilusão [...] (HORKHEIMER; ADORNO, 2006, p. 20).

A justiça atual é o exemplo claro de como mesmo na mais humana condição de existência nos submetemos à frieza do número que para um crime de nível quatro (como se fosse possível graduá-lo) exige uma pena de mesmo nível como equivalência para neutralizar os efeitos no criminoso e restabelecer a equivalência, o equilíbrio que o zero significa. É a mesma lógica que dita os sacrifícios cotidianos como único meio de se alcançar alguma benesse, senão aqui na Terra, pelo menos no além-vida. A equivalência como forma de raciocínio revela a pretensão científica de imparcialidade. A confiabilidade do número em oposição às superstições erigiu como forma de solapar os discursos subjetivistas a partir dos quais identificar a verdade tornava-se um exercício de retórica; a partir dos quais quaisquer sistemas por mais absurdos que fossem, se logicamente estruturados e coerentes, tinham de ser aceitos; neles cabiam desejos individuais e de classe, segundas intenções. A verdade estava contida

não no objeto, mas na atividade subjetiva dos que o apreendiam. A sociedade capitalista já se encontrava adormecida nesta mentalidade, afinal de contas mesmo advogando a certeza do número ela só se mantém pela conta injusta, uma vez que sendo justa não há sobra, não há lucro. Aparentemente uns saem no lucro e outros no prejuízo, mas isso somente de um ponto de vista matemático, que não dando conta da totalidade da natureza humana não passa de superficialidade. No íntimo, essa conta é injusta com quem quer que seja, patrões ou empregados, muito embora para os últimos seja ainda mais doloroso que para os primeiros. A partir daí vislumbramos que sentido tomou a pretensa imparcialidade de seus efeitos objetivos.

A apologia metafísica deixava entrever a injustiça da ordem existente pelo menos através da incongruência do conceito e da realidade. Na imparcialidade da linguagem científica, o impotente perdeu inteiramente a força para se exprimir, e só o existente encontra aí seu signo neutro. Tal neutralidade é mais metafísica do que a metafísica (HORKHEIMER; ADORNO, 2006, p. 31).

O impotente perde-se no meio das estatísticas que mostram a renda per capita de um país como critério de desenvolvimento do mesmo, o heterogêneo torna-se uno sob o reinado do número. Como pode então um raciocínio como este ser neutro? Aliás, ser neutro neste contexto significa admitir que as coisas estão boas como estão e que nada deve ser feito para alterar seu rumo “natural”. Horkheimer mostra como a aparente neutralidade racional está comprometida até as entranhas com algo por meio do seguinte exemplo:

Hoje, quando se é intimado a comparecer a um tribunal de trânsito, e o juiz indaga se a maneira de o acusado dirigir era racional, o que ele quer dizer é isto: Fez tudo o que estava ao seu alcance para proteger a própria vida e propriedade e as de outras pessoas, e para obedecer à lei? Implicitamente ele participa do ponto de vista de que esses valores devem ser respeitados. O que se questiona é simplesmente a adequação do comportamento do interrogado em termos desses padrões geralmente reconhecidos (HORKHEIMER, 2007, p. 15).

Ora, isso não é de forma nenhuma neutralidade, mas sim abstenção de se discutir sobre quais pressupostos a vida humana está determinada, e reduzir a razão a um instrumento de verificação de qual comportamento ou acontecimento melhor se adéqua a valores pré-concebidos. Esta postura é que viabiliza o empate entre razão e religião na disputa que historicamente travaram pela condição de esclarecer a verdade. Este entendimento colocado por Horkheimer (2007, p. 18-24) parte do pressuposto de que tanto a religião como a razão esta-

vam em busca de uma explicação total da nossa existência, porém com a redução da razão à sua dimensão instrumental ela abdicou da batalha na medida em que também exigiu a pragmatização da religião. Ambas ficaram prejudicadas em nome de coexistirem, os iluministas, que atacaram a religião em nome da razão mataram não apenas a Igreja, mas também a “[...] metafísica e o próprio conceito de razão objetiva [...]” (HORKHEIMER, 2007, p. 23); a religião, por sua vez, que para fugir a estes ataques teve de abrir mão da “[...] sua relação com a verdade, que outrora acreditava ser a mesma na ciência, na arte e na política, e para toda a humanidade” (HORKHEIMER, 2007, p. 24).

A fraqueza do esquema da razão subjetiva é tal que acaba coabitando o mundo com a visão religiosa, muitas vezes considerada como sistema explicativo oposto, cheia de dogmas que obstaculizam a evolução do conhecimento nestes moldes. A luta pela prerrogativa da explicação do mundo e o domínio da verdade entre filosofia e religião que alcançou seu ápice perto dos idos do Iluminismo cessou principalmente quando a razão acusou seus ramos que se prendiam as tentativas de explicação da totalidade de serem explicações metafísicas, no sentido de um devaneio, de um subjetivismo. O antídoto proposto, no entanto, foi ainda mais idealista: a elevação da categoria do fato a conceito soberano para a filosofia que então conheceu o enorme avanço das ciências positivistas: “[...] a ativa controvérsia entre religião e filosofia terminou num empate, porque as duas foram consideradas ramos separados da cultura” (HORKHEIMER, 2007, p. 22). Quando ainda imperava a razão objetiva, sua disputa com a religião não previa a extinção literal dela, a criação de um homem cético, crente apenas em fatos tal qual a Juliette de Sade e por isso mesmo capaz das maiores atrocidades. Antes de abolir a objetividade da existência humana, a razão concordou com a religião de que havia uma natureza a ser conhecida e explicada de forma que guiasse o comportamento humano da maneira mais adequada. Na versão subjetivista da razão, este intento é abandonado momentaneamente na esperança de que o avanço da técnica resolva para os homens seus impasses mais arcaicos. Nestas bases é que a razão subjetiva é em suma uma crença, uma fé que desprovida de objetividade não pode por em xeque aquilo do que se nutre ela própria, e por isso é incapaz de atacar no cerne a religião, convivendo com ela simultaneamente. E no mesmo movimento a religião se embebe de pragmatismo para continuar com seu nicho no mercado mediante a sua adaptação a estas novas regras.

Outro ponto em que o comportamento racional e mitológico se aproximam na sociedade capitalista é quando aquele se fundamenta centralmente na troca que seculariza o sacrifício. Nas mitologias o sacrifício era utilizado como ferramenta de barganha com os deuses e com a natureza, os indivíduos e sociedades aspiravam algo em troca, algo recompensador. Da mes-

ma forma é o raciocínio burguês. Não deve haver recompensa sem sacrifício, no caso, sendo muito maior o dos trabalhadores. São movimentos que acontecem no mesmo plano lógico: em nome de um sacrifício espera-se algo mais em troca. Assim, “[...] o próprio sacrifício já aparece como o esquema mágico da troca racional, uma cerimônia organizada pelos homens com o fim de dominar os deuses, que são derrubados exatamente pelo sistema de veneração de que são objetos” (HORKHEIMER; ADORNO, 2006, p. 51). O embate direto com as deidades, muito mais fortes que os meros mortais, era evitado e a estratégia adotada era a manipulação por meio das oferendas de maneira a garantir a sobrevivência, a satisfação das necessidades dos homens. Porém, o que se efetiva na prática não é exatamente isso: “A história da civilização é a história da introversão do sacrifício. Ou por outra, a história da renúncia. Quem pratica a renúncia dá mais de sua vida do que lhe é restituído, mais do que a vida que ele defende” (HORKHEIMER; ADORNO, 2006, p. 54). Do sacrifício antigo, caracterizado como oferenda aos deuses, passou-se paulatinamente aos pequenos sacrifícios, diários, em nome da civilização sendo ele, o sacrifício, a base para a construção do indivíduo. O indivíduo se constrói mutilado, nunca uma renúncia sua é restituída igualitariamente pela sociedade, de forma que Adorno afirma que o indivíduo nesse sistema é “[...] ao mesmo tempo uma vítima que se sacrifica pela abolição do sacrifício” (HORKHEIMER; ADORNO, 2006, p. 54). Aqui mais uma vez podemos a influência de Freud nas análises que fazem estes frankfurtianos. De fato a existência do homem é marcada pela impossibilidade de realizar plenamente seus prazeres no mundo civilizado, não como mera crítica, mas como forma de viabilizar a existência mais ou menos pacífica em grupo. Criamos então mecanismos para que esse imperativo de autolimitação não torne nossa vida completamente intragável e, resumidamente, eles se colocam entre explorar ao máximo possível o prazer e evitar ao máximo o desprazer. No primeiro caso estão as “técnicas” que administram os instintos primitivos ou canalizam o prazer libidinal para realizações como a científica ou a artística. No segundo parece inevitável o resultado da quietude, do afastamento do mundo social, pois é nele que se encontram os limitadores da vida prazerosa. Ambos os caminhos não satisfazem na totalidade nossos prazeres, no máximo constituem-se como substitutivos ou ilusões que nos permitem uma vida menos insuportável, mas, como diz Freud “Há porventura algo mais natural do que persistirmos na busca da felicidade do modo como a encontramos pela primeira vez?” (FREUD, 1978, p. 145). Essa peleja não se resolve calmamente, ainda no mais no contexto atual: “[...] o preço que pagamos por nosso avanço em termos de civilização é uma perda de felicidade pela intensificação do sentimento de culpa” (FREUD, 1978, p. 185). Culpa para com nós mesmos, impossibilitados de acessar o prazer em sua totalidade e, para os frankfurtianos em que nos embasamos, culpa por

não criarmos uma sociedade capaz de sublimar os impulsos que recalamos em nome da vida em sociedade.

Ao tomar os meios como fim, a técnica desvinculada de um projeto filosófico de totalidade, o positivismo subjetivou nosso entendimento de natureza, definiu a partir do plano das ideias o que deve ser o entendimento de natureza e não buscou nela própria sua objetividade, mas no extremo reduziu-a ao conceito de eficiência e assim o próprio alcance da razão ficou reduzido.

Se a concepção subjetivista é verdadeira, o pensamento em nada pode contribuir para determinar se qualquer objetivo em si mesmo é ou não desejável. A plausibilidade dos ideais, os critérios que norteiam nossas ações e crenças, os princípios orientadores da ética e da política, todas as nossas decisões supremas, tudo isso deve depender de fatores outros que não a razão. Presume-se que essas decisões sejam assunto de escolha e predileção, tornando-se sem sentido falar de verdade quando se fazem discussões prática, morais ou estéticas (HORKHEIMER, 2007, p. 13-14).

Como a razão subjetiva desenvolve-se historicamente de maneira exclusivamente instrumental, não consegue identificar na objetividade das ações um critério que possa aproximar pensamento e ação, conhecimento e verdade, a extensão da subjetividade posta à prova e confrontada com outros determinantes da realidade que não apenas a ideia. Apenas identifica se o meio é adequado ou não a determinado fim sem questioná-lo em si mesmo, de forma que a nossa existência fica um tanto quanto desamparada de verdadeira razão. “De acordo com tais teorias, o pensamento serve a qualquer empenho, bom ou mau. É o instrumento de todas as ações da sociedade, mas não deve tentar estabelecer os padrões da vida individual ou social, que se supõem ser estabelecidos por outras forças” (HORKHEIMER, 2007, p. 14). Com facilidade entrega-se à religião, por exemplo, dotando-a de autoridade para definir as bases morais e éticas de nossa existência, daí o tema se torna pessoal e não mais coletivo, cada um que se fie à religião que lhe convém. E a história não nos deixa esquecer as atrocidades que a Igreja foi e é capaz quando investida deste poder.

Que fique claro: com isso não se elabora nenhum saudosismo idílico e um ímpeto em fazer a roda da história girar para trás, nunca devemos esquecer que “A razão jamais dirigiu verdadeiramente a realidade social [...]” (HORKHEIMER, 2007, p. 15). O próprio Horkheimer (2007, p. 67) reconhece que os antigos sistemas de explicação da humanidade foram so-
lapados pela razão subjetiva porque na verdade eram demasiados fracos, insustentáveis, vulneráveis à crítica do raciocínio. Não se trata, pois, de um mero acidente no transcurso da his-

tória do homem ocidental, trata-se sim de desvelar as debilidades daquelas explicações que, porém, por mais débeis que fossem ainda não haviam desistido de encontrar a verdade. Hoje então não podemos simplesmente alimentar um saudosismo ingênuo ou querer retomar tais filosofias, isso seria adaptá-las de maneira instrumental à resolução de conflitos pontuais, com discursos pré-moldados e alheios à nossa materialidade, como que meramente preenchendo lacunas de entendimento que a razão subjetiva não dá conta de explicar. Mais a frente Horkheimer (2007, p. 130-131) reafirma isso condenando as doutrinas que pregam um retorno radical à natureza e ao primitivismo. Defender este retorno de forma romântica, ignorando tudo o que refletimos ao longo da história do homem, aqui reduzido ao ocidental, é nos igualarmos ao animal e entender que a natureza deve reinar soberana. Sem dúvida que para os frankfurtianos isso seria considerado mais um passo rumo à barbárie.

2.2 – PENSANDO O CORPO A PARTIR DA “DIALÉTICA DO ESCLARECIMENTO”

Para começarmos a explorar a temática do corpo tomaremos o comentário de Cohn (1998) como forma de relacionar a teoria exposta no item anterior com a problemática central de nosso estudo. Para este autor é no capítulo “Elementos do anti-semitismo da Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos” que Horkheimer e Adorno tentam jogar luz sobre a zona escura onde o esclarecimento se converte em barbárie, o último grão de areia que o mar chamado razão consegue alcançar, exatamente a partir de onde a barbárie está livre para acontecer. Neste capítulo parece ficar mais claro este limite no sentido de que a construção textual deste trecho visa centralmente “[...] uma outra dialética, não a que envolve a razão e a sua sombra mas a que envolve a produção de sua sombra própria pela razão: a dialética da razão e do ofuscamento” (COHN, 1998, p. 7).

O tema do sujeito é neste capítulo também central, como no restante da obra. O fato é que o sujeito não se realiza em sua totalidade na relação que estabelece com a natureza mediada pelo pensamento esclarecido. Para este pensamento impera dominar a natureza pelo discernimento, pelo distanciamento que o indivíduo deve manter dela de forma que se chega a um não relacionar-se de fato com o objeto. A posição do indivíduo é de uma via única, que vai dele ao objeto, sem nenhum retorno deste, ou seja, o foco da ação do sujeito é o objeto e não ele próprio e nesse movimento subjaz a ideia de que o homem pouco tem de refletir sobre si mesmo, sobre seus atos, mas que há sempre algo a descobrir no objeto distante, que nada guarda deste indivíduo que o dissecar. Tal procedimento impossibilita desde a raiz o pensamento autorreflexivo que vai do sujeito ao objeto e que deste retorna ao sujeito, e assim promove algo como um distanciamento da verdade. “Pois é na conjugação de ambas sem reduzir

uma à outra que consistiria a sua própria atividade enquanto sujeito. Neste sentido a atividade do sujeito estaria voltada mais para o aproximar-se e o assemelhar-se do que para o afastar-se e o distinguir-se: seria mais da mimese do que da dominação” (COHN, 1998, p. 10).

Como primeiro passo para a efetivação deste raciocínio, o domínio da natureza deve se iniciar com aquela mais imediata, ou seja, a natureza interna, intrínseca ao próprio sujeito com vistas a tornar o corpo mero instrumento de mediação entre sujeito e objeto, entre interior e exterior estabelecendo o devido distanciamento. Neste movimento asséptico, que pode também ser considerado como o ímpeto imparcial do positivismo, não só o corpo é coisificado, mas o próprio sujeito. Ora, por mais que tentemos separar corpo e mente, essa separação é forçada, não se efetiva na realidade e fica à espreita pronta para irromper a qualquer momento. Crochík na verdade diz que Adorno considera esta cisão falsa e verdadeira ao mesmo tempo:

A constatação de ser falsa ocorre quando se considera que o pensamento emana do corpo. Em outras palavras, as pulsões como representantes psíquicas de necessidades somáticas são corpo e psique, e se atualmente são considerados separadamente é porque os desejos que essas pulsões visam satisfazer são negados [...].

Mas a separação entre corpo e psique é verdadeira, na acepção que considera o corpo como máquina, na humilhação a que ele deve ser submetido, como o ódio da civilização à natureza dominada. O corpo como sede de realização dos desejos, mediado pela psique, lembra a submissão à natureza que o homem deve negar. Negando a natureza, nega-se o desejo. Deve-se lembrar, contudo, que a negação do desejo não significa sua eliminação (CROCHÍK, 2005, p. 105-106).

Retomando e prosseguindo o raciocínio de Cohn (1998) vemos Horkheimer e Adorno retomarem um exemplo, infelizmente, caro a eles, qual seja o do antissemitismo. Nesta figura já investigada no estudo sobre a personalidade autoritária¹⁸ a natureza parece atingir seu extremo histórico em termos de coisificação, sendo confirmada então a distância capaz apenas de discernir o judeu, de caracterizá-lo, incapaz de nele ver o semelhante, o que faz dele tão humano quanto aquele que o hostiliza. Mas, isso não se resolve tranquilamente e temos como mais uma característica do antissemita a imitação rancorosa daquele a que se agride, uma aproximação mimética deformada – pelo elemento rancoroso – e que neste movimento ao mesmo tempo aproxima e distancia o outro. “A mimese da razão plena não é homogeneizadora. Não se trata de universalizar a semelhança, mas de chegar-se reflexivamente ao diferente.

¹⁸ ADORNO, T.W. et al. **The authoritarian personality**. New York: WW Norton, 1969.

É isto que é radicalmente vedado ao comportamento anti-semita. E esta incapacidade sinaliza o limite da razão esclarecida [...]” (COHN, 1998, p. 11).

Faz-se necessário antes de prosseguirmos recorrer ao texto original para vermos como Horkheimer e Adorno tratam dos conceitos de projeção e falsa projeção a que se relaciona a caracterização do comportamento antissemita assim como de todos os outros preconceitos, extremados como este ou não, em maior ou menor intensidade.

A eleição dos judeus como alvos satisfaz as necessidades de uma economia psíquica presente nos fascistas: a de dar vazão aos ímpetos reprimidos socialmente, não sublimados. Faz-se presente o mecanismo psicológico designado projeção, no qual os antissemitas projetam na figura do judeu (e também das outras classes perseguidas) coisas que gostariam de fazer e características que gostariam de ter, mas que não se encontram confortáveis nesta sociedade para o sê-lo. É como um ciclo vicioso no qual os judeus, assim como todas as outras minorias acossadas, são duplamente alvos: da projeção arquitetada mentalmente pelos agressores e pela agressão em si por serem assim fantasiados, projetados (HORKHEIMER; ADORNO, 2006, p. 151-153). Mas, cabe aqui fazer uma distinção entre a projeção como elemento formador do ego e a falsa projeção – esta que acaba de ser descrita –, deformadora do ego. A projeção em sua positividade corresponde ao indivíduo que tem consciência de que o mundo exterior é por ele previamente concebido, a partir de como ele próprio – o ambiente exterior – se oferece ao indivíduo. Consciente disso ele consegue distinguir que o que pensa do mundo exterior nem sempre corresponde ao que de fato ele é e que sua própria interioridade é em parte formada pelo exterior e em parte o constrói numa relação dialética. Já a falsa projeção consiste na incapacidade do indivíduo em reconhecer e estabelecer os limites das interinfluências entre mundo interno e externo e assim adapta, ideal e/ou materialmente, o mundo externo à sua consciência prejudicada pelo cotidiano de privações que deve conceder à civilização (HORKHEIMER; ADORNO, 2006, p. 156-159).

A falsa projeção não deriva puramente de elementos psicológicos ou psicanalíticos, a materialidade histórica também influencia e neste caso contribui para o povo judeu ser escolhido como objeto emblemático de penhora da civilização. Portando eles a marca da vida citadina, aqueles que primeiro tomaram parte da circulação e não da produção no sistema capitalista (veja quem criou os bancos e movimentou os burgos no medievo), ficaram marcados por esta atividade na qual as massas exploradas encontram na impossibilidade monetária de aquisição o reflexo da exploração de sua mão-de-obra, de seu trabalho, de sua mais-valia. “Só a relação do salário com os preços exprime o que é negado aos trabalhadores” (HORKHEIMER; ADORNO, 2006, p. 144). Daí que os responsáveis pela circulação cum-

pram seu papel ideológico de encobertar as injustiças do sistema capitalista. No entanto, entendemos que se pode fazer uma ressalva aqui. Não é um papel meramente ideológico, ele é real! No fundo, os judeus de fato geram uma parcela de toda esta injustiça por meio do lucro que almejam no âmbito da circulação, mas, não mais que qualquer outro que viva no capitalismo, de forma que isso jamais justifica o tratamento que receberam por parte dos fascistas. O que fica deste raciocínio, é que este papel ideológico é decisivo e assim explorado para que os donos dos meios de produção se livrem da maior parte de sua própria culpa, de forma que os judeus historicamente tiveram de responder por muito mais do que lhes cabiam. Eleger assim um outro grupo, significa estabelecer os que deles se diferenciam e no coletivismo parece que a segurança do indivíduo é retomada, mediante o sacrifício de sua própria individualidade.

É no momento histórico anterior ao capitalismo tardio (ADORNO, 1994) que as individualidades ainda respiravam. Na estabilidade que o ouro representava havia maior segurança de sobrevivência – principalmente à burguesia que dele se assegurava cada vez mais abundantemente – do que nas taxas de câmbio e flutuações de valores que a especulação atual alcançou. Embora pequena parcela da população adquirisse o ouro, havia ainda a possibilidade de um pensamento determinado mais pela individualidade que pela necessidade. Era uma segurança para se pensar no desenvolvimento pessoal (HORKHEIMER, 2007, p. 161). Hoje isso não parece mais possível diante do clima de insegurança que dorme e acorda ao nosso lado de forma que a possibilidade de se pensar no indivíduo foi definitivamente relegada a segundo plano e a preocupação com o dia de amanhã se renova diuturnamente. Como apêndice da máquina o homem tornou-se substituível, mera peça mecânica.

Rodrigo Duarte (2008) no texto que introduz a obra de Adorno intitulada “As estrelas descem à Terra”, fala da pesquisa de Horkheimer¹⁹ sobre a autoridade paterna que se esfacela nestes tempos de incerteza e que no contexto destes egos fragilizados e desorientados é que surgiram as brechas necessárias para que irracionalismos como a astrologia fossem aceitos pelas pessoas que vivem em meio a um mundo cada vez mais explicado pela exatidão da ciência, já que estas explicações astrológicas oferecem alguma segurança em meio às incertezas cotidianas. Este é o movimento da indústria cultural como um todo, e não apenas de um de seus braços, a astrologia. Debaixo deste enorme guarda-chuva há espaço para quaisquer filo-

¹⁹ Uma versão deste estudo, mais precisamente o apanhado bibliográfico, excluído os resultados empíricos da pesquisa, pode ser consultado em português: HORKHEIMER, Max. **Autoridade e família:** parte geral. Tradução de Manuela R. Sanches. Lisboa: Apaginastantas, 1983. 143 p.

sofias que apresentem um mínimo de respostas às mentes coisificadas, por mais irracionais que pareçam frente a um raciocínio minimamente criterioso.

Em que nos diferenciamos então da mitologia grega? Talvez pensando nisso que Horkheimer e Adorno (2006) tomaram a mitologia grega como a prototípica história da ciência o que em última instância abarca a formação da civilização moderna tal qual a conhecemos, e assim vão buscar nas aventuras da “Odisséia” como nossos pressupostos atuais ali se encontravam. Logo, buscaremos encontrar no bojo desta interpretação a história específica de nosso objeto, desenvolvida também de forma prototípica na figura de Ulisses, herói mitológico que sintetiza o ideal de homem da Grécia Antiga, base que influenciou decisivamente o desenvolvimento histórico da civilização ocidental.

Ulisses vai, um a um, superando os mitos pelo uso astuto da razão. Não tenta operar noutro plano que eles, mas imerso nas regras estabelecidas pelo mito, habilmente encontra frestas pelas quais pode escapar vivo. “O recurso do eu para sair vencedor das aventuras: perder-se para se conservar, é a astúcia” (HORKHEIMER; ADORNO, 2006, p. 50). Mas, o uso deste tipo de razão astuta cobra um alto preço, qual seja o adiamento do prazer. A visão de nosso herói grego é voltada para o futuro como instância temporal justificadora do adiamento do prazer, ou da programação do prazer. Em seu retorno à Ítaca, por mais sedutor que fosse o canto das sereias, Ulisses não poderia se entregar totalmente, não era hora disso, de forma que toma a decisão já sabida de mandar que o amarrem ao mastro para que embora apreciando o canto das sereias a elas não se entregue totalmente, ele domina seus instintos ainda que exteriormente. Realiza um prazer mutilado, deformado, em nome de um objetivo posto ao horizonte, seu retorno ao lar e, mais que isso, sua própria sobrevivência. Parece ser este o mesmo mecanismo a que estamos sujeitos atualmente, nos martirizando em trabalhos alienados em nome de uma prometida recompensa financeira e de um status social que nunca cumpre com sua promessa de felicidade e então a realização desta promessa volta a ser adiada. Mas será que ainda ouvimos ao menos o canto da sereia? Ou já estamos satisfeitos em apenas saber que ele existe pelo que os mais afortunados nos relatam?

Podemos com Vaz melhor entender isso:

Esse controle sobre o corpo não é isento de tributos, que são pagos, em grande parte, com a própria felicidade. Muitas vezes esse exercício tem como destino uma relação perversa, cruel, patogênica com o corpo – o próprio e o ‘do outro’ – descambando para o masoquismo, para o sadismo, para o preconceito. O ‘outro’ – que pode, paradoxalmente, estar no próprio eu que se afasta de si para exercer o autodomínio – e seu corpo são, nesse quadro, o que deve ser objeto do ódio, do qual

nos vingamos pelo sofrimento que impusemos a nós mesmos (VAZ, 2003, p. 62-63).

Com este comentário entramos na temática corporal desenvolvida de uma maneira não tão explícita na obra. Vejamos que as análises de Cohn (1998) e de Vaz (2003) se entrecruzam na questão da mímese e da falsa projeção. O contexto em que se efetiva a falsa projeção viabiliza o afastamento do sujeito não apenas do outro, mas também de si mesmo na medida em que se afasta de seu próprio corpo que a partir daí passa a ser visto como uma coisa que deve se submeter ao indivíduo e não mais como o próprio indivíduo encarnado. O indivíduo deixa de existir organicamente, integralmente, e cindido em corpo e alma – algo que não é de forma nenhuma uma novidade – sua corporalidade é reduzida ao tátil, um corpo empobrecido como disse Soares (2003, p. 18). Assim como o antissemitismo só foi possível em determinado contexto, a patológica divisão entre corpo e alma só se efetivou radicalmente no contexto do capitalismo que viu na questão corporal mais um mercado a ser explorado, seja mais imediatamente na forma de mão-de-obra alienada, seja posteriormente na forma de culto à beleza. Com isso queremos deixar claro que este distanciamento patológico do indivíduo para consigo mesmo é resultado de um longo processo histórico que tentamos relatar no primeiro capítulo do trabalho e assim tentamos evitar possíveis interpretações psicologizantes do que aqui estamos expondo.

Assim como Ulisses fez de seu corpo um mero instrumento para apreciar o canto das seireias quando não se deu a liberdade de entregar-se a elas, usando-o de maneira calculada, o homem moderno tira proveito de seu corpo “esculpido” sem o sê-lo de fato, isto “[...] pode ser facilmente identificado nas estruturas do treinamento corporal, seja o esporte de alto rendimento, seja qualquer academia de ginástica e musculação” (VAZ, 2003, p. 66), dizemos isso por na maioria das vezes as pessoas “esculpirem” seus corpos a partir não de seus referenciais próprios, mas sim dos olhares alheios, como a ideia do corpo enquanto propaganda de si mesmo (ZUIN, 2003) bem coloca. Mas, aí podem nos indagar: não é o prazer total que se diz e se oferta repetidamente em propagandas televisivas (penso principalmente em propagandas de cerveja no início do verão) em outdoors de academias (ALMEIDA; ALMEIDA, 2005) ou ainda em anúncios de festas? Claramente nestes apelos de um alcance inapelável estão postas de antemão as sensações que devem ser vivenciadas pelo corpo. Porém, se nos detivermos na análise de tais tipos de propagandas veremos que não passam de sensações efêmeras, passageiras, sem uma profundidade formativa. Como pode este corpo plástico, que não parece dizer respeito ao sujeito, ocasionar alguma reflexão individual para com o contexto em que vive (ou

sobrevive) o indivíduo? Como pode isso acontecer mediante tantas sensações e sentimentos atropelados, uns por cima dos outros a cada minuto, a cada dia, no ritmo frenético de uma linha de montagem? E ainda por cima impostos a partir do exterior, heterenamente? Adorno (2008a, p. 120) parece nos dizer algo relacionado a isso quando trata da abordagem que as colunas astrológicas efetuam com vistas a mercadorizar os componentes arcaicos da personalidade do indivíduo. Um sorriso espontâneo ou um tom de voz particular deixam de expressar a individualidade do sujeito a partir do momento em que são aconselháveis em determinadas situações para que se tire alguma vantagem disso. Com isso queremos salientar que a experiência não parece ser realizada pelo indivíduo, mas sim de maneira artificial por um corpo que está submetido ao empobrecido papel de instrumento e na efemeridade deste gozo artificializado está excluída qualquer possibilidade de se revelar como a realidade nega o verdadeiro prazer e no seu lugar oferece um substituto mercadorizado com o qual o sujeito é praticamente obrigado a se satisfazer.

Zuin (2003) em sua análise de como o corpo é visto como território de pseudoindividualização através da incorporação de signos identificadores de uma determinada “tribo”, como se diz hoje em dia, revela como a experiência é imposta externamente. Pedalar alucinadamente sem sair do lugar nas aulas de *spinning* de acordo com o ritmo frenético da música *tecno* sem dúvida homogeneiza as individualidades e de alguma maneira talha as subjetividades que aprendem a respeitar o ritmo do trabalho mesmo nos tempos em que se encontram fora de seus locais pensando ali estarem se manifestando espontaneamente. “[...] o verão, corpos à mostra e visibilidade máxima, esperança de sucesso nos vários mercados, distintivo fundamental à medida que o corpo assume contemporaneamente o papel de portador primeiro da identidade dos indivíduos” (HANSEN; VAZ, 2004, p. 144). Isso acontece porque estamos numa sociedade em que a superficialidade ocupou o lugar do conteúdo, não como sua expressão, mas como algo em si, como o próprio conteúdo em si, principalmente porque não se quer perder tempo, não se pode perder tempo pensando demasiadamente em algo, as coisas devem se mostrar imediatamente e pronto! Parece ser neste contexto que Vaz (2003, p. 67) aponta que o corpo se tornou alma, no contexto desta superficialidade que ele representa e Zuin complementa dizendo que na atual sociedade “[...] impressionar significa existir” (ZUIN, 2003, p. 48). Triste destino do indivíduo.

Dentro desta ideia de uma nova sensibilidade corpórea marcada pela superficialidade, a questão do sacrifício parece central, ou seja, reverbera na dimensão corporal de nossa existência a somatória do sacrifício racional imposto na sociedade capitalista com o martírio da carne pecaminosa da Igreja medieval e porque não atual. Os cuidados estéticos para com o corpo

reforçam a necessidade do sacrifício sem maiores questionamentos. Em qualquer local que seja esta a temática a dor deve ser ignorada, ou melhor, entendida como mal necessário e algo a ser naturalizado para que não incomode ao invés de ser tratada como um aviso dos limites de seu corpo. A dor é vista com bons olhos, um mal necessário e no final das contas, algo não tão mal assim, já que chega a dar um certo prazer. A dor não é só muscular, mas é também psicológica quando se comete o crime de consumir muito álcool ou doces e frituras (HANSEN; VAZ, 2004, p. 141-143).

Sobre a questão da dor, Adorno faz uma dura crítica que cabe aqui ser lembrada:

Essa idéia educacional da severidade, em que irrefletidamente muitos podem até acreditar, é totalmente equivocada. A idéia de que a virilidade consiste num grau máximo da capacidade de suportar dor de há muito se converteu em fachada de um masoquismo que – como mostrou a psicologia – se identifica com muita facilidade ao sadismo. O elogiado objetivo de “ser duro” de uma tal educação significa indiferença contra a dor em geral. No que, inclusive, nem se diferencia tanto a dor do outro e a dor de si próprio. Quem é severo consigo mesmo adquire o direito de ser severo também com os outros, vingando-se da dor cujas manifestações precisou ocultar e reprimir (ADORNO, 1995b, p. 128).

O clima social no qual vivemos gera uma silenciosa e quase imperceptível pedagogia da dor. E não só nas academias de ginástica, mas também desde a mais tenra idade que esta banalização da dor acontece:

As roupas que são escolhidas para meninos e meninas são um exemplo; desde cedo, as crianças do sexo feminino são constrangidas, corporalmente, pela moda, pelas pequenas torturas que devem aprender a suportar para tornarem-se adultas belas, para tornarem-se mulheres que consideram ‘natural’ e normal se equilibrar sobre um salto de 10 cm de altura e atender à moda (SOARES, 2003, p. 16).

A dimensão sacrificial é também sagrada e a transferência dessa concepção corporal para o cotidiano das massas miseráveis se dá facilmente, sem dúvida que cheio de lacunas, mas que nunca parecem serem levadas a sério. A dor e o sofrimento naturalizados ao longo de muito tempo alcançam o indivíduo corporalmente e desde os primeiros anos de vida. E não nos deixemos enganar achando que a escola após ter abolido os castigos físicos coloca-se na vanguarda contra este tipo de pedagogia, afinal de contas como bem exemplifica Taborda de Oliveira (2006, p. 11) eles são substituídos por castigos mais sutis.

Estivemos, ainda que marginalmente, falando sobre frieza até aqui e agora tentaremos dar um pouco mais de atenção a isso, como Adorno fez. A sociedade que a criou foi aquela que só se preocupou em reforçar a legitimidade do interesse individual, em si próprio, opondo os indivíduos entre si a ponto de, no contexto do fetiche tecnológico, os indivíduos deslocarem suas relações libidinais para com os artefatos tecnológicos. Respeitando o reinado do raciocínio prático, lidar com as invenções humanas é mais interessante que lidar com outros homens já que tal relação é objetiva e direta, não inclui rodeios, conversas e negociações. O desenvolvimento deste sentimento ganhou tamanha proporção que até mesmo as necessidades libidinais parece serem supridas por esta relação maquinal com a máquina, mas para isso tais necessidades também foram modificadas, precisaram se tornar práticas e objetivas. É no fundo a síntese da incongruência entre civilização e indivíduo, na qual os interesses deste último parecem estar no extremo oposto do processo civilizador tal como ele foi construído historicamente. Como forma de superar isso, uma vez mais, Adorno deposita suas esperanças na educação infantil, não como uma ode ao amor, que estaria aí tão artificializado e imposto de fora pra dentro que poderia inclusive funcionar a favor da frieza (ADORNO, 1995b, p. 133-136), parece-nos então que um dos caminhos é a crítica a este *véu tecnológico*²⁰.

A padronização corporal parece então contribuir para a perpetuação desta frieza já que nos corpos externamente determinados, o indivíduo não encontra espaço para a experiência formativa, mas somente para aquelas vivências artificializadas por intermédio de um corpo que não é totalmente seu. É importante lembrar que uma vez mais Adorno se apressa em evitar a psychologização de problemas sociais: “Um dos grandes impulsos do cristianismo, a não ser confundido com o dogma, foi apagar a frieza que tudo penetra. Mas essa tentativa fracassou; possivelmente porque não mexeu com a ordem social que produz e reproduz a frieza” (ADORNO, 1995b, p. 135).

No segundo excurso da “Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos” que trata da obra do Marquês de Sade e da interlocução que ela estabelece com o momento sócio-histórico no qual foi produzida podemos também encontrar os traços de como acontece a relação entre o homem moderno e seu corpo. Sade e Nietzsche utilizam-se das armas do esclarecimento, a saber, a fé no factual e o raciocínio puramente lógico, para destruir a própria razão civilizatória. Parecem radicalizar a tarefa do esclarecimento como prova de que ele é inviável

²⁰ A expressão *véu tecnológico* é utilizada por Adorno (1995b, p. 132). Aproveitamos para colocar que Adorno se opunha fortemente a traçar propostas concretas e diretas acerca dos problemas que identificava. Este comportamento torna-se totalmente plausível quando vemos neste autor seu esforço em valorizar o pensamento crítico em oposição às pragmáticas posições de que tudo deve ser útil, voltado à prática. Seria muito arriscado propor algo definitivo no ímpeto de se resolver rapidamente o problema, talvez atropelando uma necessidade de maior raciocínio acerca do mesmo.

nos moldes que assumiu historicamente, para mostrar sua dubiedade, sua capacidade de avançar e retroceder ao mesmo tempo. Para Horkheimer e Adorno (2006, p. 74), tais autores mostram a impossibilidade do intento kantiano de derivar a moral do esclarecimento burguês.

O fato de ter, não encoberto, mas bradado ao mundo inteiro a impossibilidade de apresentar um argumento de princípio contra o assassinato ateou ódio com que os progressistas hoje perseguem Sade e Nietzsche. Diferentemente do positivismo lógico, ambos tomaram a ciência ao pé da letra (HORKHEIMER; ADORNO, 2006, p. 98).

Juliette, personagem da obra de Sade, sintetiza o indivíduo guiado radicalmente pelo esclarecimento. Ela opera a mais racional das irracionalidades a que a civilização calcada na ciência pode oferecer. “Ela ama o sistema e a coerência, e maneja excelentemente o órgão do pensamento racional” (HORKHEIMER; ADORNO, 2006, p. 81). A frieza do raciocínio matemático aplicado à totalidade da vida humana é que autoriza qualquer tipo de atividade humana desprezando outros parâmetros como a moral, por exemplo. Sentimentos como a paixão ou o ressentimento não devem marcar nossa existência, eles representam um retorno à odiada natureza, uma fresta no controle soberano da razão da qual brotam naturezas que ameçam o sistema racional de nossa autoconservação. Deriva daí o raciocínio de que é anti-racional os mais fortes não exercerem a força de seu poder, que seria injusto exigir deles que se comportem como os mais fracos e que na verdade, estes é que cometem a injustiça ao exigirem dos maiores que não executem sua força. Ocorre então uma inversão nos valores tradicionais da sociedade ocidental cristã. Todas aquelas virtudes do homem bom e caridoso tornam-se pecados e a dominação torna-se virtude. Daí que o assassinio, tido como sacrilégio para muitos, em Juliette não passe de mera diversão para quem está autorizado pela razão a exercê-lo. Ela já superou o estado de irracionalismo religioso e dos sentimentos que impedem e censuram o assassinato, ela se permite essa ação simplesmente para satisfazer seu prazer no ato. Para os autores frankfurtianos essa atitude representa a máxima desvinculação entre meios e fins a que a ciência racionalizada nos levou, os meios absolutizam-se em si possibilitando que quaisquer fins sejam aceitos desde que racionalizados e desta forma até o prazer está assim concebido. Ele é dosado, calculado, medido para que não represente de forma alguma um retroceder ao estado natural, a um prazer espontâneo que revele uma faceta natural fora de controle, embora esteja até o pescoço atolado nesta contradição (HORKHEIMER; ADORNO, 2006, p. 82-87).

Mesmo quando o gozo ignora a proibição que transgride, ele tem sempre origem na civilização, a ordem fixa, a partir da qual aspira retornar à natureza, da qual aquela o protege. [...] Nele os homens se livram do pensamento, escapam à civilização. [...] Os dominadores apresentam o gozo como algo racional, como tributo à natureza não inteiramente domada; ao mesmo tempo procuram torná-lo inócuo para seu uso e conservá-lo na cultura superior; e finalmente, na impossibilidade de eliminá-lo totalmente, tentam dosá-lo para os dominados. O gozo torna-se objeto de manipulação até desaparecer inteiramente nos divertimentos organizados (HORKHEIMER; ADORNO, 2006, p. 88-89).

O texto de Hansen (2005) nos auxilia a entender este trecho da obra de Horkheimer e Adorno (2006). Quando a temática corporal é explorada nesta obra, o excurso I e o texto “Interesses sobre o corpo” são, por motivos quase óbvios, destacados. Mas, tendo em mente a complementaridade e aprofundamento com que ambos os excursos se relacionam, Hansen irá destacar o controle das pulsões corporais como condição básica e ao mesmo tempo resultado do esclarecimento humano. Juliette seria o protótipo perfeito do ser esclarecido e, como tal, exemplo claro de que este esclarecimento pouco ajudou o homem a enfrentar o mito.

Essa personagem abomina qualquer atitude não embasada cientificamente, e a ciência é aqui tida nos limites do positivismo, cartesianismo. “O devasso sem ilusões que Juliette defende transforma-se, graças à pedagogia sexual, à psicanálise e à terapêutica hormonal, no homem prático e aberto que estende à vida sexual sua fé no esporte e na higiene” (HORKHEIMER; ADORNO, 2006, p. 104). O corpo e as relações carnavais são tratados neste raciocínio como instrumento e relações instrumentais, funcionais, paradoxalmente desumanas. “Se antes havia, ao menos, a possibilidade de êxtase diante do ser amado, com todas as consequências que podemos asseverar sobre isto, o que resta nos marcos da *ratio* é o contato medido e asséptico das relações contemporâneas” (HANSEN, 2005, p. 13). Quando Juliette é convidada a cometer um sacrilégio, manifesta seu máximo ateísmo dizendo que isso nada significa, no máximo uma mera diversão. Seria o mesmo pressuposto que embasa o assassino que assim define sua motivação, ou seja, uma racionalização que levou o ser humano a justificar suas barbáries sobre o ponto de vista racional. Não se defende aqui uma volta aos preceitos sagrados da religião – ora, a partir destes também se cometeram atrocidades –, mas sim mostrar que o desvelar de suas ilusões dentro do projeto racionalista não levou-nos a algo muito melhor que isso.

Toda essa irracionalidade reflete-se no corpo, como podemos ver em “Interesse pelo corpo” (HORKHEIMER; ADORNO, 2006, p. 190-194). Local de repressão dos instintos e, ao mesmo tempo, de objetivação dos desejos humanos ele guarda estas duas faces de uma mesma moeda numa relação que se estabelece entre o indivíduo e o corpo, seu ou de outro, resumida na expressão contraditória de amor-ódio. Imputado historicamente aos menos favorecidos, os trabalhos braçais sustentaram o desenvolvimento espiritual dos senhores e tanto neles como nos escravos, hoje chamados de empregados, essa injustiça se manifesta sob tal expressão. Mas, elas quer dizer mais, quer vingar a natureza reduzida a elemento dominado: “Não se pode mais reconverter o corpo físico no corpo vivo. Ele permanece um cadáver, por mais excitado que seja. A transformação em algo de morto, que se anuncia em seu nome, foi uma parte desse processo perene que transformava a natureza em matéria e material” (HORKHEIMER; ADORNO, 2006, p. 192-193). Sintetizando a forma histórica de lidar com a natureza desenvolvida pelo homem, essa relação dele com o corpo não pode ser outra senão a de dominação, de manipulação. Em muitos casos isso culmina na agressão ao corpo próprio e o do outro quando ele – o corpo – transgride tais padrões de relacionamento. Tal comportamento em muitos casos passa das “pequenas barbaridades” para os assassinatos, abusos sexuais, etc.

Então esta objetificação do corpo mostra-se fundamental no percurso histórico do esclarecimento humano e condição básica para um relacionamento instrumental entre o indivíduo e seu próprio corpo materializado nos processos cirúrgicos estéticos, nas academias de musculação, na moda, na atividade física, etc.

2.3 – A INDÚSTRIA CULTURAL

[...] tratava-se do problema da cultura de massa. Abandonamos essa última expressão para substituí-la por ‘indústria cultural’, a fim de excluir de antemão a interpretação que agrada aos advogados da coisa; eles pretendem com efeito que se trata de algo como uma cultura surgindo espontaneamente das próprias massas, em suma, da forma contemporânea da arte popular. (ADORNO, 1978, p. 92)

Este foi o motivo principal para que o termo indústria cultural fosse cunhado por Horkheimer e Adorno, muito embora o primeiro já houvesse o utilizado em escritos anteriores à “Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos” (DUARTE, 2003, p. 79). Quando Adorno diz, no mesmo texto de onde extraímos o excerto acima, que o conceito foi por eles elaborado, duas possibilidades nos saltam aos olhos: quando ambos se propuseram a escrever mais detidamente sobre o tema, na “Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos”,

tiveram um maior rigor epistemológico para com ele; ou que nos textos de Horkheimer, anteriores a esta obra, o termo utilizado já seria fruto de debates não registrados entre os autores. Ainda com base no texto de Duarte (2003) nos reportaremos quase sempre a Adorno quando tratarmos deste conceito porque nos escritos posteriores à “Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos”, Horkheimer quase não retorna ao tema, enquanto Adorno retoma-o sistematicamente.

Fato é que o famoso lugar-comum de defesa para os administradores da indústria cultural, qual seja, o de dizerem que os altos índices de consumo de suas mercadorias confirmam que eles estão apenas dando ao público o que eles querem, deve ser desconstruído ao toque de uma análise minimamente crítica. O ponto de partida desta análise seria exatamente o surgimento da indústria cultural no seio do capitalismo tardio no qual as indústrias chamadas de base (que transformam a matéria-bruta) já haviam se consolidado submetendo as outras indústrias nascentes, inclusive a cultural, a se orientarem pela sua lógica fabril: “Comparados a esses, os monopólios culturais são fracos e dependentes” (HORKHEIMER; ADORNO, 2006, p. 101). Com isso vemos que não é apenas no terreno da lógica que se dá essa dependência, mas também o próprio subsídio que vem delas, obviamente, não é sem interesse.

Do ponto de vista econômico, eles [donos destas indústrias] estavam à procura de novas possibilidades de aplicação de capital em países mais desenvolvidos. As antigas possibilidades tornam-se cada vez mais precárias devido a esse mesmo processo de concentração, que por seu turno só torna possível a indústria cultural enquanto instituição poderosa. (ADORNO, 1978, p. 93)

Abrimos um rápido parêntese para comentarmos como isso se deu no Brasil. Nossa peculiaridade é que não tivemos a figura pura do grande comunicador, o homem de espírito empreendedor que criaria grandes redes televisivas, parques gráficos, cadeia de estações radiofônicas, etc. Ícones da mídia brasileira como Roberto Marinho e Victor Civita só vieram mais tarde, na transição de uma mentalidade protestante, na qual o empreendedor das comunicações entendia seu trabalho como uma missão divinamente endereçada a ele, para um modelo mais impessoal de administração deste tipo de empresa (ORTIZ, 1989, p. 135). Se são as instituições militares que dão início ao processo de estabelecimento da indústria cultural brasileira, como no caso da criação da EMBRATEL e o consecutivo estabelecimento de uma rede nacional de transmissão televisiva (ORTIZ, 1989, p. 117-118); o incentivo ao cinema nacional (ORTIZ, 1989, p. 124-126); e o desenvolvimento da mídia impressa por meio da facilitação da importação de máquinas gráficas (ORTIZ, 1989, p. 122), é a iniciativa privada que usufrui

desta moderna infraestrutura para gerar seus lucros crescentes. Obviamente que estas empresas tiveram de “andar na linha” durante bom tempo e só almejaram alguma liberdade quando as massas já clamavam pelo fim da ditadura, e não o contrário como muitas vezes se faz pensar.

Retornando ao cenário mais amplo, é com Duarte (2003, p. 159-169) que vemos esta tendência se confirmar nas formações dos novos oligopólios da informação que concentram na mão de poucas pessoas o poder de administrar e veicular a informação e o entretenimento.

Concebida como indústria qualquer, a cultural não coloca então no primeiro plano os interesses culturais das massas e sim a lógica do lucro, seus produtos são guiados pela capacidade de gerarem lucro, daí que Adorno não consiga ser tão otimista quanto Benjamin em seu escrito “A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica” em relação à capacidade de disseminação da arte pelos meios técnicos da indústria cultural. Não que este último autor fosse ingênuo a ponto de deixar passar despercebida essa primazia do lucro, mas a despeito disso mantinha alguma esperança no potencial transformador que o avanço da técnica possibilitava. O mecanismo que se desenvolve e que parece justificar este lugar-comum é o da manipulação ou necessidade retroativa (HORKHEIMER; ADORNO, 2006, p. 100) no qual o sistema se esmera em gerar nos indivíduos necessidades aparentemente autônomas e que o próprio sistema irá satisfazer.

O imperativo do lucro atinge então a indústria cultural desde a sua raiz. Sob esta égide arte séria e arte leve são reunidas. “Com prejuízo para ambos. A arte superior se vê frustrada de sua seriedade pela especulação sobre o efeito; a inferior perde, através de sua domesticação civilizadora, o elemento de natureza resistente e rude, que lhe era inerente enquanto o controle social não era total” (ADORNO, 1978, p. 93). Neste trecho está implícita a ideia de uma reconciliação forçada que permeia outras tantas análises adornianas, como frutos mais ou menos diretos de uma reconciliação também forçada – que pode ser considerada como uma matriz – qual seja, o problema da civilização e a relação entre sociedade e indivíduo.

Antes de continuarmos é necessário que qualifiquemos o que aqui é chamado de arte superior e inferior. Tomadas ao pé da letra estas palavras indicariam uma hierarquia entre tais manifestações artísticas embasando uma crítica comum ao pensamento de Adorno, considerado assim um elitista. No entanto, consultando sua obra facilmente perceberemos que não é esta a postura do autor, na verdade é exatamente o contrário. O desmentido pode ser encontrado neste mesmo trecho destacado quando ele coloca que ambas as manifestações artísticas são prejudicadas por esta reconciliação forçada. Ora, ambas possuem seu momento de verdade, uma enquanto autonomia questionadora do “mais do mesmo” e a outra enquanto expres-

são espontânea reprimida das classes menos abastadas (HORKHEIMER; ADORNO, 2006, p. 111-112). Mas, esta verdade é usurpada quando a arte é transformada em mercadoria e padece sob um fetichismo que eleva ao extremo o valor de troca da mercadoria cultural em detrimento de seu valor de uso. Rodrigo Duarte (2003, p. 65-67) exemplifica com grande clareza como este fetichismo específico, claramente baseado no conceito de fetiche elaborado por Marx, assume características peculiares na mercadoria cultural. Segundo ele Adorno vai buscar em Kant e seu conceito de finalidade sem fim da arte autônoma o contraponto que define o fetichismo na mercadoria cultural. Enquanto no Idealismo Alemão se considerava uma obra, obra de arte, por não ter ela uma utilidade prática imediata, na indústria cultural é exatamente esta “inutilidade” que a trai e a sobrevaloriza enquanto mercadoria. A “inutilidade” da obra de arte que outrora caracterizava sua liberdade e, mais do que isso, seu afastamento em relação ao cotidiano (ou pelo menos tentativa), é nos esquemas da indústria cultural transformada em distintivo de mercadoria, prendendo-a a dinâmica do mercado consumidor. A obra de arte é hipostasiada, pois a sua principal característica é convertida no seu oposto, ou seja, em utilidade: a de distinguir quem a pode consumir e quem não a pode segundo uma hierarquia qualitativa.

O que se poderia chamar de valor de uso na recepção dos bens culturais é substituído pelo valor de troca; ao invés do prazer, o que se busca é assistir e estar informado, o que se quer é conquistar prestígio e não se tornar um conhecedor. [...] Tudo é percebido do ponto de vista da possibilidade de servir para outra coisa, por mais vaga que seja a percepção dessa coisa. Tudo só tem valor na medida em que se pode trocá-lo, não na medida em que é algo em si mesmo. O valor de uso da arte, seu ser, é considerado como um fetiche, e o fetiche, a avaliação social que é erroneamente entendida como hierarquia das obras de arte – torna-se seu único valor de uso, a única qualidade que elas desfrutam (HORKHEIMER; ADORNO, 2006, p. 131).

O parâmetro para esta hierarquia é a inaplicabilidade direta elevada a um ponto no qual se pode imaginar que a intenção é forjar uma aura de *glamour* sobre a obra de arte, ignorando-se assim que ela nunca foi puramente destituída de interesses comerciais. Transformada em mera mercadoria, essa sua característica que outrora fora sua marca, hoje não possui mais importância em si senão como mero fator de valorização monetária, tal qual quando se via comprar um eletrônico qualquer e a quantidade de apetrechos que ele traz eleva seu valor.

Padronizadas a partir do alto, as mercadorias culturais passam uma mensagem que sem dúvida não é outra que não aquela que agrade aos que administram esta grande máquina e

que, portanto, não é outra que não justifique a manutenção do *status quo*. Obviamente que este movimento não é meramente de causa e efeito, no qual o indivíduo estaria na berlinda desprovido de qualquer atividade pessoal posto totalmente sobre o domínio da mercadoria cultural. O exemplo dos *jitterbugs* nos dá a noção exata de como Adorno trata desta questão. A expressão é utilizada para designar os jovens que se empenham em adorar os astros da música leve e de um tipo de música que se expressa sob a alcunha: mais do mesmo. *Jitterbugs* designa os insetos que rodeiam as lâmpadas e esgotam suas energias neste voo circular caindo desfalecidas ao final, a eles os indivíduos são comparados por executarem um movimento também circular, automático, isento de qualquer reflexão: “O seu êxtase é desprovido de conteúdo. O fato de que o êxtase se realiza, o fato de que se obedece à música, isto é suficiente para substituir o próprio conteúdo” (ADORNO, 1983, p. 185). Esse empenho individual que caracterizaria a atividade do indivíduo é na verdade uma pseudoatividade, já que sua atitude, longe de revelar algo peculiar, íntimo, individual, está na verdade desde a raiz determinado pelo sistema da indústria cultural. “Sua única escusa é que o termo *jitterbug*, como de resto toda a terminologia do cinema e do jazz, lhes foi inculcado pelos empresários a fim de fazê-los crer que são eles que se encontram por trás dos bastidores” (ADORNO, 1983, p. 185). A energia que o indivíduo investe na sua autodegradação é aquela que poderia ser investida no seu enriquecimento, na sua emancipação e construção de uma postura menos passiva diante das mercadorias culturais. Com isso vê-se que a questão é como essa energia individual é canalizada pelo aparato da indústria cultural na construção de uma passividade imensamente ativa do sujeito.

Formalmente lhe é garantida a oportunidade de escolher outra postura, no entanto, caso sua escolha represente algum empecilho ao sistema vigente rapidamente você será considerado um *outsider*.

A liberdade formal de cada um está garantida. Ninguém tem que se responsabilizar oficialmente pelo que pensa. Em compensação, cada um se vê desde cedo num sistema de igrejas; clubes, associações profissionais e outros relacionamentos, que representam o mais sensível instrumento de controle social. Quem não quiser se arruinar deve tomar cuidado para que, pesado segundo a escala desse aparelho, não seja julgado leve demais. (HORKHEIMER; ADORNO, 2006, 123-124)

A um *outsider* é negada sua inserção social, ele só é aceito se abrir mão de boa parte de suas convicções pessoais. Este sufocamento, no entanto, não pode ser tão transparente numa

democracia e é aí que a indústria cultural desempenha o importante papel de estimular as pseudoatividades na escolha a qual tribo você pertence (a dos roqueiros, *emo's*, *punk's*, etc.) que assim se convertem em pseudoindividualidades. A grande atitude do indivíduo resume-se a escolher a qual alcunha ele se submeterá, qual rótulo utilizará e mesmo as tendências aparentemente mais radicais não demoram a serem vendidas nas vitrines de boutiques famosas, como o caso recente dos *punk's* e dos *hippies* bem nos lembra. É o reinado da mentalidade do *ticket*, tal qual a apresentamos no item anterior.

O exemplo dos *jitterbugs* revela ainda uma outra temática cara à teoria da indústria cultural. Para Horkheimer e Adorno

A função que o esquematismo kantiano ainda atribuía ao sujeito, a saber, referir de antemão a multiplicidade sensível aos conceitos fundamentais, é tomada ao sujeito pela indústria. O esquematismo é o primeiro serviço prestado por ela ao cliente. Na alma devia atuar um mecanismo secreto destinado a preparar os dados imediatos de modo a se ajustarem ao sistema da razão pura. Mas o segredo está hoje decifrado. [...] Para o consumidor, não há nada mais a classificar que não tenha sido antecipado no esquematismo da produção (HORKHEIMER; ADORNO, 2006, p. 103).

A própria indústria cultural não pode ser considerada totalmente livre de um potencial transformador, totalmente maquínica e fechada num modelo de reprodução e coação do individual. Ainda que sua organização atual muito se assemelhe a uma fábrica com divisão de mão-de-obra especializada, ênfase na técnica e inovações tecnológicas, seus produtos são frutos de individualidades também. Os espaços que ela deixa para a atuação do sujeito, é bem verdade, estão de antemão traçados pela exploração comercial e estas individualidades são coisificadas ao guiarem-se por esta trilha, funcionando muito mais como reforço da ideologia vigente que como potencial emancipatório (ADORNO, 1978, p. 94). Trata-se, portanto, uma vez mais não de uma crítica total ao cinema, televisão, rádio, revista, etc., mas sim de como estes veículos apropriam-se da criação humana no contexto do capitalismo tardio, de como esse empenho é canalizado. Ainda assim, Duarte (2003, p. 133-146) nos mostra que Adorno revisara seu posicionamento radical frente à indústria cultural e mais especificamente ao cinema – manifestação máxima desta indústria nos tempos deste autor – no qual sua crítica não é amenizada, mas a partir de onde o autor também vislumbra potencialidades e mesmo realizações fílmicas que engrandecem dignas de serem consideradas como arte. Daí que para nós seja mais adequado chamar Adorno de realista que de pessimista, outro lugar-comum das críticas dirigidas a ele que é facilmente desmontável mediante uma análise rigorosa de sua obra.

Porém, regida sob uma espécie de fórmula do sucesso, pouca coisa escapa ao controle da indústria cultural. Esta fórmula seria a do *getting into trouble and out again*, ou seja, meter-se numa confusão ou enrascada e safar-se dela (HORKHEIMER; ADORNO, 2006, p. 126). A sua utilização em várias esferas da criação artística como na música, nos filmes, nos quadrinhos, etc., revela o mecanismo maquínico que usurpa a estas diferentes criações qualquer autonomia, identidade. Neste sentido que retornamos a questão da autonomia do sujeito que lhe foi tomada pela antecipação do esquematismo: “Desde o começo do filme já se sabe como ele termina, quem é recompensado, e, ao escutar a música ligeira, o ouvido treinado é perfeitamente capaz, desde os primeiros compassos, de adivinhar o desenvolvimento do tema e sente-se feliz quando ele tem lugar como previsto” (HORKHEIMER; ADORNO, 2006, p. 103). Na *Vida de Galileu*²¹ de Bertold Brecht, temos um exemplo de quão forte é este imperativo de felicidade programada, citada no final do excerto que acabamos de reproduzir. O monge indaga a Galileu o que seria de seus pais caso a Terra fosse tirada do centro do universo pela sua teoria dos corpos celestes. O que estava em questão é que toda uma geração fortemente doutrinada perderia sua razão de viver, suas poucas certezas fornecidas de fora e se veriam terrivelmente ameaçadas pela possibilidade de se autodeterminarem. As massas que até então estavam fortemente doutrinadas pela Igreja a acreditarem que suas lamúrias cotidianas seriam recompensadas no além-vida, encobrendo todo um sistema luxuoso que era mantido mediante esta situação desigual, prontamente recusaram as ideias de Galileu de modo que suas certezas (não tão suas assim) não fossem solapadas. Com a indústria cultural parece acontecer o mesmo, é o que nos parece indicar o caso da astrologia (ADORNO, 2008a). Ao confirmar o cotidiano com suas esdrúxulas e irracionais explicações, as colunas astrológicas reforçam a certeza de que as coisas são como são e que o mundo não pode estar errado diante do indivíduo, somente o inverso é que é verdadeiro. O cinema também ilustra bem este raciocínio, já que não é inocente a percepção do indivíduo de que a rua é “[...] um prolongamento do filme que acabou de ver, porque este pretende ele próprio reproduzir rigorosamente o mundo da percepção quotidiana, tornou-se a norma da produção” (HORKHEIMER; ADORNO, 2006, p. 104). Rodrigo Duarte (2003, p. 123) chega a afirmar que Adorno, desde a sua época, previu o aumento das telas dos televisores como um mecanismo técnico que visa a limitar a capacidade de abstração que é exigida do indivíduo para tomar um carro, por exemplo, tão diminuto na tela como o mesmo carro que ele vê na realidade do dia-a-dia. Permanecendo pequenas, as telas exigiriam este perigoso esforço do indivíduo que no extremo poderia

²¹ BRECHT, B. **A vida de Galileu**. Tradução de Roberto Schwartz. São Paulo: Abril, 1977.

ficar fora de controle e engendrar outros questionamentos. A capacidade da TV em imitar a vida real não para de se expandir mediada pelo aparato tecnológico que viabiliza o cinema em 3D, onde a imagem chapada das telas pode ser substituída por outra que dê a noção de profundidade. O extremo desta lógica pode ser vista na cidade “Celebration”, construída pela Disney (DUARTE, 2003, p. 181-182) que de mundo encantado parece não ter nada.

Nota-se nestes exemplos citados uma grande força adaptativa que se abate sobre o indivíduo, ele nunca pode empreender um esforço pessoal para julgar suas atitudes perante o mundo que habita. Ao contrário é este mundo que lhe dará as coordenadas para que ele se situe e não seja um estranho entre nós, para que não escolha o sofrível caminho da solidão de quem ousa pensar.

2.4 – O CORPO NA INDÚSTRIA CULTURAL

Com o corpo humano a indústria cultural não lida de outra forma. O aumento vertiginoso de sua exposição, principalmente a partir da década de 90, confirma-o como mercado em expansão, ou melhor, como lócus de exploração comercial. Ainda jovem, este novo mercado parece boa opção se considerarmos o atual quadro de aparente saturação dos mercados tradicionais que levaram, inclusive, ao crescimento do mercado especulativo cheio de riscos já demonstrados pela crise imobiliária nos Estados Unidos que desencadeou mais uma crise na história do capitalismo.

Para que tenhamos uma noção mais clara do que significa este culto ao corpo, vale a pena citar rapidamente os dados contidos no trabalho de Castro (2003, p. 39) em que a autora nos mostra que no ano de 2000 foram feitas cerca de 350.000 cirurgias plásticas no Brasil com finalidade estética, índice que nos coloca a frente do tradicional primeiro colocado: EUA. Ainda segundo Castro, este número de cirurgias representa 80% do total das cirurgias plásticas feitas no Brasil. Já em 2003, foram realizadas 621.342 cirurgias plásticas em nosso país, sendo que destas 374.271 representando cerca de 60%, tiveram como finalidade a estética “Dos que fizeram plástica apenas para melhorar o visual, 13% (48.390) são jovens entre 14 a 18 anos, número que não chegou a surpreender a SBCP [Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica]” (MARQUES, 2008).

Em relação aos dados que Castro (2003, p. 39)²² apresenta notamos uma redução no percentual de cirurgias estéticas, porém, o número absoluto ainda mostra-se bastante alto. No

²² Para maior quantidade (em relação a indústria de alimentos dietéticos, a indústria de cosméticos e higiene pessoal) e maior detalhamento dos dados (relacionando tais indústrias com o PIB brasileiro, os empregos que

entanto, referente a estes dados o que cabe destacar e chama mais nossa atenção é o índice de adolescentes que recorrem à cirurgia estética. Por sabermos que esta é uma faixa etária em que a independência financeira é bastante improvável, inferimos a concordância dos pais com este tipo de atitude, na medida em que são eles que custeiam tais procedimentos e assim indicam que os adultos concordam com este tipo de prática. Isso ganha proporções significativas se considerarmos a adolescência como um período em que o sentimento de pertencimento a um grupo modela atitudes e personalidades. Tal aspecto parece negligenciado quando da decisão de se efetuar ou não a cirurgia estética. Em entrevista realizada por Cerozi (2008) médicos especialistas em cirurgia plástica levantam apenas fatores biológicos – como o histórico de doenças autoimunes, por exemplo – como impeditivos para estas cirurgias, o que já era de se esperar. Este quadro parece confirmar o forte enraizamento que a biologização do corpo humano desenvolveu em nossa cultura, a partir do qual o corpo se transforma em mais um instrumento de coletivização no sentido mais pessimista que esta expressão pode ser apreendida pelo pensamento adorniano.

O problema central parece ser o da estereotipia e o que a indústria cultural faz é dissimulá-la na forma de possibilidades de escolha.

O que é salutar é o que se repete, como os processos cíclicos da natureza e da indústria. Eternamente sorriem os mesmos bebês nas revistas, eternamente ecoa o estrondo da máquina de jazz. Apesar de todo o progresso da técnica de representação, das regras e das especialidades, apesar de toda a atividade trepidante, o pão com que a indústria cultural alimenta os homens continua a ser a pedra da estereotipia. [...] É isso que fortalece a imutabilidade das situações (HORKHEIMER; ADORNO, 2006, p. 123).

Os produtos desta indústria são talhados para todos os grupos de consumo e a discussão entre as qualidades de um e de outro se reduzem a superficialidades que de maneira alguma alteram o sentido principal do objeto (HORKHEIMER; ADORNO, 2006, p. 101-102; 128). Com os corpos que aparecem nas televisões e revistas não é diferente. A discussão se desenvolve acerca do implante ou não de silicone, da técnica de depilação que uma ou outra estrela utiliza, dos exercícios que ela pratica ou deixa de praticar e nisso passa incólume o padrão que deve ser respeitado. Isso acontece, como já vimos, pela característica que a indústria cultural possui de tomar do indivíduo a atividade de dar sentido aos produtos que ela oferta, aquela

elas geram, etc.) consultar a obra original: CASTRO, Ana L. **Culto ao corpo e sociedade**: mídia, estilos de vida e cultura de consumo. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2003. 136 p.

apropriação do esquematismo que cabia ao indivíduo do qual falamos anteriormente. Não nos parece ser fato do acaso que as televisões são colocadas nas academias, seja nas paredes ou embutidas na esteiras ergonômicas, como maneira de tornar mais aceitável o momento da dor pela distração e entretenimento que ela os televisores oferecem, afinal de contas se lembrarmos que a TV possui esta capacidade de confirmar o real teremos que ela foi a escolhida – talvez nem conscientemente – por manter-se no clima da adaptação ao vigente, da execução do esforço físico sem maiores questionamentos.

Sorrateiramente se constrói um padrão corporal e a indústria cultural cumpre papel importante neste processo ao dedicar-se cada vez mais a temática corporal e essa dedicação se traduz em exibir demasiadamente o corpo ao grande público, mesmo que em muitas das vezes não seja este o foco principal. Almeida e Almeida (2005) teceram uma reflexão sobre os corpos expostos nos *outdoors* pelas cidades – estudo este que facilmente poderia se estender para as propagandas impressas e programas de auditórios televisivos. Nestes espaços publicitários quase sempre nos salta aos olhos corpos retilíneos, sem gorduras, rígidos, sem manchas ou sardas, enfim, imagens praticamente irreais. E de fato o são se considerarmos que há uma boa probabilidade daqueles corpos serem moldados artificialmente seja pelas intervenções cirúrgicas ou pela edição eletrônica de imagens. O fato é que subjaz à estereotipia visual uma forte subjetividade que pode ser considerada como uma pedagogia corporal. O destaque dado ao corpo nestas propagandas é até maior que o destaque dado aos próprios produtos ofertados, não como algo que fugiu ao controle do publicitário, mas exatamente o contrário. A estratégia parece ser definir indiscutivelmente um padrão a ser alcançado por toda a sociedade e que ali, tão perfeitamente exposto, se associa ao produto como se o produto fosse o responsável por tamanha perfeição de tal forma que seu espaço no mercado consumidor parece garantido. São características próprias daquilo que se quer estabelecer como uma utopia, que exatamente por o sê-la será infinitamente perseguida garantindo a existência do mercado da estética. Ora, subjaz a estas propagandas uma associação imediata da aquisição do produto com a aquisição de um corpo mais perfeito e quando o consumidor percebe a inverdade desta associação vai em busca de uma outra mais nova, mas nem por isso mais verdadeira, do produto mais tecnológico e mais moderno em busca de uma felicidade que nunca alcançará.

A onipresença de um padrão inquestionável é estabelecido mediante o confronto com seu outro extremo. Nesse sentido Sant’Anna coloca que

[...] o maior risco nesse tipo de sistema não é mais, como já fora no passado, o de mostrar a total nudez corporal, ou de expor o extremo

desalento dos corpos violados excessivamente. Hoje, mostra-se muito. Porém o tabu não reside exatamente aí, mas sim no risco de trocar de lugar os corpos mostrados (SANT'ANNA, 2007, p. 71).

A ideia desenvolvida para dar base a esta argumentação é mais ou menos a seguinte: deve-se delimitar claramente quais são os corpos belos e quais são os feios, os bons e os maus, os cuidados e os desleixados, de tal forma que o tabu deixa de ser sua exposição, mas sim um raciocínio que invertam seus lugares. E a perversidade deste esquema é ainda maior. Os indivíduos que se encontram humilhados por estarem distantes dos padrões anormais de normalidade, encontram consolo se apoiando uns nos outros em associações que pretendem estabelecer uma nova “moda dos gordinhos”, maneiras de comportamento que os caracterizem, etc. Como todos os outros movimentos cooptados ou até mesmo em alguma medida criados pela ideologia do sistema este já recebeu sua alcunha: gordosfera (ALVAREZ, 2009). Nesta ilusória atitude de resistência aos padrões dominantes caracterizam-se cada vez mais fortemente como o extremo oposto exatamente pelos mesmos meios que as magrelas das passarelas²³. O mercado ri e se deleita. Além de seu padrão autoritário lhe render frondosos frutos no comércio que vai da moda à dieta alimentar, o outro extremo lhe é dado de brinde e a moda “alternativa” também passa também a ser explorada. Encontra aí mais uma possibilidade de explorar comercialmente o corpo e manter todos sob as rédeas curtas da menoridade do corpo mercadorizado. Não se trata de culpar os “gordinhos”, mas evidenciar como o espaço que lhes cabe para se manifestarem está de antemão contaminado.

Pelo seu oposto, tratar do corpo inosso, do chocho, daquele que não se situa nem num extremo e nem no outro (SANT'ANNA, 2007, p. 73-74) pode representar um risco demasiadamente grande. No mundo contemporâneo das superficialidades, confrontar-se com o monstro, com o feio, o horrível, aquilo extremado no outro oposto agrada aos potentes porque rapidamente se identifica quem é quem. Confrontar-se com o inosso é ruim porque deve-se vasculhar o que faz dele um tipo diferente. Ora, ele não se rotula rapidamente como bom ou ruim, certo ou errado e isso nos leva a pensar sobre ele, o que de alguma forma nos leva a pensar sobre nós e aí é que ficamos incomodados, pois vemos a fragilidade do nosso ser e como as explicações rápidas e cartesianas são insuficientes: “[...] o amor por esses modelos de heróis nutre-se da secreta satisfação de estar afinal dispensado de esforço da individuação pelo esforço (mais penoso, é verdade) da imitação” (HORKHEIMER; ADORNO, 2006, p. 129). Cabe aqui lembrar o quanto é difícil para o indivíduo atualmente se responsabilizar por seus

²³ Beth Ditto, vocalista da banda “The Gossip” e ícone da chamada gordosfera, apareceu nua na capa da revista “Love Magazine” de fevereiro de 2009 numa pose tradicionalmente assumida pelas *top-models* mais famosas.

próprios atos neste cotidiano fluido do capitalismo tardio, dos mercados especulativos e como nesta condição quaisquer elementos que indiquem algum caminho são abraçados com firmeza e obediência. “Por serem basicamente corpos padronizados, não retêm o que os particulariza e permite sua beleza como vida. Os corpos assim tornam-se intercambiáveis” (CROCHÍK, 2005, p. 113), e ditados externamente sem que o indivíduo tenha de se comprometer com algo.

Nesta linha de raciocínio é que podemos retomar a boneca Barbie²⁴ e sua tirania corporal. No espírito da padronização dos corpos Gleyse (2007a, p. 17-18) apresenta uma reflexão interessante, traçando inclusive algum paralelo entre esta boneca e a famosa apresentadora de programas infantis, Xuxa, no cotidiano brasileiro. Considerando que o brincar representa em alguma medida uma preparação para a vida adulta, o sucesso de ambas as loiras ao longo de suas existências deve ser considerado na relação das mulheres com seus corpos. Ora, elas cresceram sob a luz de uma boneca loira, esguia de medidas desumanas e como consequência não podíamos esperar que fossem mais sensatas com as medidas reais de seus corpos. Não se trata de uma ligação linear de que todas as meninas que brincaram de Barbie, ou suas cópias acessíveis às classes mais populares, se transformaram em mulheres anoréxicas e obcecadas por um corpo impossível. Muitas outras coisas devem concorrer para isso, mas constatar que há toda uma cultura desenvolvida no sentido de perpetuar algo próximo deste modelo e a impossibilidade das medidas de uma boneca como esta é fundamental pelo que ela representou no mundo ocidental e pelo que a brincadeira representa na vida de uma criança. Inclusive devemos destacar que desde o século XIX a boneca cumpre este papel de modelo a ser seguido, de orientação a uma pedagogia corporal principalmente feminina (CORBIN, 2009, p. 449).

A mulher parece se tornar alvo privilegiado dos discursos sobre a imperiosidade da estética. O estudo de Albino e Vaz (2005) nos serve de exemplo ao tratar do tema analisando o jornal “Dia e Noite” publicado no estado de Santa Catarina nas décadas de 1930 e 1940. Dentre os aspectos interessantes levantados pelo texto focamos os aconselhamentos²⁵ dados pelo jornal à mulher que se quer moderna. No movimento histórico que vai enfatizando o corpo como publicidade de si próprio a estética, já naquele momento, era valorizada tendo como efeito a visão do corpo como natureza morta, manipulável. A mulher não deveria se contentar com o corpo que a natureza lhe deu e sim buscar forjá-lo, corrigir seus defeitos. E, assim co-

²⁴ Não nos enganemos achando que os meninos passam ilesos. A Barbie tem um marido, Ken, e mesmo que ele não seja tão popular entre os meninos com a boneca é entre as meninas, existem uma porção de outros bonecos fazendo o tipo machão, de porte físico avantajado e quase sempre com trajes militares.

²⁵ Os aconselhamentos tornam-se estratégias interessantes para alcançar o grande público por forçar uma intimidade artificial entre leitora e escritora. Sutilmente os conselhos vão se transformando em exigências. O papel dos especialistas nestes tipos de publicação é ainda desvelado com detalhamento por Adorno (2008).

mo Carmen Soares (1994) mostrou a contribuição da ciência para a consolidação de corpos biologizados e apolíticos na Europa dos sistemas ginásticos, Albino e Vaz (2005) mostram que os aconselhamentos dos jornais também faziam uso do discurso científico por meio da palavra de especialistas para a formação de uma concepção de corpo humano reduzida à superficialidade de sua aparência.

Aproveitando que falamos em modernidade destacamos que ela parece vir acrescida de um outro problema, muito bem colocado por Vaz (2006, p. 40): “É na cidade que os sentidos do corpo são educados, treinados para reagir. É lá que estão postos os ritmos e desafios que ela apresenta. O lugar da experiência (*Erfahrung*) humana é assumido pela vivência do choque (*Chockerlebnis*)”. Voltemos então à questão dos *outdoors* cada vez maiores e com cores mais alarmantes, às luzes da cidade noturna, ao neon e a criatividade nas propagandas que apela para o quase impossível, como um carro suspenso no ar utilizado como propaganda uma concessionária de automóveis. Nisso a experiência sensorial está empobrecida. É no século XX que a imagem fisga o indivíduo pelos olhos, tomando toda a sua atenção para si e relegando os outros sentidos a um segundo plano. Ocorre aqui algo similar com o que Adorno descreve em relação aos *jitterbugs* e a música. Se lá a audição se tornava regredida, aqui é a própria ideia de corpo e da experiência encarnada que ele possibilita que se encontra empobrecida. A crítica é feita ao abandono dos espaços e tempos em que a experiência formativa – quase sempre social porque envolve um e outro – se dava. Aos poucos as horas e os locais para se vivenciar corporalmente experiências marcantes, passam elas a ser fugidias, momentâneas. O aforismo “Não bater a porta” (ADORNO, 1993, p. 33) ilustra ainda mais esta situação. Neste escrito vemos como o indivíduo, levado pelo acelerado ritmo do cotidiano, já não sabe mais fechar uma porta com firmeza sem dar uma forte batida. Tantos outros atos cotidianos são desta forma embrutecidos e revelam um indivíduo já entregue à ideia de que somente essa existência fria é que é possível e desta forma o humano vai se aproximando da máquina e do automatismo que a move sem nada contestar, sem refletir sobre qualquer coisa, abrindo mão de sua individualidade.

A fotografia pode ser entendida como contribuição para este alteração do *sensorium* humano privilegiando a visão, uma alteração empobrecedora. A possibilidade que ela trouxe de popularizar a imagem, de registrar o momento, vulgarizou a imagem, inclusive os momentos íntimos (CORBIN, 2009, p. 398). Sem dúvida que a fotografia guardava a possibilidade de se registrar a história, para que ela não caísse no esquecimento, mas hoje não podemos deixar de considerar que o nascimento das câmeras digitais e a revelação instantânea da imagem captada pela câmera parecem não funcionar como formas de registro da história, mas sim co-

mo um apagamento quase total de nossas memórias, agora aprisionadas em megapixels. O cheiro, o tato, o gosto já não são mais elementos importantes na constituição da lembrança pelo indivíduo, mesmo a visão é alterada já que não registra mais a imagem na memória e sim na objetiva, no papel. Parece satisfazer a necessidade de um mundo que começa a valorizar o rendimento e a velocidade, registrando com precisão e rapidez a objetividade do momento, sem exigir nada que não possa ser visto rapidamente, a olho nu, sem muito esforço. Há sem dúvida os grandes fotógrafos, que em suas revelações destacam peculiaridades que o olho humano e que o momento ou a ocasião não conseguem captar, mas estes são uma minoria.

Chamamos então Postman (1999) ao debate, já que ele nos traz como o próprio ato de ler está se tornando detestável no ritmo desta sociedade, afinal de contas aprender a ler exige uma postura física e mental de imobilidade que não se aprende sem disciplina, da noite para o dia. Fisicamente corresponde a ficar longas horas sentado e mentalmente a não atropelar palavras, frases e parágrafos em um ritmo alucinado na busca da resposta. Ao expor as evidências de que a televisão propaga uma linguagem imagética e não escrita, Postman (1999, p. 92-93) subsidia nossa reflexão de que o corpo é enfiado goela abaixo, sem reflexão, já que a linguagem televisiva não só deixa de estimular a experiência formativa como a priva na medida em que as imagens por ela exibidas mudam rapidamente exigindo aquela apreensão instantânea e por isso superficial do que se mostra se não se quiser perder o fio da meada. Obviamente que ao longo de todo um programa que trata de um tema específico se pode acessar uma reflexão um pouco mais profunda, no entanto, a televisão é por excelência um meio que não estimula isso e como ela se torna hoje onipresente, habitando inclusive os celulares mais modernos, vemos aquilo que chamam de uma visão pessimista, como uma visão realista.

Vaz (2006) aponta momentos em que Benjamin acolhe os livros como momentos de fuga das aulas empobrecidas e aprisionantes. O corpo imóvel nas salas de aulas põe-se em movimento na imaginação que voa por entre as páginas dos livros e sua imobilidade não é capaz de conter o pensamento. Hoje essa possibilidade já é bem menor. As crianças mal sabem ler e as que alcançam tal conquista não se orgulham muito disso. A televisão decifra e faz a leitura no lugar das crianças, a leitura é, como diz Postman (1999), uma leitura imagética e no contexto de nossa pesquisa essa mediação que faz a televisão traz embutido os contratos que movimentam a indústria cultural.

Parece-nos então, que é com o advento da televisão que um padrão corporal se impõe mais tiranicamente e com maior globalidade, pois além da linguagem imagética se colocar no lugar da linguagem escrita/falada deixando de exigir o movimento reflexivo de se ligar a pa-

lavra à coisa e a polissemia que envolve esse movimento, impera o esquematismo realizado não mais pelo indivíduo e sim dado de antemão pela indústria cultural.

A experiência possui um momento somático, afinal de contas a única possibilidade de existirmos é corporalmente – o existo logo penso de Friedrich Nietzsche – e na atualidade se o existir corporalmente está muito limitado pelos estereótipos corporais e pelas contingências cotidianas quais são as riquezas e possibilidades deste existir, condição para a experiência formativa? Parece que vai se confirmando o empobrecimento da experiência formativa no contexto da modernidade.

Na cidade, onde não é difícil se orientar, mas sim perder-se, não se permite que o olhar seja desarmado; ele faz parte de uma gestualidade que precisa ser, já em pleno século XIX, *treinada*. Diferentemente da experiência sensorial mais plena da corporalidade, que se mistura ao espaço para poder encontrá-lo, como na criança, os sentidos já não reconhecem, mas respondem, assim como os movimentos do corpo devem, antes de tudo, *defender* (VAZ, 2006, p. 44).

O amor agora é virtual, a amizade e os encontros também. Basta vermos o sucesso de jogos virtuais “The sims” e “The second life”²⁶ que permitem criarmos-nos à nossa maneira, ou melhor, à maneira que nos parece nossa mas que com uma rápida olhada percebesse iguais às outras, contrastada apenas superficialmente.

Este empobrecimento sensorial ao qual nos submetemos no decurso de nosso envelhecimento e do envelhecimento da sociedade sob a égide da utilidade é consequentemente corporal. Passamos de uma atitude explorativa, entregue ao mundo numa corporalidade ricamente sensorial durante a infância, para a pobreza do olhar sempre alerta às ameaças que nos rodeiam de forma que definimos uma corporalidade reduzida, presa, travada, armada, como diz o próprio autor. Mais a frente Vaz (2006, p. 45) dá o exemplo pelo delicioso texto autobiográfico de Benjamin explorando a despensa da casa deixando-se guiar pelos alimentos que lá encontra. Já na “Paris do segundo império” parece difícil que se encontre espaço para que um tal comportamento floresça:

As pessoas tinham de se acomodar a uma circunstância nova e bastante estranha, característica da cidade grande. Simmel fixou essa questão acertadamente: ‘Quem vê sem ouvir fica muito mais inquieto do que

²⁶ Estes são jogos eletrônicos classificados como simuladores de vida onde você pode personalizar uma personagem desde seu nome até os detalhes de sua aparência e roupas. As atividades virtuais se desenrolam imitando a vida real e seu boneco deve trabalhar, namorar, ter amigos, passear, entre outras coisas, quase tudo milimetricamente medido e expresso em índices matemáticos.

quem ouve sem ver. Eis algo característico da sociologia da cidade grande [...]'. A nova condição, conforme reconhece Simmel, não é nada acolhedora" (BENJAMIN, 1991, p. 35-36).

Levamos, em nosso raciocínio, essa situação ao limite e assim podemos admitir que os corpos hoje, propagandas de si mesmos, são frutos da cultura visual moderna assim como servem de afastamento para outras experiências sensoriais. Com os símbolos postos logo à mostra e facilmente associáveis a arquétipos não só corporais, como também comportamentais (roqueiros, pagodeiros, futebolistas, basqueteiros, etc.), as pessoas logo se defendem do potencial perigo que a outra representa. É a renúncia à mimesis humana e o potencial identitário que ela guarda, como pudemos notar com o auxílio do texto de Gabriel Cohn.

Até aqui tocamos várias vezes no conceito de formação. Abrimos então um breve parêntese para tentar explicá-lo, logicamente que sem esgotar o tema.

A formação cultural plena, tradicional, corresponde historicamente ao momento anterior à mercadorização da cultura. É bem verdade que as produções artísticas nunca existiram separadas de uma forma de comércio, porém, anterior ao capitalismo tardio elas não se submetiam com tamanha disciplina aos cifrões pagos. Com esta mercadorização parece que a cultura perdeu sua originalidade, sua motivação individual nas suas mais variadas manifestações e a formação cultural que ela propiciava é hoje deformada em razão deste empobrecimento que ela sofreu. É importante destacar que o semiculto não corresponde de maneira alguma ao indivíduo culto pela metade, ou seja, como um trecho da estrada da formação percorrida a espera da transposição de outro tanto. A legítima formação não se coloca num *continuum* em relação à semiformação, ao contrário, esta última trava o desenvolvimento da formação legítima ao hipostasiá-la. O indivíduo semiculto considera-se pronto, acabado, um sabichão, como diria Adorno (1992, p. 51), e é justamente esta atitude que impede a formação: "O defeito mais grave com que nos defrontamos atualmente consiste em que os homens não são mais aptos à experiência, mas interpõem entre si mesmos e aquilo a ser experimentado aquela camada estereotipada a que é preciso se opor" (ADORNO, 1995c, p. 148-149). Este tipo de pessoa se satisfaz com a informação veiculada no jornal televisivo, acatando-a como verdade absoluta que se fixa de tal forma em sua mente que no dia seguinte dá lugar uma nova informação.

A semiformação é uma fraqueza em relação ao tempo, à memória, através da qual unicamente se realiza na consciência aquela síntese da experiência em que a formação cultural pretendia em outros tempos. Não é por acaso que o semiculto faz alarde de sua má memória, orgu-

lhoso de suas múltiplas ocupações e de sua sobrecarga (ADORNO, 1992, p. 51).

A semiformação está incorporada literalmente na atitude imposta de se apagar as marcas do tempo no próprio corpo. Não se quer estar velho hoje em dia, e o que afinal de contas significa estar velho a não ser ter vivido a história? Sua própria história! O culto do eterno presente quer eliminar a história inclusive no corpo e assim se investe no apagamento das expressões do tempo e automaticamente a favor da vivência de cotidianidades efêmeras. Este é o cerne do imperativo que obriga o corpo e o indivíduo a estar sempre preparado para todas as sensações a todos os momentos, como o corpo do colecionador de sensações (OLIVEIRA; GOMES, 2005).

Os argumentos de que as intervenções estéticas tem a finalidade do sentir-se bem, melhorar a autoestima, chamar a atenção dos olhares e sentir-se jovem, por exemplo, colocam-se de forma resumida na defesa do eu, numa intervenção que visa fortalecer o ego de cada um. Porém, na medida em que estes processos visam apagar as marcas das experiências de cada um como os traços do riso, do choro, da idade, da maternidade, etc., efetivam-se exatamente como um apagamento do eu, um congelamento do corpo em padrões universais que desconsideram exatamente as idiossincrasias de cada um,

Con todo, la pretensión ética de no traicionar un yo veraz con transformaciones físicas incompatibles, desconoce que la imagen del yo que busca armonizarse con la corporal ya ha sido intervenida: su subjetividad se declara incapaz de reconocerse en la relación que la experiencia guarda con el cuerpo, en su identidad (PEDRAZA GÓMEZ, 2003, p. 96).

O problema está exatamente em que as pessoas só se reconhecem em referência a estes padrões universais e não em referência a si próprios: “[...] é a obsessão pelo apagamento das marcas visíveis do tempo que, com lentidão, nele [corpo] se inscrevem e se revelam como traços da experiência. [...] marcas que revelam as múltiplas histórias individuais e sociais” (SOARES, 2003, p. 15). Pode servir para refletirmos sobre os prejuízos formativos, no sentido de que a experiência formativa vê-se de antemão rejeitada pelo medo de que as marcas corporais sejam um fardo pesado demais a se carregar.

Pode-se pensar então que o estabelecimento de estereótipos inviabiliza a formação crítica do sujeito de forma que então deveríamos extingui-los. No entanto, não é exatamente isso que defendia Adorno. Toda aprendizagem parece se iniciar a partir de um modelo e da cópia

deste mesmo modelo. “[...] dificilmente se poderia conseguir hoje que alguém guardasse algo de cór: apenas o mais ingênuo estaria disposto a apoiar-se na tolice e na mecanicidade desse processo, porém, assim se priva o intelecto e o espírito de uma parte do alimento com o que se começa a formação” (ADORNO, 1992, p. 42). O problema é deter-se nesta cópia, é o sujeito não conseguir ir além dela. A própria posição do professor é paradigmática, pois na posição de professor não pode se furtar a conduzir o aprendizado do aluno ainda imaturo, dependente do professor, porém, seu objetivo é exatamente tornar-se inútil para o aluno, fazer de sua dependência original o caminho para a independência. Na questão do corpo exposto pelos meios de comunicação em massa retomamos a ideia já aventada de que esses próprios meios é que realizam o esquematismo antes mesmo do indivíduo e que, portanto, o corpo padronizado não é em momento nenhum questionado e sim imposto ao indivíduo que o aceita já que sobre ele não realiza nenhum esforço individual, subjetivo que fosse.

Por fim, parece-nos importante frisar que a padronização leva a uma diminuição das atividades formativas e que para o nosso objeto de estudos reflete-se nas aulas de educação física de forma mais imediata na forma de não participação em atividades coletivas, zombaria dos colegas que escapam aos padrões, entre outras. Relembro também a esperança que Adorno (1995b, p. 121) coloca na educação das crianças como mais um motivo para a necessidade se abordar a temática de forma cuidadosa nestas aulas.

Portanto, cabe, nas aulas de educação física, debater tal temática amplamente colocada em nossa sociedade. Discutir esta representação seria um importante passo para se concretizar na escola um contraponto direto ao processo de semiformação reiterado cotidianamente, como bem nos fala Zuin (2003, p.51) ao destacar que “[...] a ideologia do corpo que se torna publicidade ambulante [...]”, como ideologia que é, torna-se desmontável a partir da crítica feita a ela.

CAPÍTULO 3: ANÁLISE DAS REPORTAGENS NA REVISTA “NOVA ESCOLA”

Esperamos que com os dois primeiros capítulos dedicados à revisão bibliográfica sobre a história do corpo humano tenhamos deixado claro que é necessário um pensar criterioso a respeito do tema, que muitas análises rápidas e superficiais indicam progressismos na história do corpo sem apontar os retrocessos e as novas problemáticas que as posturas mais atuais suscitam. Como a revista “Nova Escola” se posiciona diante desta problemática é que queremos investigar, sempre tendo em mente que não se trata de uma revista científica e que, portanto, não se pode esperar encontrar nela uma abordagem profundamente crítica e fundamentada. Por outro lado, tida como ferramenta de formação continuada do professorado brasileiro, marcadamente o professor de escola pública, é de se esperar que estejam presentes ao menos indicações de onde se possa aprofundar a análise de tal temática.

3.1 – A METODOLOGIA

Dissertar a respeito da temática corporal não é algo simples. Ao contrário, este tipo de estudo jamais pode almejar entender a totalidade da materialidade corporal, por mais amplo e profundo que seja o estudo, pelo simples fato de que práticas corpóreas são registradas nas falas e escritas, ou seja, sofrem mediações que com certeza empobrecem e em alguns casos desvirtuam a real experiência corpórea (TABORDA DE OLIVEIRA, 2006, p. 8). Não queremos de antemão nos eximir de qualquer postura, mas levar isto em consideração é exatamente assumir a postura de não se prometer o impossível e cercar o estudo científico de uma expectativa que ele não pode cumprir senão de forma deturpada.

Para definir nossa maneira de apreensão da realidade tentamos considerar ainda um outro problema posto por Adorno: podemos confiar nos dados de uma pesquisa particular para se inferir algo de alcance social?

Tal tema, abordado pelo autor também no texto “Experiências científicas nos Estados Unidos”, torna-se clara preocupação em sua obra “Epistemología y ciencias sociales”. Assim, Adorno (2001) trará uma visão que ao mesmo tempo impõe os limites de uma pesquisa empírica particular: *“Si, [...] se quiere ascender a la totalidad de la sociedad partiendo de datos particulares, en el mejor de los casos se obtiene conceptos generales clasificatorios, pero jamás los que expresan la vida misma de la sociedad”* (ADORNO, 2001, p. 21); assim como suas potencialidades: *“En su progresiva diferenciación, la investigación social empírica ha ido comprobando que en el mundo en que vivimos los hombres no son tan distintos entre sí como pretende el credo individualista”* (ADORNO, 2001, p. 54). Fica claro então o cuidado que se deve tomar na análise dos dados para que não se generalize as conclusões deste traba-

lho, o que significaria ignorar outros importantes determinantes macrossociais; ou considerá-las mera caracterização do material utilizado no estudo, o que seria valorizar em excesso as individualidades numa sociedade administrada. Dizemos então que a partir da discussão levantada pelo trabalho teremos indícios de como os professores brasileiros tratam o tema corpo e educação, inclusive porque a maioria das matérias analisadas descrevem experiências reais de professores de todo o Brasil.

E já que estamos tratando de delimitar com exatidão o alcance de nosso estudo para que dele não se espere mais do que pode oferecer, nos parece interessante acrescentar mais uma reflexão de Adorno, quando o autor trata de apresentar sua pesquisa a respeito das mensagens que a coluna de astrologia do jornal “Los Angeles Times” publicava no início da década de 1950: “São apresentadas formulações cuja validade só pode ser estabelecida pesquisando-se os próprios leitores – o que deveria ser feito” (ADORNO, 2008, p. 41). Nossa abordagem e nossas inferências desenvolvidas mais a frente possuem este mesmo limite. Por conta do tempo exíguo tivemos de escolher entre estudar a publicação ou pesquisar diretamente os professores. Entendemos que não tínhamos tempo suficiente para abordar as duas fontes com a atenção e a qualidade devida.

No quadro deste debate aqui colocado acerca da metodologia, faremos aquilo que Adorno chamou de *content analysis* nas edições da revista publicadas entre 1999 e 2008 enfocando os escritos que tratem da temática “corpo e educação” almejando entender de que forma o corpo humano é tratado pela revista. Esta é a essência deste método, buscar a partir do material seleccionado “*la forma de conciencia de aquéllos a los que se dirige esta comunicación y a los que suele estar adaptada, o las características de los grupos responsables de la misma, su ideología y sus objetivos reales o imaginarios*” (ADORNO, 2001, p. 125).

Pode transparecer a primeira vista que se trata de um método qualitativo, no entanto, prossegue o autor: “*Este content analysis ha de ser casi siempre «sistemático», «objetivo» y cuantitativo; así, por ejemplo, hay que calcular la frecuencia con la que determinadas ideas ocurren en un texto*” (ADORNO, 2001, p. 125). Franco (2007, p. 8), ao relatar um breve histórico da análise de conteúdo nos lembra das raízes positivistas que marcavam tal metodologia, reduzida assim a método marcadamente quantitativo. Posição parecida encontramos em Bardin (2004, p. 13)²⁷ que destaca o surgimento desta técnica no contexto estadunidense de pesquisa da imprensa e da propaganda nos arredores da primeira guerra mundial desenvolvendo-se quase exclusivamente em torno da contagem e da medição. Naquele mesmo período

²⁷ Na obra de Bardin (2004) há uma descrição mais detalhada das origens e do desenvolvimento das técnicas de análise de conteúdo.

as chamadas ciências duras legitimavam-se socialmente e reafirmavam seu caráter científico perante a sociedade contribuindo diretamente para o seu avanço, subsidiando construções concretas como a máquina a vapor, por exemplo. As ciências sociais, como diz Franco, e ciências humanas, como dizemos nós, almejaram o mesmo status buscando nas ciências exatas o método que as livrasse da alcunha de metafísica inútil, num movimento que brevemente abordamos ao longo do nosso segundo capítulo sob a forma de uma racionalização técnica do conhecimento.

Nem tão ao mar, nem tão à terra, e ainda sem reunir mecanicamente quantidade e qualidade: “Estes dois pólos, desejo de rigor e necessidade de descobrir, de adivinhar, de ir além das aparências, expressam as linhas de força do seu desenvolvimento histórico e o aperfeiçoamento que, actualmente, ainda faz oscilar entre duas tendências.” (BARDIN, 2004, p. 25). Buscamos articular o que ambas as vertentes tem a nos dizer considerando as características do objeto de análise e da temática que nele perseguimos. Se a análise da qualidade do discurso posto no objeto pode nos revelar um conteúdo latente muito importante, a quantidade de reportagens acerca da nossa temática já denunciaria algo: em maior quantidade pode significar, no mínimo, que a revista está atenta aos problemas escolares e sociais cotidianos; uma menor quantidade, por sua vez, pode indicar além de uma desatenção, algum descaso podendo ser inclusive proposital, por exemplo.

O *corpus* de nossa análise se atém então às matérias, artigos e entrevistas publicadas na revista e voltadas diretamente para os professores de educação física ao longo dos dez últimos anos (1999-2008). Com este recorte temporal esperamos dar a chance ao material em análise de apresentar um debate mais desenvolvido acerca da temática em questão já que é no final da década de 80 e início da década de 90 que começam a pulular academias de ginástica por todas as partes do Brasil e é também neste período que se incrementam as intervenções cirúrgicas estéticas – algumas levando a óbitos – bem como os transtornos alimentares que agora estão na moda: bulimia e anorexia. Além disso destacamos, conforme Bracht (1999, p. 76), que é na década de 1980 que a Educação Física passa por uma autocrítica e procura redefinir seu objeto de estudo incorporando mais fortemente questões das ciências humanas.

O material que analisaremos é publicado de maneira aleatória em seções flutuantes que não aparecem com periodicidade regular na revista, mas que por se intitularem diretamente pelos nomes das disciplinas, é de se imaginar que sejam mais chamativas para os professores das respectivas matérias e que, portanto, tem uma maior possibilidade de influenciarem no dia-a-dia destes. Como dados secundários, eventualmente serão observadas matérias publica-

das nas seções mais gerais da revista que digam respeito à temática corporal, bem como as cartas de professores de educação física.

Se bem entendemos aquilo que Franco (2007, p. 37) chamou de “expedições de pesca”, parece-nos prudente definirmos previamente algumas questões que nortearão nossa leitura do material a ser analisado a fim de evitar que nos desviemos de nosso objetivo de pesquisa. As questões que estabelecemos foram as seguintes:

- Como a relação entre corpo e educação é tratada pela revista nas seções dedicadas à educação física?
- Em que medida as matérias vinculadas direta ou indiretamente com a questão corporal indicam a necessidade de se situar histórica e socialmente as concepções de corpo humano?
- Em que medida as concepções de corpo que evidenciarmos superarão a empobrecida e ideológica visão biologicista?

Porém, cabe marcar que esta postura apresentada pela autora coloca-se de maneira menos rígida em Bardin (2004, p. 25-26). Ele entende que embora possamos identificar duas funções na utilização da análise de conteúdo, qual sejam, a heurística, de característica exploratória mais livre; e a administração de prova, com uma exploração presa à confirmação ou refutação de hipóteses postas *a priori*; ambas podem coexistir. A partir desta problemática e após um primeiro contato com o material a ser analisado, a chamada leitura flutuante (BARDIN, 2004, p. 90), nos pareceu prudente repensar as questões previamente colocadas. Ficou claro que o material não forneceria as respostas a estas questões pontuais a menos que “torturássemos” os dados para que eles nos “confessassem” aquilo que queríamos ouvir. Pretendemos com isso adotar esta postura de uma exploração mais livre do material redundando em categorias de análise previamente postas, mas que foram repensadas ao longo das análises das matérias bem como deram espaço ao surgimento de novas categorias. Com isso entendemos que a possibilidade de explorarmos a riqueza do material pôde ser mais bem explorada, muito embora não tenhamos a ilusão de a termos esgotado.

É necessário dizer que não fica muito claro na obra de Bardin se ele aceita ou não esta aproximação. Ora ele admite expressamente essa possibilidade de complementaridade entre ambas as orientações (BARDIN, 2004, p. 25-26), ora ele parece refutá-la dando maior valor àquilo que chamou de “procedimentos de exploração” em oposição aos “procedimentos fechados” (BARDIN, 2004, p. 92-93). Na verdade, esta contradição se estabelece, no nosso modo de ver, pela aparente pretensão do autor em buscar uma imparcialidade na escrita de seu trabalho, em outras palavras, ele parece pretender organizar um manual técnico para iniciantes em pesquisas de análise de conteúdo e que para tanto deve ser imparcial, reproduzindo apenas

fatos. Não compartilhamos da mesma posição de neutralidade e a complementaridade entre uma abordagem mais quantitativa e outra mais qualitativa de fato nos pareceu mais adequada. Para além de toda a discussão que envolve a crítica à pretensão de imparcialidade do positivismo (ver capítulo dois), é pela própria desconfiança de Bardin que encontramos solidez para nossa posição dentro de uma análise restrita a questão da técnica empregada:

A análise de conteúdo assenta implicitamente na crença de que a categorização (passagem de dados brutos a dados organizados) não introduz desvios (por excesso ou recusa) no material, mas que dá a conhecer índices invisíveis, ao nível dos dados brutos. Isto talvez seja abusar da confiança que se pode ter no bom funcionamento deste delicado instrumento. É preferível estar-se consciente do que se passa quando da efectuação de uma operação de tal modo habitual que parece anódina (BARDIN, 2004, p. 113).

Não entendêssemos este como mais um fato que nos leva a admitir que não partimos de uma posição neutra, não teríamos nos dado o trabalho de elaborar os dois primeiros capítulos do presente trabalho.

3.2 – A REVISTA “NOVA ESCOLA”

No trabalho de Castro (2003) temos um panorama geral do que se veicula nas revistas de cunho mais comercial a respeito da temática corporal. Sua análise se detém sobre as duas revistas dominantes no segmento de saúde e beleza, são elas: “Corpo a Corpo” da editora Símbolo e “Boa Forma” editada pela Abril. Ambas as revistas voltam-se principalmente ao público feminino, confirmando que as mulheres constituem um grupo particularmente vulnerável quando se trata de um ideal estético de corpo sem, no entanto, simplesmente descartar os homens: para que eles se tornem também consumidores foi criada a denominação que lhes cabe, qual seja, metrossexual. Esta é uma definição para homens preocupados com a própria beleza que, ao nosso ver, aproveita-se de um discurso de crítica ao estereótipo “machão” dando ares de homem moderno àquele que consome cremes, vai aos salões de beleza e usa cremes especiais para os cabelos e que, em suma, preocupa-se consigo mesmo. Inclusive o binômio saúde e beleza aparece aqui uma vez mais – já vimos no tópico 1.2 deste trabalho como historicamente o discurso da saúde também serviu como “desculpa” para o estabelecimento de um padrão estético e para o nascedouro do mercado a ele associado. Por este canal já consagrado ambas as revistas parecem edificar um outro discurso falacioso: o de que estão preocupadas com a individualidade das pessoas.

As revistas dizem-se preocupadas não em estabelecer um ideal de beleza muito distante das pessoas comuns, no entanto, já pelas capas de suas publicações se contradizem, pois constantemente elas destacam atrizes consagradas e as dicas de dietas e exercícios que tais personalidades oferecem para sustentar seus corpos. Embora procurem variar o conteúdo, entre uma matéria e outra, estão sempre presentes as famosas dicas que, assim como os conselhos (ALBINO; VAZ, 2005), parecem assumir um tom imperativo; ou as seções de antes e depois, comprovando a eficácia desta ou daquela orientação alimentar. Uma vez mais recordamos da técnica ambivalente empregada pela coluna astrológica analisada por Adorno (2008), que ao mesmo tempo em que preconiza o papel subalterno do indivíduo deve dar-lhe a impressão de estar além das misérias da humanidade. Embora os (as) leitores(as) devam estar sempre mantidos sob um padrão que nada tem de autônomo, isso não deve estar claro nos aconselhamentos e orientações, daí que o discurso da saúde e do bem-estar, por exemplo, assuma ares de preocupação individual, de atitude pessoal quando na verdade encobre a sujeição.

É interessante como as falas das diretoras de redação de ambas as revistas discursam sobre a preocupação das publicações para com as individualidades das leitoras (CASTRO, 2003, p. 47-60). Elas se mostram preocupadas em ajudarem suas consumidoras a recuperarem a autoestima e o bem-estar veiculando matérias que não se ocupam somente do mundo *fitness*. É neste sentido que o trabalho de Castro parece se aproximar da assertiva de Vaz (2003, p. 67) sobre o corpo tornar-se nos dias de hoje a própria alma, o que parece confirmar o raciocínio de Castro, se considerarmos que com esta expressão podemos resumir o processo de superficialização da vida que encontra eco inclusive no próprio sujeito. Frequentemente o sujeito é impelido a fazer as coisas, a não perder muito tempo pensando e agir logo de uma vez, como uma ojeriza à subjetividade que nada traz de prático. Parece bastante plausível que esta coação leve o sujeito a tomar suas decisões, formar seu hábitos, elaborar suas convicções de maneira imediata e o corpo seria o que de mais imediato se pode ler de uma pessoa, sua manifestação individual mais visível. E nisso ele se contenta, em ser corpo, em ser imediato. O corpo resume a existência do ser.

Partindo do que Castro (2003, p. 43) traz acerca da recente tendência que os indivíduos apresentam à estetização de suas vidas, a preocupação em construir uma vida aparentemente correta, interessante, calcada no *look*, na performance, se corretamente entendemos as palavras da autora, vemos a diluição das fronteiras entre a vida real e a fictícia produção artística. Baseados no nosso referencial frankfurtiano relembremos aqui da indústria cultural como prolongamento do cotidiano, como local onde se efetiva a confirmação da sociedade injusta num movimento garantidor do conformismo. As potencialidades individuais estão assim canaliza-

das para a confirmação do sempre o mesmo e como diriam Horkheimer e Adorno a “[...] *personality* significa para elas [as pessoas] pouco mais que possuir dentes deslumbrantemente brancos e estar livres do suor nas axilas e das emoções” (HORKHEIMER; ADORNO, 2006, p. 138). Nessa estetização da vida nada de sólido parece ser construído, a não ser a permanência da efemeridade, da aparência, um ser que se constrói para fora de si mesmo e relega sua própria alma a segundo plano.

É evidente que estas revistas estudadas por Castro apoiam seus discursos – de preocupação com o ser humano global – sobre matérias que tratam paliativamente a realidade, empobrecendo por meio do funcionalismo práticas como a ioga e o tai-chi-chuan, por exemplo. Praticadas com o intuito de aliviar as pressões do dia-a-dia, elas jamais chegam ao ponto de questionar a fundo a sociedade que gera tais pressões e a consequente necessidade de se procurar este tratamento por meio das propaladas práticas alternativas. Com as academias que fornecem tais serviços formam um sistema que busca apreender o indivíduo consumidor, como a segunda parte da pesquisa de Ana Lucia de Castro mostra²⁸.

Agora, o que podemos esperar de uma revista como a “Nova Escola”, carro-chefe da Fundação Victor Civita que se define como

[...] uma entidade sem fins lucrativos, voltada para o aperfeiçoamento do professor brasileiro. [...] com a missão de contribuir para a melhoria da Educação Básica – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio –, por meio do investimento na valorização e no aprimoramento do educador como profissional, cidadão e, sobretudo, como ser humano. (FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA, 2008)

Faz-se necessário, ainda que rapidamente, situar historicamente a revista. O grupo Abril não tem nesta publicação sua primeira experiência no campo educacional. O adjetivo *Nova* que vem antes do *Escola* no título da revista anuncia que a antiga publicação do grupo, chamada simplesmente “Escola”, foi reformulada. Segundo Silveira (2006, p. 10) a publicação antecessora circulou no início da década de 1970 sem muito sucesso devido, principalmente, ao conteúdo que ela veiculava ser denso demais, uma leitura que não se faz rapidamente nos intervalos entre uma aula e outra, por exemplo. Mais que isso, o adjetivo *Nova* coloca a revista em sintonia com o momento sócio-histórico que o Brasil atravessa quando da sua primeira publicação: a Nova República. Vivíamos um momento de redemocratização e superação do regime ditatorial e a educação também deveria transitar para um clima de liberdade e de nova

²⁸ Ana Lúcia investiga nesta segunda parte quais são as motivações que levam um frequentador de academia a justificar a malhação, as aulas de yoga ou de dança.

sociedade, superando seus arcaísmos mecanicistas. O trabalho de Pedroso (1999) estabelece com perspicácia esta relação entre a revista e o momento político em que surge, principalmente se alertarmos-nos que a publicação só se efetivou mediante um grande incentivo do MEC, qual seja, o de comprar e redistribuir a revista por todas as escolas públicas do Brasil, garantindo assim a venda mensal de 300.000 exemplares da revista (SILVEIRA, 2006, p.9). Após cinco anos este apoio governamental é retirado durante o governo Collor e é exatamente neste período que notamos o quanto ele é importante para a revista já que, a tiragem média dos cinco primeiros anos de história da revista que era de 359.760 exemplares, sem o apoio estatal cai para a média 7.000 exemplares durante os anos de 1991 e 1992 (RAMOS, 2009, p. 51).

Nesse ponto faz-se importante retomar o apontamento de Ortiz (1989, p. 122) sobre o apoio militar no desenvolvimento do parque gráfico nacional. Na metade final da década de 1960 os militares, então no poder, estimulam a produção de papel em território nacional, barateando os custos da impressão e criam o GEIPAG, órgão que favorece a importação de modernas máquinas utilizadas na impressão de livros e revistas. A partir de então o mercado de bens culturais impressos experimenta grande crescimento no volume de produções e na exploração de novos públicos, algo que se evidencia pelo exemplo do rápido crescimento que a editora abril experimenta entre sua fundação (1950) e a década de 1970 nos indica (ORTIZ, 1989, p. 123). É neste período que vemos surgir muitos títulos produzidos pela editora de Victor Civita e acrescentamos a lista que Ortiz elabora o título antecessor à “Nova Escola”, como destacado no parágrafo anterior. Com isso nos parece legítimo questionarmos o ar filantrópico e altruísta que a Fundação Victor Civita quer criar em torno de sua publicação educacional.

Existem pelo menos mais dois indícios de que a revista se coloca como veículo “oficial” da política educativa do governo brasileiro: 1) o período em que a revista publicou uma maior quantidade de matérias criticando a educação nacional, dando destaque às greves do professorado, aos baixos salários, às condições precárias de trabalho coincide com o momento em que o acordo com o MEC foi suspenso durante o governo Collor (ROCHA, 2004, p. 45-46), algo que não acontece atualmente, pelo contrário, dá-se destaque ao professor heroico, que se vira em meio à falta de estrutura e apoio à educação e ao professor (SILVEIRA, 2006, p. 89; RAMOS, 2009, p. 200; ROCHA, 2004, p. 110); 2) o destaque dado não somente ao construtivismo (FARIA, 2008) como também, mais recentemente, aos Parâmetros Curriculares Nacionais (ROCHA, 2004, p. 26-27). Ambas as abordagens são expressões da política educacional governamental em diferentes momentos históricos e a revista ao abordá-las constantemente reforça-as, além é claro de torna-se evidente que falar delas garante um maior comércio, afinal de contas os professores da rede escolar devem adotar tais métodos e buscam também na

revista meios de fazê-lo, afinal de contas é a ela que as professoras recorrem quando estão em apuros (ROCHA, 2004, p. 23). Por fim, podemos somar a estes fatores ainda, uma outra experiência no ramo das publicações pedagógicas do grupo Abril: a produção de parte do matéria utilizado pelo MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) (SILVEIRA, 2006, p. 9-10), uma tentativa frustrada de apropriação instrumental da pedagogia de Paulo Freire, como se ela pudesse ser reduzida a uma técnica de alfabetização livre dos preceitos políticos e ideológicos que ela carrega.

Isso tudo parece ser suficiente para entendermos a revista como meio de consolidação da política governamental de educação na base do “vamos fazer” sem em momento algum questionar o que se está fazendo. A situação se agrava quando vemos a revista tentar se colocar fora da questão educacional ao dizer que não almeja ser publicação educacional e sim jornalística, já que não é feita por educadores e sim jornalistas (ROCHA, 2004, p. 31; SILVEIRA, 2006, p. 13-14). Ora, como não considerá-la publicação educacional se ela pertence a uma fundação que diz não almejar lucro e lutar pela melhoria da educação brasileira? A revista parece tentar se esgueirar, como a indústria cultural em geral o faz, pelo caminho de se considerar entretenimento quando lhe é cobrada sua postura sócio-política e como publicação séria, comprometida, quando lhe é imputada o caráter de mera mercadoria.

Em relação ao espaço que a revista ocupa no mercado da mídia impressa brasileira, cabe destacarmos alguns números fornecidos pela própria editora Abril²⁹. No ano de 2008 a revista teve uma circulação média por edição de 454.089 exemplares, sendo 376.203 por meio de assinaturas e os outros 77.886 vendidos nas bancas, ficando atrás apenas da revista “Veja” (média de 1.085.852 exemplares mensais) e seguida de perto pela revista “Claudia” (média de 411.612 exemplares mensais). Sua circulação em relação às regiões do Brasil é a seguinte: Norte 6%, nordeste 23%, centro-oeste 7%, sudeste 49% e sul 16%. Ficamos ainda mais impressionados quando acessamos os dados de produção, e não só de consumo da revista. Sua tiragem ultrapassa a barreira de um milhão de exemplares em novembro de 2008, segundo é veiculado pela imprensa³⁰, um crescimento fantástico se compararmos com sua tiragem inicial de 311.000 exemplares, sugerindo que o apoio inicial – ainda mantido, embora proporcionalmente menor – dado pelo governo federal foi bem aproveitado e a revista, num período em que haviam poucas concorrentes no ramo, se estabeleceu e hoje ocupa um espaço majoritário nas publicações populares de enfoque educacional.

²⁹ Todos os números referentes à circulação da revista e o perfil dos seus leitores foram extraídos do site: <<http://publicidade.abril.com.br/homes.php?MARCA=34>>.

³⁰ **Revista Nova Escola ultrapassa um milhão de exemplares.** Disponível em: <<http://pingado.terra.com.br/noticias/noticiaImprime.asp?idNoticia=19970>>. Acesso em: 21 ago. 2009.

Editada desde 1986, a revista passou por inúmeras reorientações editoriais, incluindo e excluindo velhas e novas seções, aumentando ou diminuindo seus espaços, readequando o subtítulo do periódico, a formatação gráfica da capa, etc. Descreveremos quais transformações ocorreram no período em que nos propomos a analisar a publicação, ou seja, de 1999 a 2008³¹. Como já dissemos, a revista divide-se desde seu início numa seção fixa e noutra seção variável, na qual temáticas diversificadas são publicadas aleatoriamente. Esclarecemos que consideramos seção/coluna aquelas denominações que aparecem no índice e seções fixas aquelas que são frequentemente publicadas, ainda que mudando de nome ao longo do tempo. O número 120 da revista lançado no mês de março de 1999³² traz as seguintes seções fixas: carta ao leitor; sala dos professores; depoimento; caros colegas; era uma vez; com certeza; mural; livros; obrigado(a), professor(a). Seções estas que se repetirão ao longo de todos os números deste ano e cuja descrição do que cada uma delas aborda encontra-se detalhada no quadro 1 em anexo. Já a seção variável ocupa 21 páginas com matérias, como já dissemos, aleatórias, que abordam temas como educação infantil, planejamento escolar, confecção de material didático, experiências de professores que deram certo, planos de aulas, entre outros. Neste ano ainda nos parece importante destacar que a revista edita um caderno suplementar intitulado “Parâmetros Curriculares Nacionais: Fáceis de entender” que compõe o corpo da revista e se dedica exclusivamente a temas inerentes a esta proposta pedagógica com as devidas sugestões de aplicações em sala de aula.

No ano de 2000 a revista sofre uma superficial reestruturação editorial e seu subtítulo “A Revista do ensino Fundamental” passa a ser “A Revista do Professor”, como Silveira (2006, p. 42) já notara, e suas seções são renomeadas sem nenhuma significativa alteração de conteúdo: “Carta ao leitor”, “Mural”, “Livros” e “Caros colegas” passam respectivamente a se chamarem “Caro professor”, “Fique sabendo”, “Estante” e “Quadro de avisos”. O quadro 1 também descreve este tipo de alteração ao longo do período que analisamos. É também no ano 2000 que a primeira edição do ano é considerada bimestral abarcando agora janeiro e fevereiro; o mesmo acontece com a quinta edição do ano sendo publicada em referência aos

³¹ Para acompanhar as modificações anteriores a 1999, sugerimos a consulta aos trabalhos de PEDROSO, Leda A. **A revista Nova Escola: política educacional na “Nova República”**. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, 1999. 277 p.; e especialmente os trabalhos de RAMOS, Márcia E. T. **O ensino de história na revista Nova Escola (1986-2002): cultura midiática, currículo e ação docente**. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Paraná, 2009. 272 p.; e ROCHA, Bárbara T. **Cartas em revista: estratégias editoriais de difusão e legitimação da Nova Escola**. Dissertação (Mestrado) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2004. 172 p.

³² Nossas análises se iniciam no número anterior, publicado em fevereiro, no entanto, tal número corresponde a uma edição especial sobre planejamento quem vem subdividida em 12 seções intituladas pelos meses do ano e apontando temáticas correspondentes a eles com sugestões de planos de aulas distribuídas aleatoriamente pelas disciplinas escolares. A educação física não ganha nenhuma sugestão nesse número.

meses de junho e julho. Com isso a revista continua a publicar dez números anuais, mas agora abarcando os doze meses do ano.

Ao longo das edições publicadas no século XXI poucas mudanças podem ser constatadas, tal como em 2003 quando a grafia do título da revista em sua capa com o adjetivo “Nova” sendo grafado dentro da primeira letra do substantivo “Escola”, agora escrito em minúsculo, algo que Silveira (2006, p. 42) também já destacara. O subtítulo volta a ser modificado em 2005 de “A Revista do professor” para “A Revista de Quem Educa”, talvez porque quem educa não é somente o professor e assim abre-se a possibilidade de alcançar um público maior.

A partir de 2004 o índice da revista fica melhor dividido, deixando clara quais são as seções da revista (conteúdo permanente) e quais são as reportagens (conteúdo aleatório).

Concluindo este panorama geral da revista destacamos que ela possui desde 1998 um sítio na internet³³, especializado em exemplos de planos de aulas (FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA, 2008). Sua página inicial traz chamadas de matérias diversas e apresenta três grandes menus (“Edições impressas”; “Planos de aula” e; “Tudo sobre educação”) que se subdividem em outros tantos submenus nos quais estão disponíveis todos os planos de aula publicados pela revista impressa e outras sugestões exclusivamente publicadas no sítio da revista.

Cabe ainda destacar que, destacadamente, de 2005 a 2008 o mapeamento das mudanças das sessões fica um pouco confuso porque a própria revista cria seções que não duram muito tempo, as incorpora em subseções para depois recolocá-las como seções, enfim, pouca continuidade é notada na organização e disposição das seções e colunas da revista de forma que o mapeamento que fizemos considera seções e colunas que tiveram alguma frequência nas publicações dentro de um mesmo ano, no mínimo. Talvez isso indique a necessidade que uma mercadoria cultural tem de se mostrar sempre renovada, moderna, atualizada quando no fundo o conteúdo permanece quase intacto.

Feito este panorama, já temos alguma ideia do que podemos encontrar na revista. Pedroso (1999) a coloca claramente como um elemento da indústria cultural e apresenta sólida argumentação para defender tal posição. Nossas primeiras incursões no material também nos permite apontar nesta mesma direção ao constataremos as poucas páginas que se dedicam a um determinado tema, o caráter propositivo da maioria das matérias como se elas fossem capazes de resolver os mais variados problemas nos diversos contextos, a proposta da revista de apresentar matérias de rápida leitura, entre outros fatores, realizando aquilo que já apontamos no

³³ **Nova Escola Online.** Disponível em: < <http://revistaescola.abril.com.br>>. Acesso em: 13 ago. 2009.

item 2.3 como característica dos produtos da indústria cultural: executando em nome do leitor o esquematismo necessário à apreensão da mensagem veiculada, o que Franco (2007) chamaria de decodificação, de dar sentido ao significado.

3.3 – AS ANÁLISES

Na fase de pré-análise (BARDIN, 2004, p. 89-96) nos pareceu mais adequado focarmos naquilo que chamamos de fonte primária, ou seja, as matérias publicadas sob a rubrica “Educação Física” bem como esclarecer um possível equívoco na utilização destas nomenclaturas em relação ao já consagrado trabalho de Severino (2002). Neste livro material primário refere-se as fontes de contato direto a que o pesquisador tem acesso como leis, relatórios e documentos oficiais. Já o material secundário refere-se aos documentos a que não se tem outro ou não se fez outro acesso senão mediado pelo estudo de terceiros. Não era esta a nossa intenção, mas sim diferenciar as seções da revista que dizem respeito diretamente ao professor de educação física das seções que lhe dizem respeito indiretamente por não estarem submetidas à rubrica “Educação Física”.

Os testes que realizamos com aproximadamente metade do material a que nos propomos analisar, mostrou que somente as reportagens voltadas diretamente às aulas de educação física já seriam um material bastante rico e que as outras matérias, embora também sejam muito importantes, poderiam ser deixadas de lado aguardando um estudo mais abrangente. Com este critério procuramos estabelecer com mais precisão a influência da revista nas aulas de educação física já que praticamente todas incluem algum tipo de sugestão prática, de plano de aula.

Fizemos então as análises na ordem cronológica. No quadro dois, em anexo, elencamos todas as reportagens analisadas e no quadro três quais matérias se enquadraram em quais categorias, já que na descrição das seis categorias que elaboramos, que fazemos logo abaixo, não utilizamos todas as trinta reportagens analisadas e sim as que melhores representaram nossas análises.

3.3.1 – UMA NOVA EDUCAÇÃO FÍSICA, UM NOVO CORPO PARA ELA?

Começaremos por esta categoria por duas razões: 1) de modo geral a revista propõe um novo modelo de educação física, que abandone seu velhos preconceitos e que reformulada incorpore novos conteúdos e novas maneiras de ministrar uma aula, bem como novas possibilidades de avaliação em educação física. Assim, podemos considerar esta categoria como que compondo o plano de fundo de todas as outras categorias que formulamos; 2) decorre da primeira razão a dificuldade em estabelecermos esta categoria, ou seja, foi a categoria mais difí-

cil de se definir, de deixar claro quais os parâmetros que a caracteriza. Isso nos levou a conclusão de que não se pode ter uma categoria totalmente delimitada, as fronteiras entre elas estão diluídas, umas mais do que as outras, e forçar uma rigidez entre estes limites seria exatamente descaracterizar o material analisado.

Tendo estas considerações em mente veremos que muitas matérias na revista tratam do surgimento de uma nova educação física, menos comprometida com os ideais esportivos. É de se esperar que também se encontre nesta nova orientação, uma nova concepção de corpo, já que a esportivização da educação física exige uma visão muito prática e objetiva sobre o corpo que evidencie quais ganhos a disciplina pode trazer para um projeto de nação olímpica, de superpotência esportiva – estes foram os objetivos do período de esportivização da educação física no Brasil e como sedharemos em breve a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos, é plausível que este discurso volte à tona. Porém, este movimento de renovação desta ciência, da forma como é levada a cabo pela revista, resume-se a uma mera ampliação dos conteúdos a serem considerados nas aulas, colocando no mesmo patamar de importância que o esporte historicamente construiu no seio desta disciplina – como reflexo de seu estabelecimento na sociedade em geral –, conteúdos como jogos e brincadeiras, ginástica, dança, lutas, entre outros.

Podemos encontrar um bom exemplo do que afirmamos na reportagem “Renovação nas quadras” (NOVA ESCOLA, 2000, n. 134). Nela são apresentados exemplos de professores que adotaram uma nova postura em suas aulas valorizando outros conteúdos como a capoeira, o frevo, as brincadeiras de rua e a dança de salão. Mesmo os conteúdos clássicos são repensados e a metodologia de abordagem dos mesmos inclui quase sempre o imperativo de que todos devem participar e de forma cooperativa, em oposição à competição. Outro exemplo que dá força a nossa afirmação está expressa na reportagem “Esta aula é o máximo” (NOVA ESCOLA, 2006, n. 194) onde são relatadas experiências que obtiveram êxitos abordando o recente e crescente sucesso dos chamados esportes de aventura ou esportes na natureza. Sem dúvida que realizar uma escalada ou uma aula de surfe revela novas possibilidades para a formação corporal, novas sensações que eventualmente podem desencadear interessantes reflexões. No entanto, essa possibilidade parece rechaçada desde o princípio da reportagem por meio da redução deste momento aos ganhos físicos que ele proporciona. Vejamos o texto introdutório: “Praticar surfe, arborismo e skate, entre outras atividades ao ar livre, promove o condicionamento físico e ajuda no desenvolvimento motor” (NOVA ESCOLA, 2006, n. 194, grifo nosso).

Essa postura não retrata o movimento que se busca internamente à Educação Física em rever a predominância que os aspectos biológicos assumiram ao longo de sua história na posição de norteadores do desenvolvimento desta ciência. O discurso de mudança acaba sendo traído quando em muitas matérias a revista justifica as atividades sugeridas se não exclusivamente, majoritariamente pela questão física como na matéria “Exercícios ecológicos” publicada no número 132 da revista (2000). Nela vemos um esforço da revista em articular preceitos frágeis e superficiais de cidadania com as aulas de educação física. O professor desta disciplina, Elmer R. Paulim, utiliza uma de suas aulas para organizar um mutirão de limpeza da quadra pública localizada próxima a escola e utilizada pelo professor em algumas aulas. A atitude destacada pela revista na verdade revela o descaso com a estrutura necessária às aulas desta disciplina, realiza um elogio sutil ao voluntarismo que substitui, quase sempre, mal e provisoriamente o papel do Estado em oferecer e manter as condições ideais de funcionamento das instituições sociais pelas quais ele deveria se responsabilizar e ainda por cima se insere na linha de barateamento do conteúdo das aulas de educação física que são quase sempre as primeiras a serem sacrificadas em nome de ensaios de festa junina, decoração da escola para alguma festa, realização de algum passeio, entre outros tantos motivos.

Segue então a revista destacando esta inovação do professor e tentando vincular a esta atividade conteúdos da disciplina pela qual ele é o responsável:

“Ao varrer, gastamos energia e consumimos oxigênio. Ou seja, é um exercício aeróbico”, explica [o professor]. Outra preocupação de Paulim foi ensinar a maneira correta de fazer os movimentos. “Carreguem o lixo na altura do peito e mantenham a coluna reta” eram algumas das ordens do “treinador” (NOVA ESCOLA, 2000, n. 132, p. 3).

O corpo reduzido ao biológico é ocupado politicamente sem que se perceba. Segundo a reportagem, nem se pensa em abordar o crescimento do terceiro setor e como ele se espraia por sobre as obrigações do Estado e menos ainda que o momento em que os alunos estão se empenhando fisicamente em limpar a quadra poderiam estar realizando uma aula de verdade. E ao final deste trecho outro elemento que confirma a biologização dos corpos salta aos olhos: o professor é chamado de treinador. Embora o termo apareça entre aspas, não nos parece ser por acaso que ele surge a esta altura do texto. A condição principal para o esporte de alto rendimento, qual seja a visão do corpo humano em analogia com uma máquina mecânica, esta posta nas entrelinhas desta aula usada como exemplo.

Outra reportagem que pode ilustrar nossa reflexão foi publicada no número 145 da revista (2001). O início da redação já se mostra um tanto problemático, anunciando o que se pode esperar do restante do texto:

Vai longe o tempo em que a Educação Física era encarada como momento de “recreação”, com meninos e meninas separados para jogar e competir. A disciplina ganha cada vez mais importância no currículo e surgem em todo o Brasil projetos que incentivam a prática de esportes. Sua escola já faz parte deste time? (NOVA ESCOLA, 2001, n. 145, p. 24).

Se o início do trecho sugere a renovação que mencionamos, logo na sequência o conteúdo mais tradicional é lembrado. Já deixamos claro que almejar uma educação física melhor não corresponde a romper com os conteúdos clássicos, mas no transcorrer da matéria fica claro que tal conteúdo praticamente não é repensado e continua preso aos ditames biológicos que o marcaram. A frase do professor que é destacada pela matéria denuncia isso: “ ‘Eles [os alunos] já despertaram para a importância da prática esportiva e dos benefícios físicos e sociais que ela proporciona’ ” (NOVA ESCOLA, 2001, n. 145, p. 24). Esclarecemos que, quando são destacados os benefícios sociais, remete-se ao trecho da matéria que valoriza o abandono da ideia de competição, algo que será melhor explorado na categoria “corpo cooperativo”, mais a frente.

Até mesmo onde o conteúdo biológico é evidente, deve se ter o cuidado de explorá-lo, virá-lo do avesso e encontrar em que ponto se conecta com a vida real humana que se desenvolve não só naturalmente, mas sobretudo historicamente. Essa oportunidade é desperdiçada na boa matéria “Professor, será que eu ainda vou crescer?” (NOVA ESCOLA, 2003, n. 167). A utilização de um pôster que acompanhou aquela edição da revista, pareceu-nos bastante esclarecedora em relação a esta pergunta, mas esta resposta deixou de lado significativa parcela de explicação ao não abordar as diferentes formas de alimentação de acordo com as diferentes regiões de nosso país e como elas influenciam no crescimento do corpo humano, por exemplo, ou ainda, deixando de esclarecer que não se deve esperar que o desenvolvimento acelerado da puberdade leve todos a desenvolverem corpos da mesma maneira e que isso não significa necessariamente um problema. Se isso ficasse mais claro, talvez tivéssemos menos jovens recorrendo a intervenções cirúrgicas, a dietas milagrosas e a overdoses de exercícios físicos.

Da maneira como acabamos de descrever, a cisão corpo e alma parece ser mantida no interior da educação física, já que o corpo, mesmo nesta nova abordagem que a revista sugere,

vai pouco além de seus determinantes biológicos que consagraram a comparação dele com uma máquina que deve sempre funcionar nas melhores condições. A avaliação de uma aluna retratada na matéria “Como avaliar na educação física” (NOVA ESCOLA, 2003, p. 162) ilustra bem isso. Na reportagem o professor se orgulha de uma de suas alunas ter evoluído onze pontos no teste de alongamento ao longo de um semestre. Como o título da matéria indica, aquele seria um espaço para se mostrar um progresso na avaliação e tudo o que se expressa no texto são lugares comuns do debate educacional que apontam para a necessidade de avaliação contínua e sem o caráter de punição. O exemplo mais claro e voltado para a especificidade da educação física recai no velho paradigma biológico. Ora, a escola não é academia de ginástica, seu objetivo principal não é trazer ganhos físicos aos atletas, quer dizer, alunos. Talvez isso até ocorra indiretamente, mas jamais deve ser o foco principal, caso contrário estaríamos dando um passo atrás e retornando às práticas ginásticas militares implantadas quando dos primórdios da presença da educação física no ambiente escolar.

Pode-se pensar que estamos exagerando, que avaliar o progresso físico do aluno não corresponde a adotar uma postura biologicista nas aulas e nem considerar o corpo humano apenas a partir de um ponto de vista. A matéria “Essa aula é o máximo” não nos deixa mentir: “[...] a prática de esportes radicais nas aulas de Educação Física no Ensino Fundamental [...] amplia o repertório de movimento da garotada e as possibilidades de treino esportivo” (NOVA ESCOLA, 2006, n. 194, p. 41, grifo nosso). A expressão destacada ao final do trecho não pode ser considerada como ingênua. Desta forma sorrateiramente vão se perpetuando justificativas associadas a um corpo meramente físico sem que haja uma recuperação histórica do mesmo e sem que o ideal de corpo que o esporte carrega seja questionado. O momento de experiência que poderia ser vivido espontaneamente pelo aluno é rapidamente reorientado: “No final, os pequenos imitam bastante bem as posições dos profissionais” (NOVA ESCOLA, 2006, n. 194, p. 42).

Não podemos esquecer que neste movimento foram produzidas matérias que valorizam as manifestações culturais ligadas ao corpo e que caracterizam a cultura de determinados povos como a matéria sobre a capoeira e o frevo (NOVA ESCOLA, 2000, n.134), ou a matéria sobre o resgate da cultura indígena (NOVA ESCOLA, 2007, p. 200). Isso contribui no sentido de buscarmos nossa identidade corporal nacional, menos homogeneizada e mais próxima do real tomando o cuidado de partir dos regionalismos para horizontes mais largos, pensando no cidadão do mundo. É muito sedutor o discurso das microrrevoluções que segmentam o debate em microgrupos que encobrem o real fundamento da sociedade capitalista, dividia entre explorados e exploradores, daí que resulte a valorização da cultura afro-brasileira, da cultura de

periferia, da cultura dos portadores de deficiências, da cultura dos defensores do meio-ambiente, entre outras tantas.

Exemplo claro desta possibilidade se faz presente na matéria “Novo status para a expressão corporal” veiculada no número 215 da revista. “Se o funk, o hip hop e o rap são muito presentes nela [comunidade], é uma ótima pedida levá-los para as aulas. Isso faz com que todos participem com mais interesse” (NOVA ESCOLA, 2008, p. 80). Dialogar com o cotidiano que envolve os alunos é sem dúvida importante e necessário, mas dele deve-se chegar a concepções mais amplas, caso contrário ficamos nas cotidianidades reforçando uma caracterização cultural que limita bem quais comunidades estão falando, caindo no risco de criarmos um mundo isolado – apenas artificialmente – dentro da sociedade. Não nos parece que é dada a devida importância a abordagem de tais aspectos a partir de um ponto de vista crítico, de rigor analítico, que desvele entre outras tantas coisas qual o arquétipo corporal que tais práticas veiculam, por exemplo. Porque o *funk*, recentemente, tornou-se excessivamente erotizado e porque o *hip hop*, que já foi expressão de rebeldia e exigência de transformação do racismo nos Estados Unidos, onde nasceu, hoje apresenta artistas envoltos em cordões de ouro e ostentando brilhantes brincos de diamantes. Este salto qualitativo que precisa acontecer na escola não é descrito, sequer mencionado, ao longo da matéria.

Nestas reportagens mostra-se muito forte a perspectiva de valorização cultural e do repertório de atividades. Até que ponto essa postura proporciona reais experiências formativas ou vivências efêmeras? Toda e qualquer cultura deve ser valorizada? Se assim for a cultura contemporânea de fragmentação e coisificação corporal também ganha espaço nesta proposta? Estas são questões que não ficam claras na revista e que se não podemos exigir grande profundidade de uma publicação que não é científica, ao menos deveriam estar sinalizadas em suas matérias. Pouco espaço para desenvolver o texto não pode justificar o abandono de questões fundamentais que envolvem o ensino numa publicação que se diz educacional.

Mas, mesmo estes exemplos não se contentam em apresentar, ainda que não expressamente, o conteúdo pedagógico do corpo como local de adaptação e de resistência à pasteurização da cultura que se opera em todo o globo como Duarte (2003, p. 147-182) aponta, e acabam apelando para justificativas biologicistas, como já citamos. Isso parece revelar um problema que a Educação Física tem de abordar: o que legitima esta disciplina em ambiente escolar? Porque ela é necessária no processo de formação do indivíduo? Como já mencionamos não é este o espaço para que a capacidade cardiorrespiratória ou a flexibilidade sejam trabalhadas. Mas, também não conseguiremos dar estas respostas aqui.

3.3.2 – O PESO DOS PCN: O CORPO CIDADÃO

Os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) seguem a linha de reorientação pela qual passa a educação física, como colocamos acima, e também por isso a segunda consideração que fizemos na categoria anterior vale para esta, já que perpassa a maioria das reportagens analisadas. A palavra cidadania é muito citada nas matérias, assim como no documento federal, tornando-se uma referência para o desenvolvimento das aulas, o que nos faz lembrar da relação entre governo federal e Fundação Victor Civita. Os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) são diretrizes federais, que não tem valor de lei, mas de tão mencionadas que são acabam se impondo pela insistência e funcionando como obrigação, orientando assim uma noção de corpo tal qual podemos ver expressamente em pelo menos seis reportagens.

Como a palavra cidadania está quase sempre associada à promoção da saúde, cidadão é, sobretudo, aquele que cuida de si próprio, que mantém-se ativo fisicamente, vigilante quanto à sua dieta. Desta articulação entre cidadania e saúde surge uma prática que vem se disseminando em muitas escolas: o aluno que trazer algum documento comprovando que frequenta academia de musculação, escola de natação, de ginástica, ou outras deste tipo, está dispensado das aulas de educação física. Sabemos que tais espaços exploram o discurso da saúde como forma de ampliarem seus lucros, afinal de contas quem não gosta de estar saudável? Porém, é importante não perdermos de vista que a estratégica associação entre saúde e beleza, como destacamos no primeiro capítulo, criou e movimenta um mercado que cresce até hoje criando necessidades muitas vezes falsas e que se colocam como obstáculos à experiência formativa em relação à questão do corpo. Assim, este tipo de prática diz nas entrelinhas que o objetivo da educação física é formar o cidadão que se preocupa com sua saúde, num discurso que poderíamos aproximar daquele que no contexto do capitalismo industrial nascente se esforçava em responsabilizar o indivíduo pelos problemas com sua própria saúde. Nos dias de hoje vemos a obesidade ser tratada como um problema grave, de grandes proporções e, continuando a analogia entre o atual e o antigo discurso, os alcoólatras de ontem seriam os obesos de hoje que não se alimentam nas redes de *fast food* para que possam rapidamente retornar ao trabalho, mas sim porque cedem à tentação, porque são fracos em seu autocontrole. Deveriam eles passarem pelas avenidas dos grandes centros comerciais amarrados aos bancos de carros e ônibus para não se entregarem? Ora, se não se tem mais tempo para apreciar uma refeição, também não há como desenvolver um paladar que sinta as sutis nuances dos sabores que compõem um prato de comida então a mistura de sabores que um lanche oferece parece resumir este tempo de degustação numa só mordida. Não queremos com isso dizer que as obrigações de trabalho cada vez mais exigentes se tornam o único fator que nos leva à obesidade,

mas também não se pode querer jogar toda a culpa sobre as costas do cidadão que, além de tudo é considerado preguiçoso já que não costuma desenvolver atividade física regularmente. Já que ser cidadão é também ser criativo, reutilizar matérias para bolar atividades que coloquem o indivíduo em atividade, como nos faz crer as matérias número 181, 190, 202 e 211, publicadas respectivamente em 2005, 2006, 2007 e 2008.

A questão da saúde além de estar quase sempre associada à ideia de cidadania, como dissemos anteriormente, também está quase sempre restrita aos ditames biológicos, como se a saúde pudesse ser garantida pela ausência da diabetes, da obesidade, da pressão alta, etc. A saúde de um ponto de vista mais global fica em segundo plano, o indivíduo estar bem entendido consigo mesmo, com seu próprio corpo, também passa despercebido.

“O conhecimento do próprio corpo e de seus limites ajuda na formação do aluno” (NOVA ESCOLA, 1999, n. 126), com este título, espera-se da matéria uma discussão a respeito do porque de cada aluno possuir um certo limite imposto pelo próprio corpo o que implicaria alguma conversa sobre as individualidades. No entanto, tal expectativa não se concretiza. A matéria se apresenta dividida em inúmeros fragmentos de temas variados e importantes, mas que sendo tratados em poucas linhas tem suas importâncias barateadas e suas resoluções simplificadas por meio das propostas e dicas de aulas que a matéria veicula, uma postura de receituário da revista como Ripa (2008) já indicara.

Mas, a matéria se complica mesmo é no último dos fragmentos que a compõe onde narra a experiência de três alunos obesos de uma escola pública no município de Rio Claro, interior do estado de São Paulo. Com o subtítulo “Entrando na linha”, explica como estes alunos perderam peso e adotaram hábitos saudáveis de vida depois que fizeram parte de um programa elaborado por uma psicóloga que trabalhou com os alunos obesos. A impressão que se tem ao ler a reportagem é que “Entrar na linha”, além de possuir um conteúdo quase militar, significa emagrecer e se exercitar regularmente revitalizando uma visão reducionista e ascética onde o obeso é necessariamente visto como desviante e adoecido, algo muito semelhante com o que Soares e Fraga (2003, p. 78) identificam como raiz histórica da atual preocupação exagerada com as formas corporais. Neste ponto a matéria também se aproxima muito daquelas matérias veiculadas por revistas como a “Boa Forma” e “Corpo a Corpo”, faltando apenas os quadros de “Antes e depois” que legitimam a eficiência das dietas e programas de exercícios voltados ao emagrecimento (CASTRO, 2003, p. 52). Se a ideia ventilada pelo título fosse levada a sério, os alunos não precisariam necessariamente entrar na linha e o limite entre excesso de peso que prejudica a saúde, e excesso de peso que é mal visto socialmente, teria sido no mínimo mencionado.

Retomando o debate sobre qual é o real objetivo da educação física, vimos muitas matérias colocarem como objetivo principal o desenvolvimento físico do corpo, como a reportagem publicada no número 132 da revista, já explorada na categoria anterior. A novidade é que aqui, podemos notar que tal direção conta com o aval dos PCN: “Segundo o professor de Educação Física Caio Martins Costa, um dos elaboradores dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a experiência se enquadra perfeitamente nos PCN” (NOVA ESCOLA, 2000, n. 132, p. 3). Já na reportagem “Parâmetros Curriculares Nacionais: fáceis de entender” são elencados e descritos os três eixos temáticos que devem orientar a educação física de acordo com os PCN. São eles: “Conhecimentos sobre o corpo”, “Esportes, jogos, lutas e variações de ginásticas” e “Atividades rítmicas e expressivas”. Saltou-nos aos olhos que na descrição do primeiro eixo, de especial interesse para nós, aparece uma menção ao determinante social do corpo, porém na descrição do que se estuda neste eixo somente surgem questões de anatomia, fisiologia, biomecânica e bioquímica:

Conhecimentos sobre o corpo: este bloco dá ao aluno informações sobre o próprio corpo, sua estrutura física e interação com o meio social em que vive. Estudam-se noções básicas da anatomia, da fisiologia, dos aspectos biomecânicos e bioquímicos do corpo humano [...] (NOVA ESCOLA, 1999, n. 126, p. 36).

Nos PCN (1997, p. 36-37) também percebemos este destaque aos conteúdos biológicos, que por estarem sob a rubrica “Conhecimentos sobre o corpo” significa dizer que conhecer o corpo é conhecer apenas quais reações químicas ocorrem nos fusos musculares quando em repouso ou quando em movimento; é conhecer como se dá a troca gasosa durante a respiração; é saber por que não se deve praticar atividade física intensa após as refeições, e por aí a fora.

3.3.3 – O CORPO COOPERATIVO

Destacamos aqui o elogio à cooperação, também bastante presente nas reportagens analisadas, acaba encobrindo a questão do indivíduo e consequentemente a questão corporal, já que o corpo humano é o limite físico do indivíduo. Talvez exagerando um pouco, o que se pode ler nas páginas da revista é que não se deve fazer mais nada para si próprio se isto não for ajudar um outro alguém. O seguinte trecho da reportagem “Muito mais que futebol” ilustra bem o que quero dizer: “E o melhor desempenho não foi atribuído ao rebatedor mais eficiente, mas a quem entendeu o que fazia em quadra e colocou o objetivo coletivo à frente do indi-

vidual” (NOVA ESCOLA, 2008, n. 211, p. 86). Esta imperiosidade do coletivo perante o individual já está posta no dia-a-dia, em termos muito diferentes é bem verdade, e o que se faz é renovar este imperativo já que não corresponde a uma vontade espontânea do indivíduo.

É plausível pensarmos que este discurso da solidariedade ganha força exatamente porque vivemos numa sociedade cada vez mais individualista, cada vez mais fria, ou seja, ganha força como uma espécie de ressentimento. Conforme esta incapacidade em ver o outro vai se aprofundando, o apelo ao espírito solidário vai sendo intensificado para aplacar a alma.

O elogio desmesurado ao cooperativismo ainda no início da infância – sem esquecer do atual contexto que descrevemos como avesso à experiência formativa –, antes que o indivíduo já tenha se percebido a si próprio para então notar que vive em meio a semelhantes, possivelmente prejudica a noção do corpo próprio e com isso a própria questão da liberdade e da formação cultural como caminho da emancipação. Entendemos que as fronteiras entre o eu e o outro, fundamental para que o mecanismo de projeção se desenvolva sadiamente, possam ficar prejudicadas gerando condições ainda mais propícias ao surgimento da falsa projeção tal qual exposta por Horkheimer e Adorno (2006, p. 151-153). Sem termos uma clara noção de quem somos nós mesmos, e objetivamente isso começa pelo reconhecimento de que somos um corpo, nos parece difícil aceitar que consigamos ver o outro como outro. Do jeito que está a cooperação parece muito mais satisfazer o ajudante que o ajudado. Daí que as atividades propostas aos alunos que representem algum resultado para consigo mesmo também sejam muito importantes, para que ele note sua existência carnal e que é somente por meio dela que ele pode realizar qualquer atividade.

Outra questão importante a ser levantada é que o elogio à cooperação vindo de fora do indivíduo, algo que, pela sua insistência e presença em quase todas as atividades, torna-se quase autoritário, não se converte necessariamente em aprendizagem real, em experiência formativa, como Adorno bem destaca ao tratar da questão do antissemitismo em seu texto “Educação após Auschwitz” (1995b, p. 124). Neste escrito Adorno acredita que forçar os alunos a assumirem compromissos de respeito com o próximo não nos leva muito longe já que esta imposição representa uma heteronomia que torna o indivíduo dependente da coerção externa, sem que isso represente uma vontade de fato sua. É provável que no momento em que não se sentir sob esta pressão o indivíduo deixará fluir sua real convicção, sua verdadeira vontade e no mesmo movimento poderá entender mais claramente quais as necessidades e anseios do outro. Isso fica muito claro quando o espírito cooperativo é evocado para garantir a inclusão dos portadores de necessidades especiais, para que eles possam também participar das aulas e fazer as mesmas atividades que os alunos em geral. “No treino de velocidade, por e-

xemplo, percorre de joelhos apenas um dos lados da quadra. ‘A cada aula ela melhora sua marca’ ” (NOVA ESCOLA, 2000, n. 134, p. 22). Desta forma nos parece que é dado pouco espaço para o aluno explorar seu próprio corpo e definir com maior autonomia o que quer fazer dele. O imperativo da vitória, camuflado sob este discurso cooperativista, não lhe deixa muitas escolhas a não ser normalizar seu corpo como Moulin (2008, p. 38) descreve os enfermos e mutilados que se empenham em mostrar que podem continuar alcançando os mesmos resultados que uma pessoa comum. Não parece ser este o melhor caminho para que esta população tenha uma visão integral de si mesma a ponto de entendermos que se lhes fosse dada a oportunidade de trocar de corpo, não titubeariam. Na matéria publicada no número 126 da revista vemos a preocupação em não tratar de forma tão igualitária estes alunos dizendo que se o professor não estiver capacitado para lidar com eles deve procurar um profissional que o auxilie (NOVA ESCOLA, 1999, n. 126, p. 37), mas o exemplo citado acima parece aceitar tal preocupação sem ter de alterar profundamente a concepção de corpo que guia a disciplina, até mesmo porque a preocupação atém-se unicamente aos perigos físicos a que os portadores de necessidades especiais estão submetidos.

Conforme indicamos no quadro três, ao menos sete matérias abordam a questão da cooperação e de uma maneira que de certa forma banaliza o conceito já que ele pode (e deve!) ser adaptado a qualquer atividade e a todo momento. A questão chega a tal ponto que o discurso se torna automático e parece desconectado da realidade como na reportagem “Educação física: cinco sugestões para a garotada aprender e se divertir”. O primeiro dos cinco exemplos apresentados pela matéria, logo de início, vai sendo justificado: “O pinobol [...] É um jogo que desenvolve a capacidade cardiorrespiratória e a cooperação” (NOVA ESCOLA, 2005, n. 181, p. 55). Porém, a descrição da atividade não mostra praticamente nenhuma cooperação já que ela é composta por duas equipes sendo que uma deve procurar impedir que a outra cumpra seu objetivo. Pode-se dizer que dentro de cada equipe o espírito cooperativo é alimentado, mas até aí quase todas as atividades nas aulas de educação física, desde as mais tradicionais, propiciam isso. Nisso parece se aproximar da abordagem ambivalente que Adorno (2008a, p. 115-116) destacara como uma maneira de tentar corrigir o forçoso discurso cooperativo que na realidade é massacrado pela lógica competitiva do capitalismo.

Já na reportagem “Atletismo em três modalidades” este imperativo parece chegar ao auge afirmando que aprender atletismo “Mostra que o trabalho individual pode estimular o trabalho em equipe” (NOVA ESCOLA, 2007, n. 202, p. 52).

A revista parece não se resolver muito bem entre o crescente discurso da cooperação e a tradicional defesa da competição, espírito do capitalismo de livre mercado. Na reportagem

“Novo status para a expressão corporal” o início da redação anuncia: “Não é preciso marcar gol ou ser o primeiro a cruzar a linha de chegada. Basta participar, interagir, ajudar, planejar e interferir para ser campeão” (NOVA ESCOLA, 2008, n. 215, p. 79, grifo nosso). A reportagem é aberta com este trecho e o imperativo de ser campeão, o primeiro, o melhor, estar acima dos outros, tenta ser abandonado sob o discurso da participação, porém este é rapidamente traído e já ao final deste trecho diz-se: “para ser campeão”. A falsidade é ainda mais cruel se pensarmos que no contexto atual não há espaço para que todos sejam campeões e que talvez esta postura sirva para alimentar o discurso que naturaliza a exploração de muitos como sustento do conforto de poucos. Em outras palavras o indivíduo vai se contentando desde cedo com aquilo que lhe cabe; ele já pode ser considerado um campeão somente por ter participado, ainda que secundariamente, da atividade. Garantir que todos participem de maneira prazerosa da atividade não pode servir de justificativa para se falsear a realidade que se encontra por trás do imperativo de ser campeão, como identificamos anteriormente (DIAS, 2009).

É bem verdade que a força do hábito pode ser usada como ponto de partida para determinado aprendizado e que a crescente popularização dos jogos cooperativos representem um tencionamento que conscientemente é exagerado na intenção de produzir algum efeito prático e rápido, mas se de fato a educação física se humanizasse naturalmente trabalharia com a ideia de cooperação – sem excluir a competição que não é em si ruim – sem precisar recorrer a uma norma impositiva externa.

3.3.4 – O CORPO GINÁSTICO

Algumas matérias tomaram como tema central a ginástica. Após o que consideramos acerca da história deste conteúdo da educação física, não se pode admitir que o tema seja tratado como algo puro, simplesmente bom. Agindo desta maneira corremos o risco de vermos perpetuadas algumas práticas arcaicas que resultam num conteúdo pedagógico nefasto. Podemos destacar, a título de ilustração, os alongamentos cada vez mais dolorosos a que muitos ginastas foram e são submetidos para que apresentem uma flexibilidade quase inumana. Quando isso ocorria no auge da ginástica no cenário europeu das grandes guerras, acreditava-se estar formando o grande homem da nação que para além de um corpo eficiente, deveria saber suportar a dor. Relembramos aqui o papel formativo da dor que Adorno (1995b, p. 128) rechaça veementemente, vendo nela muito mais uma manifestação de sadismo por parte do professor, que uma situação de aprendizagem para o aluno. A introdução do texto publicado no número 191 da revista parece ignorar esta questão interna à história da ginástica e da educação dos corpos:

Pezinhos descalços, a criança respira fundo, corre para tomar impulso e salta sobre o plinto – aparelho de ginástica conhecido como cavalo. No final da acrobacia, ergue os braços e estufa o peito, como os atletas famosos. É a ginástica artística, vinda diretamente da Olimpíada para as aulas de uma turma de 1ª série [...] (NOVA ESCOLA, 2006, n. 191, p. 42).

Com uma introdução dessas qualquer matéria se vê em difíceis condições de lidar com a velha questão de esporte na escola ou da escola. Há sem dúvida uma distinção interna à ginástica que em sua vertente esportiva se subdivide em olímpica e artística, sendo esta última mais próxima daquelas manifestações circenses que foram extirpadas do seio da ginástica no século XIX (SOARES, 1994), enquanto a primeira é herdeira mais direta da ginástica militar. De qualquer forma a matéria se exime da discussão do papel histórico que a ginástica desempenhou na domesticação totalitária dos corpos.

O mesmo discurso romântico aparece nas páginas do número 129 da revista ao se falar de Nadia Comaneci: “[...] a bela Nadia Comaneci, de 14 anos, roubou a cena. Com graça e leveza, a romena foi a primeira a conseguir sete notas 10, que lhe garantiram três medalhas de ouro na ginástica.” (NOVA ESCOLA, 2000, n.129, p. 17). Com a mesma graça e leveza muitos atletas da ginástica acabam abandonando a carreira devido a graves lesões, algo que parece ignorado pela matéria. Por se tratar de um retrospectiva histórica das olimpíadas, podemos aceitar que não havia espaço para esta questão, mas é também na história das olimpíadas que práticas abusivas são realizadas com estas atletas para que os melhores resultados fossem alcançados. Sempre houveram rumores de que a menarca das atletas era artificialmente atrasada para que seu corpo não se desenvolvesse e prejudicasse biomecanicamente os movimentos ginásticos, bem como já foi ventilado que as atletas eram engravidadas e em determinado ponto abortadas para que a produção hormonal decorrente da gestação fossem aproveitados no treinamento físico. Se não existem afirmações e comprovações claras sobre estas práticas, a simples possibilidade delas terem ocorrido deveria ser levantada como ilustração do maltrato físico que muitas vezes acontece no cotidiano dos treinamentos dos ginastas. A mesma irrelevância do tema está presente na reportagem “Como na olimpíada”. As justificativas de um ganho físico nas práticas de ginástica em ambiente escolar sustenta toda a matéria, mas para além disso vemos surgir um novo e importante elemento: “ ‘Trabalhamos também valores como determinação, dedicação e disciplina’ ” (NOVA ESCOLA, 2006, n.191, p. 42). O espírito protestante de “faça-se você mesmo” presente nos *body-builders* (COURTINE, 1995), pode de alguma maneira ser encontrado nesta matéria que no interior da história da ginástica

corresponde ainda ao corpo domesticado, racionalizado, estatizado. Percebendo a incoerência de tal proposta no quadro da renovação da educação física que a revista quase sempre destaca, alguns parágrafos a frente o texto recomenda que o professor não cobre dos alunos movimentos perfeitos. Ora, com esta contextualização e a trajetória da ginástica na história da humanidade, essa perfeição automaticamente será cobrada, o professor deveria se preocupar em agir contrariamente, em desmistificar o imperativo da perfeição que se apoia num corpo imposto. Ser dono de seu próprio corpo, dominá-lo milimetricamente, conhecê-lo profundamente não é em si ruim, mas a maneira como a ginástica promoveu este controle ao longo dos tempos implica uma reflexão política que tem de ser colocada. Cabe nesta reflexão a rememoração da lógica que chamamos de aritmética do sofrimento no primeiro capítulo de nosso trabalho. Sutilmente é aceita nesta prática a ideia de que o sofrimento de cada um por ter seu corpo levado aos seus limites físicos é compensado por uma melhora física, um desenvolvimento das capacidades físicas já que é somente com esforço e muito custo que se pode almejar algo melhor nesse nosso mundo.

A prevalência do aspecto físico no trato com a ginástica se evidencia ainda em outra matéria que leva o título de “O valor da boa ginástica”. Desde a epígrafe do texto já percebermos isso: “A modalidade [ginástica] andou sumida das aulas, mas nada como um circuito com abdominais e agachamentos para melhorar a coordenação e o condicionamento físico da garotada”; e nos meandros da matéria encontramos outros exemplos: “[...] outras maneiras igualmente importantes de exercitar o corpo” (NOVA ESCOLA, 2007, n. 208, p. 37, grifo nosso); “[...] centrado na ginástica para promover o condicionamento físico” (NOVA ESCOLA, 2007, n. 208, p. 37). Na descrição da aula, ao final da matéria, são descritas as estações pelas quais os alunos devem passar e quais capacidades físicas estão trabalhando em cada uma delas: flexão, força, equilíbrio, velocidade, condicionamento, alongamento, resistência, impulsão e coordenação.

3.3.5 – O CORPO OLÍMPICO

No período em que estudamos a revista ocorreram três edições dos Jogos Olímpicos – em Sidney na Austrália (2000), em Atenas na Grécia (2004) e em Pequim na China (2008) – e nenhuma destas edições deixou de receber matérias especiais. Na verdade foram quatro matérias, duas publicadas em 2000, uma em 2004 e uma em 2008, sendo que no restante do material que analisamos ainda encontramos menções às olimpíadas em alguns textos.

Deste conjunto de matérias destacamos a que foi publicada no número 129 da revista e a que foi publicada no número 174. Ambas fazem um bom resumo da história dos Jogos Olímpicos.

picos, embora algumas particularidades em cada uma delas devam ser consideradas. No texto intitulado “Ideais esportivos ou disputa política?” (NOVA ESCOLA, 2000, n. 129) é dito algo sobre os usos políticos que foram feitos do corpo, como no caso dos jogos de 1968 onde atletas negros dos EUA imitavam os gestos do grupo denominado Panteras Negras que lutavam contra o racismo naquele mesmo país ou Jesse Owens desbaratando a teoria hitlerista de uma raça pura em 1936 na cidade de Berlim, porém, passa impune a questão do padrão corporal que hoje impera. Se Hitler buscou uma limpeza étnica, nós hoje fazemos algo parecido, na calada da noite, por debaixo do pano e sem a necessidade dos órgãos oficiais. A especialização extrema dos atletas num só esporte e o tratamento que recebem com vistas a sempre superar os limites biológicos postos, geraram formas corporais que são sinônimos de vitória e inclusive por isso adotadas como ideais por boa parte da população impelida cada vez mais a se mostrar vencedora. A falta de uma pequena menção que fosse a esta questão deixa no ar a ideia de que a preocupação de Adorno (1995b) sobre a reedição de Auschwitz se manter latente sob a aparência de calma é deveras verdadeira.

Num outro trecho da matéria, mais uma importante possibilidade de se tematizar a questão corporal que começava a ser desenhada é desperdiçada. Neste trecho o comentário era sobre a realização das segunda e terceira edições dos Jogos Olímpicos ocorrerem concomitantemente com a Feira Mundial onde foram apresentados os fascinantes motores que alavancariam os transportes a partir de então. Segue em frente o texto dizendo que tais edições dos Jogos ficaram em segundo plano por conta deste evento paralelo e é aí que a revista poderia ter explorado melhor a questão. O fascínio destes motores chegou a tal ponto que o homem passou a utilizá-lo como modelo para si próprio. O corpo, a partir do advento do motor de combustão, deveria ser enxergado como uma máquina, um motor mecânico (VIGARELLO; HOLT, 2008, p. 409) a ser desenvolvido de modo a melhor aproveitar seu combustível. Como apontamos no item 1.1, esta concepção orientou em fins do século XIX uma pragmatização da visada sobre o corpo humano que contribui para sua coisificação como tratamos ao longo do texto. Nada é dito a este respeito.

Na outra matéria que destacamos, “Em busca do corpo perfeito” (NOVA ESCOLA, 2004, n. 174) destaca-se o trecho sobre o Renascimento onde as artes, em específico, são apontadas como responsáveis por resgatar o corpo humano subjugado durante a Idade Média. O trecho estaria ainda melhor, em relação ao que estamos estudando, se tivesse apontado como mulheres que hoje seriam consideradas obesas eram naquele tempo modelos de beleza. Ainda outro ponto poderia se apresentar de maneira mais crítica. É o caso da foto que ilustra esta redescoberta do corpo que retrata uma ginasta que, se por um lado cumpre bem o papel

de destacar o resgate e a exibição do corpo, por outro, carrega toda aquela discussão que tivemos acerca de sua história.

Nesta mesma matéria são apresentadas também boas sínteses sobre o esporte e o corpo na Grécia Antiga e no Império Romano. No entanto, há um “deslize” importante a ser considerado: “Na Grécia Antiga, os homens – só eles tinham esse direito – malhavam por um físico ideal de inspiração divina” (NOVA ESCOLA, 2004, n. 174, p. 42). Entendemos que foi usada uma linguagem inapropriada para a recuperação histórica que se estava fazendo. Utilizar a palavra “malhar” para aquele contexto nos parece indicar que assim como hoje, esta palavra tão corriqueira quando se trata de musculação e ginástica de academia, os gregos queriam corpos “sarados”, para continuarmos descontextualizando. Fazer esta transposição direta de termos significa ignorar o projeto de homem omnilateral que guiou a Grécia Antiga e tornar, distorcidamente, as atividades físicas lá desenvolvidas em utilitarismos que viam o corpo como objeto a ser moldado e não como indivíduo em si que buscava sua evolução integral. Ora, esta é nossa atual concepção que pelo uso do termo acaba sendo projetada no passado encobrindo o real conhecimento do arquétipo corporal naquela que é considerada a sociedade mãe do mundo ocidental. O mesmo erro parece se repetir quando é dito que ao longo da revolução industrial houve uma crescente exigência de que a prática de exercícios físicos fosse expandida até o operariado para manter a saúde destes, cada vez mais submetidos a trabalhos repetitivos e especializados (NOVA ESCOLA, 2004, n. 174, p. 45). Na verdade o que ocorre é o crescimento do higienismo como forma de melhorar os índices de saúde da grande população e não o crescimento das atividades físicas regenerativas que, ao contrário, eram vistas como gasto energético desnecessário que comprometeria o rendimento do corpo no trabalho.

A especialização esportiva precoce, um tema importante quando pensamos em atividades formativas que digam respeito diretamente à questão corporal, é tratada na matéria “Craques na raquete” (NOVA ESCOLA, 2008, n. 210) com naturalidade. Nesta reportagem, após um texto introdutório sobre a China, país que sediou os Jogos Olímpicos em 2008, são apresentadas diversas sugestões de aulas para todas as disciplinas escolares. Na que se dedica à educação física orienta-se a atividade do tênis de mesa e o tema da especialização recebe um sutil, mas importante elogio na reportagem: “Os chineses se esmeram nos treinos, geralmente iniciados aos 6 ou 7 anos de idade, Três ou quatro anos depois, já é possível encontrá-los em campeonatos mundiais” (NOVA ESCOLA, 2008, n. 210, p. 80). Assim como quando se falou de Nadia Comaneci (NOVA ESCOLA, 2000, n. 129), o fato de crianças tão jovens reduzirem boa parte de suas experiências corporais a uma única prática exaustiva é tratado com naturalidade e é até alvo de elogios, como se elogia quem se dedica integralmente ao trabalho. Deixa

de ser dito, no entanto, que se tratam de púberes, muitas vezes de crianças mesmo que estão num momento de aprendizagem muito importante, que necessitam explorar outras possibilidades, o patrimônio cultural da humanidade. Sem dúvida que estas crianças ocupam outros espaços e acessam outras manifestações corporais, mas desde cedo impelidas ao treinamento esportivo, vão para estes outros locais já “engessadas”, carregando camufladamente todo um ideário que pré-modela as novas experiências.

De maneira geral nesta temática das olimpíadas a revista perde boa oportunidade de debater o tema da padronização corporal. Sem dúvida que este não poderia ser o foco de tais matérias, mas em se tratando de um evento que divulga tantas imagens de pessoas famosas, tantos momentos que ficaram marcados na história, uma menção mais direta ao tema do presente estudado poderia ter sido feita. Ignorar isso é aceitar que os ídolos do esporte, a todo momento propagandeados, permaneçam no altar que a *mass media* reservou a eles e com isso passam incólumes os corpos que ostentam e que inspiram grande parcela da população como um ideal de beleza e saúde. Passa a ser visto como normal, e mais, como uma regra, que corpos tão festejados devam ser os modelos que guiam nossos anseios.

3.3.6 – O CORPO NA MÍDIA

Não nos parece muito produtivo abrimos na análise do material uma categoria em que consta apenas um registro, por mais que Bardin (2004) aceite esta possibilidade. No entanto, abrimos esta exceção por se trata de uma matéria que aborda diretamente a temática de que tratamos.

Solitária manifestação expressa da revista em relação ao tema que estudamos, a reportagem “Todo mundo é bonito” pode ser dividida em duas partes. Na primeira, os jornalistas da revista têm uma liberdade de escrita maior para introduzirem e apresentarem o tema da matéria aos leitores. Na segunda parte esta liberdade é diminuída por se tratar da descrição do projeto desenvolvido por uma professora de Sergipe, ou seja, eles não poderiam escrever livremente sobre o que pensavam sob pena de desvirtuarem o que se deu na prática, muito embora este impeditivo nunca tenha sido absoluto na história do jornalismo. Pois bem, no primeiro trecho a revista deixa clara sua orientação por entender que os frutos do projeto desenvolvido pela professora são: “[...] conhecimentos fundamentais sobre boa alimentação, riscos no uso de anabolizantes e doenças relacionadas à busca exacerbada do corpo perfeito. Em quadra, as aulas também mudaram. Antes dos jogos, atividades de alongamento e de aquecimento viraram rotina” (NOVA ESCOLA, 2004, n. 174, p. 50). No trecho que destacamos fica clara a preocupação com o tema da saúde reduzida às implicações diretamente físicas que a busca por

um ideal de beleza exacerbado pode acarretar. Não é gasta uma linha sequer para tratar do corpo como sede do indivíduo integral, o corpo que também pensa. Mesmo nos trechos onde se pode vislumbrar algo próximo disso, qual sejam: “Para a professora, o ensino dessa disciplina hoje valoriza mais as questões da saúde e do bem-estar dos alunos”; e “ ‘Quis [a professora] mostrar a eles que o ideal de beleza nada mais é que uma imposição da mídia e que, para alcançar esse padrão, as pessoas acabam maltratando o próprio corpo’, conta.” (NOVA ESCOLA, 2004, p. 50, grifo nosso); não fica muito claro se a expressão “da saúde e do bem-estar” é utilizada numa abordagem mais ampla, além do equilíbrio biológico do corpo e também surge um problema com a utilização da expressão “maltratar o próprio corpo” que não teria sido utilizada se uma visão mais integral sobre o corpo estivesse solidamente instalada. Se estivesse clara tal visão mais abrangente, a expressão utilizada provavelmente se aproximasse de “maltratar a si próprio”. Dando valor a estes aspectos a matéria está seguindo a trilha daquela antecipação do esquematismo do indivíduo conforme mencionamos no segundo capítulo.

Já quando tem de descrever o que se passou nas aulas da professora Josefa I. D. Santana, vemos surgir uma abordagem mais ampla da ideia de corpo humano bem como uma crítica mais fundamentada à sua exposição nas grandes mídias, já que a professora se mostrou preocupada em abordar as contradições entre um corpo imaginário e um corpo real, além de abordar como as diferenças de classe social se expressam por meio dele.

CAPÍTULO 4: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais que uma ferramenta para analisar os meios de comunicação em massa dos tempos hodiernos, esperamos ter mostrado que os teóricos frankfurtianos nos ajudam a entender como o corpo hoje se tornou objeto. Na retomada histórica que fizemos ao longo do primeiro capítulo deste trabalho buscamos elementos que confirmassem o processo histórico de coisificação do corpo vasculhando na amplitude de temáticas que abordamos (esportes, treinamento, artes plásticas, medicina, cinema, e outros) um fio condutor fornecido por estes frankfurtianos. Poderíamos ter nos centrado nos discursos sobre o corpo que a arte ou a medicina faz, mas optamos por tentar traçar uma visão mais geral, prejudicada sem dúvida na sua profundidade, exatamente para tentar apreender o corpo de maneira mais próxima do real já que ele é o entrecruzamento de todos estes olhares que se lançam sobre ele. A ideia de coisificação e da consequente perda de uma individualidade – entendida quase como sinônimo de autonomia para os frankfurtianos – nos foi o caminho mais coerente para viabilizar esta pesquisa.

Aproveitamos para destacar que neste aspecto, principalmente Adorno, Horkheimer e Benjamin devem muito ao aparato teórico elaborado por Karl Marx, colocando assim em xeque as críticas mais imediatistas que buscam rotular os frankfurtianos de pós-modernos no sentido mais pejorativo que se possa imaginar para tal rótulo. Nos parece que a Teoria Crítica ousou enriquecer tal teoria repensando-a e questionando-a, inevitavelmente reformulando-a nalguns aspectos, mas sem dúvida mantendo o cerne do materialismo-histórico intacto.

Quanto às análises apresentadas, nos foi possível perceber por meio das categorias elaboradas as tendências da revista em (1) priorizar uma abordagem prática das temáticas que expõe, excluindo quase sempre o debate histórico e filosófico como se as atividades do dia-a-dia escolar não estivessem prenhes de história e filosofia promovendo diretamente a naturalização de fatos sociais; e em (2) promover uma perigosa aproximação entre a educação física escolar e as academias de ginásticas e os treinamentos esportivos, já que continua a valorizar uma concepção restrita de corpo, exageradamente biológica funcionando como um mecanismo de manutenção do afastamento entre o sujeito e seu corpo, ou seja, o sujeito e ele mesmo. Não aprofundar o debate nesta segunda tendência apresentada, pode ser um indicativo das raízes econômico-políticas deste produto da indústria cultural, tal como pudemos ver com Horkheimer e Adorno (2006, p. 101) e também com Ortiz (1989) – este tratando especificamente do cenário nacional. Desta forma perpetua-se uma das maneiras mais eficazes de se desmobilizar o processo de emancipação que a educação formal deveria tanto prezar. A revista que analisamos seria um bom espaço para o desenvolvimento de um discurso que tencionasse o debate para o lado oposto, recolocando em pauta o corpo que vai além das efêmeras

vivências com as quais se tem contentado atualmente, buscando realizar verdadeiras experiências formativas.

É importante deixar claro que contra o corpo *high-tech* que parece vangloriar o progresso como sumo bem, nunca propomos um retorno idílico ao corpo passado já que isso seria realizar o mesmo jogo antidualético a que nos opomos, como é feito na reportagem “Do tempo da carochinha” (NOVA ESCOLA, 2000, n. 132) que elogia as brincadeiras antigas como se elas fossem puras, se não revelassem os arcaísmos de sociedades antigas que em alguns pontos superamos. Ainda que na prática perpetuem-se históricos preconceitos contra os negros e as mulheres, formalmente eles têm o direito de jogar futebol, por exemplo, algo impensável quando do surgimento deste esporte em terras brasileiras. No entanto, resgatar a história é também entender os pontos em que poderíamos ter nos orientado para a construção de um processo formativo com maiores possibilidades emancipatórias do que o que temos atualmente, até para que possamos nos dias de hoje retomarmos estes pontos e conseguirmos enxergar os novos que surgirão.

Não queremos cobrar da revista que ela trate dos assuntos que compõem sua pauta com a mesma profundidade e rigor que se espera de uma revista científica, credenciada pelos pareceres calcados no rigor acadêmico de produção do conhecimento. Não é a isto que se propõe a revista, mas na sua postura de tradução do conhecimento científico educacional para aulas práticas falta cuidado em lidar com este delicado trânsito de mão dupla entre teoria e prática. Notamos em alguns pontos que as reportagens e matérias publicadas dão algum indicativo de uma concepção educacional crítica não só no discurso, mas também no conteúdo, porém, tais pontos parecem se apresentar apenas superficialmente críticos. A individualidade que é defendida nos discursos de respeito às diferenças parece mera retórica porque não toca nos fatores que alicerçam os preconceitos para com o diferente, caindo nas mesmas bases do sentimentalismo barato tão criticado por Adorno (1995b).

Ao dar espaço a este tipo de discussão, a revista, em última instância, promove muito mais um atraso que um avanço porque aparentando resolver o problema acaba adiando medidas mais efetivas dentro da escola, ainda que se tenha de manter à vista os limites desta na transformação da sociedade. Em suma, na disputa entre o discurso expresso de uma criticidade maior da Educação Física, do abandono de sua míope visão biológica e o discurso latente que acompanha um contexto histórico propício a tal visão, o que não é dito parece sair ganhando. E mesmo o que é dito contribui negativamente, como no caso da banalização da cooperação ou na ideia de que durante a revolução industrial a atividade física ganhou espaço

entre os operários. Ao colocar tais questões temos a impressão de que estes pontos estão resolvidos quando na verdade são distorcidos e empurrados para debaixo do tapete.

Isso tudo não pode passar a olhos nus em se tratando do investimento de dinheiro público no financiamento da revista. Com o crescente número de trabalhos sobre esta publicação, espera-se que a relação entre ela e o governo federal seja repensado e que tais trabalhos tragam, no mínimo, uma maior quantidade e qualidade para os fatores que determinarão este repensar. É óbvio que esta esperança depende diretamente da difícil missão de se ampliar a divulgação científica dentro da comunidade em geral para que ela deixe de ser restrita a comunidade acadêmica.

Por fim, com este estudo não queremos clarear se a revista se coloca, perante a temática estudada, do lado do bem ou do lado do mal, do lado certo ou do lado errado, até mesmo porque nos causa calafrios a mentalidade que se ocupa em delimitar tais dicotomias. É necessário considerar que tal publicação reflete o momento que vivemos e que ela é resultado, dentre outras coisas, do histórico que buscamos traçar sobre a imagem social historicamente construída acerca do corpo humano. Portanto, colocá-la claramente num oposto ou noutro jamais foi nossa intenção e isso nos “cheira” muito mais a alucinantes teorias da conspiração que estudos cientificamente comprometidos. Queremos contribuir, a partir do que evidenciamos neste trabalho, com mais parâmetros de avaliação desta publicação e do papel que ela ocupa e almeja ocupar no já conturbado quadro de formação continuada dos professores brasileiros, especialmente aqueles ligados à Educação Física.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. A indústria cultural. Trad. Amélia Cohn. In: COHN, Gabriel. (Org.) **Comunicação e indústria cultural**. 4. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978. p. 92-99.

_____. O fetichismo na música e a regressão da audição. In: CIVITA, Victor. (Org.) **Os pensadores: textos escolhidos**. Tradução de Luiz J. Baraúna. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural. 1983. p. 165-192. v. 48.

_____. Teoria da semicultura. In: RAMOS-DE-OLIVEIRA, Newton. (Org.) **Quatro textos clássicos**. Tradução de Newton Ramos-de-Oliveira. Araraquara/São Carlos: UNESP/UFSCar, 1992. p. 31-56. Publicação interna.

_____. Não bater à porta. In: _____. **Minima moralia: reflexões a partir da vida danificada**. 2 ed. Tradução de Luiz E. Bicca. São Paulo: Ática, 1993. p. 33.

_____. Capitalismo tardio ou sociedade industrial? In: COHN, Gabriel. (org.). **Sociologia**. 2 ed. Tradução de Flávio R. Khote; Aldo Onesti; Amélia Cohn. São Paulo: Ática, 1994. p. 62-75.

_____. Experiências científicas nos Estados Unidos. In: _____. **Palavras e sinais: modelos críticos 2**. Tradução de Maria H. Ruschel. Petrópolis: Vozes, 1995a. p. 137-178.

_____. Educação após Auschwitz. In: _____. **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang L. Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995b. p. 119-138.

_____. Educação: para quê? In: _____. **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang L. Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995c. p. 139-154

_____. **Epistemología y ciencias sociales**. Trad. Vicente Gómez. Madri: Cátedra, 2001. 128 p.

_____. Tempo livre. In: ALMEIDA, Jorge M. B. de. (org.). **Indústria cultural e sociedade**. Tradução de Maria H. Ruschel. São Paulo: Paz e terra, 2002. p. 103-117.

_____. **As estrelas descem à Terra:** a coluna de astrologia do *Los Angeles Times*: um estudo sobre superstição secundária. Tradução de Pedro R. de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2008a.

_____. **Introdução à sociologia.** Tradução de Wolfgang L. Maar. São Paulo: Editora Unesp, 2008b.

ALBINO, Beatriz S.; VAZ, Alexandre F. “Mulher como dever ser”: um estudo sobre a educação do corpo feminino no jornal dia e noite. **Temas & matizes**, Cascavel: EDUNIOESTE, v. 4, n. 07. 2005. p. 63-74.

ALMEIDA, Claudia R.; ALMEIDA, Erica C. Corpos suspensos e emoldurados : a subserviência escancarada. **Temas & matizes**, Cascavel: EDUNIOESTE, v. 4, n. 07. 2005. p. 17-24.

ALVAREZ, Rodrigo. **Orgulho gordo faz sucesso nos EUA e se espalha pelo mundo.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornalhoje/0,,MUL1251442-16022,00-ORGULHO+GORDO+FAZ+SUCESO+NOS+EUA+E+SE+ESPALHA+PELO+MUNDO.html>>. Acesso em: 03 set. 2009.

AISENSTEIN, Angela. La matriz disciplinar de la educación física: su relación con la escuela y la cultura en un contexto nacional (Argentina 1880-1960). In: SOARES, Carmen. (org.). **Pesquisas sobre o corpo:** ciências humanas e educação. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Fapesp, 2007. p. 23-47.

AUDOIN-ROUZEAU, Stéphane. Massacres: o corpo e a guerra. In: COURTINE, Jean-Jacques. (org.). **História do corpo:** as mutações do olhar: o século XX. Tradução de Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 365-416.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Tradução de Luís A. Reto e Augusto Pinheiro. 3 ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BECKER, Annette. Extermínio: o corpo e os campos de concentração. In: COURTINE, Jean-Jacques. (org.). **História do corpo**: as mutações do olhar: o século XX. Tradução de Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 417-441.

BENJAMIN, Walter. A Paris do segundo império. In: _____. **Obras escolhidas III**: Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. Tradução de José C. M. Barbosa. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 9-101.

BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. In: **Caderno CEDES**, ano XIX, nº 48. Campinas: Papirus, ago/1999. p. 69-88

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros curriculares nacionais**: educação física / Secretaria de educação fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. 96 p.

CASTRO, Ana L. **Culto ao corpo e sociedade**: mídia, estilos de vida e cultura de consumo. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2003. 136 p.

CEROZI, Melissa. **Silicone, a ‘nova forma’ do corpo**. Disponível em: <<http://www.diarioweb.com.br/vida/materia.asp?codigo=103&nredc=12>>. Acesso em: 21 mai. 2008.

CHAVES JUNIOR, Sergio R. In: TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus A. (org.). **Educação do corpo na escola brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 135-160.

COHN, Gabriel. Esclarecimento e ofuscação: Adorno & Horkheimer hoje. **Lua nova**, n. 43. 1998. p. 5-24.

CORBIN, Alain. A influência da religião. In: _____. (org.). **História do corpo**: da revolução à grande guerra. Tradução de João B. Kreuck e Jaime Clasen. Petrópolis: Vozes, 2008a. p. 57-99.

_____. Dores, sofrimentos e misérias do corpo. In: _____. (org.). **História do corpo**: da revolução à grande guerra. Tradução de João B. Kreuck e Jaime Clasen. Petrópolis: Vozes, 2008b. p. 267-343.

_____. Introdução. In: _____. (org.). **História do corpo**: da revolução à grande guerra. Tradução de João B. Kreuck e Jaime Clasen. Petrópolis: Vozes, 2008c. p. 7-10.

_____. O encontro dos corpos. In: _____. (org.). **História do corpo**: da revolução à grande guerra. Tradução de João B. Kreuck e Jaime Clasen. Petrópolis: Vozes, 2008d. p. 181-266.

_____. Bastidores. In: PERROT, Michelle. (org.). **História da vida privada**: da revolução francesa à primeira guerra. São Paulo: Companhia das letras, 2009. p. 387-568.

COURTINE, Jean-Jacques. Introdução. In: _____. (org.). **História do corpo**: as mutações do olhar: o século XX. Tradução de Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 7-12.

_____. Os stakhanovistas do narcisismo: body-building e puritanismo ostentatório na cultura americana do corpo. In: SANT'ANNA, Denise B. (org.). **Políticas do corpo**: elementos para uma história das práticas corporais. Tradução de Mariluce Moura. São Paulo: Estação liberdade, 1995. p. 81-114.

COURTINE, Jean Jacques; VIGARELLO, Georges. Identificar: traços, indícios, suspeitas. In: COURTINE, Jean-Jacques. (org.). **História do corpo**: as mutações do olhar: o século XX. Tradução de Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 341-361.

CROCHÍK, José L. Notas sobre a dicotomia corpo-psique. **Interações**, São Paulo: Unimarco, v. X, n. 19, jan/jun. 2005. p. 103-122.

DE BAECQUE, Antoine. Telas: o corpo no cinema. In: COURTINE, Jean-Jacques. (org.). **História do corpo**: as mutações do olhar: o século XX. Tradução de Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 481-507.

DIAS, Frederico V. “Joga Bonito”: um estudo de caso aproximando a Educação Física e a indústria cultural. **Esporte e sociedade**, n. 9, jul/out. 2008. Disponível em: <<http://www.uff.br/esportesociedade/pdf/es906.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2009

DUARTE, Rodrigo. **Teoria crítica da indústria cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. 218 p.

_____. Apresentação à edição brasileira. In: ADORNO, Theodor W. **As estrelas descem à Terra**: a coluna de astrologia do Los Angeles Times: um estudo sobre superstição secundária. Tradução de Pedro R. de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/01inst/feb/indice.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2009

FARIA, Gina G. G. de. **A revista Nova Escola**: um projeto político-pedagógico em andamento (1986-2000). Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/25/ginaglaydesfariat05.rtf>. Acesso em: 01 out. 2008.

FAURE, Olivier. O olhar dos médicos. In: CORBIN, Alain. (org.). **História do corpo**: da revolução à grande guerra. Tradução de João B. Kreuck e Jaime Clasen. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 13-55.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: _____. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 21 ed. São Paulo: Editora paz e terra, 2005. p. 79-98.

FRANCO, Maria L. P. B. **Análise do conteúdo**. 2 ed. Brasília: Liber livro, 2007. 80 p.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: SALOMÃO, Jayme (Org.) **Os pensadores**. Tradução de José O, de Aguiar Abreu. 3 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. v. 39. p. 129-195

Fundação Victor Civita: educação de qualidade. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/fvc/pdf/nossa_historia.pdf>. Acesso em: 01 out. 2008.

GLEYSE, Jacques. A carne e o verbo. In: SOARES, Carmen. (org.). **Pesquisas sobre o corpo**: ciências humanas e educação. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Fapesp, 2007a. p. 1-21.

_____. O diálogo das ciências humanas e das ciências da vida na educação física na França: análise e perspectivas. In: SOARES, Carmen. (org.). **Pesquisas sobre o corpo**: ciências humanas e educação. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Fapesp, 2007b. p. 139-157.

HANSEN, Roger. Notas sobre a posição do corpo no II excuro da Dialética do Esclarecimento, de Adorno e Horkheimer. **Temas & matizes**, Cascavel: EDUNIOESTE, v. 4, n. 07. 2005. p. 9-16.

HANSEN, Roger; VAZ, Alexandre F. Treino, culto e embelezamento do corpo: um estudo em academias de ginástica e musculação. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 26, n. 1, set. 2004. p. 135-152,

HASSE, Manuela. O processo de apreensão e re-criação do mundo. **Pro-posições**, v. 14, n. 2 (41), mai/ago. 2003. p. 53-60.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios**: 1875-1914. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992. 546 p.

_____. **A era das revoluções**: 1789-1848. Tradução de Maria T. L. Teixeira. 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. v. 13. 366 p.

_____. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita. 2 ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995. 598 p.

_____. **A era do capital**: 1848-1875. Tradução de Luciano C. Neto. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. 459 p.

HORKHEIMER, Max. **Autoridade e família**: parte geral. Tradução de Manuela R. Sanches. Lisboa: Apaginastantas, 1983. 143 p.

_____. **Eclipse da razão**. Tradução de Sebastião U. Leite. 7. ed. São Paulo: Centauro, 2007. 192 p.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. 254 p.

KECK, Frédéric; RABINOW, Paul. Invenção e representação do corpo genético. In: COURTINE, Jean-Jacques. (org.). **História do corpo**: as mutações do olhar: o século XX. Tradução de Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 83-105.

LE MEN, Ségolène. As imagens sociais do corpo. In: CORBIN, Alain. (org.). **História do corpo**: da revolução à grande guerra. Tradução de João B. Kreuck e Jaime Clasen. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 141-177.

MARINHO, Inezil P. **História da Educação Física no Brasil**. São Paulo: Brasil Editora, s.d.

MARQUES, Jairo. **Brasil realizou mais de meio milhão de plásticas em 2003**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u102013.shtml>>. Acesso em: 18 mai. 2008.

MOULIN, Anne M. O corpo diante da medicina. In: COURTINE, Jean-Jacques. (org.). **História do corpo**: as mutações do olhar: o século XX. Tradução de Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 15-82.

NOVA ESCOLA. São Paulo: Fundação Victor Civita, 1999-2008.

OLIVEIRA, Alexsandro A.; GOMES, Ivan M. As estratégias modernas e o corpo consumidor: do produtor disciplinado ao colecionador de sensações. **Temas & matizes**, Cascavel: EDUNIOESTE, v. 4, n. 07. 2005. p. 41-50.

ORTIZ, Renato. O mercado de bens simbólicos. In: _____. **A moderna tradição brasileira**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 113-148.

ORY, Pascal. O corpo ordinário. In: COURTINE, Jean-Jacques. (org.). **História do corpo**: as mutações do olhar: o século XX. Tradução de Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 155-195.

PEDRAZA GÓMEZ, Zandra. Las huellas de la vida. Intervenciones estéticas y modelado del yo. **Pro-posições**, v. 14, n. 2 (41), mai/ago. 2003. p. 91-102.

PEDROSO, Leda A. **A revista Nova Escola: política educacional na “Nova República”**. 1999. 277 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1999.

PERROT, Michelle. Introdução. In: _____. (org.). **História da vida privada: da revolução francesa à primeira guerra**. São Paulo: Companhia das letras, 2009. p. 7-12.

POE, Edgar Allan. O homem das multidões. In: MENDES, Oscar. (org.). **Ficção completa, poesia & ensaios**. Tradução de Oscar Mendes. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001. p. 392-400.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Tradução de Suzana M. de A. Carvalho e Jose L. de Melo. Rio de Janeiro: Graphia, 1999. 190 p.

PUCCI, Bruno; RAMOS-DE-OLIVEIRA, Newton; ZUIN, Antonio Á. S. **Adorno: o poder educativo do pensamento crítico**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 191 p.

RAMOS, Márcia E. T. **O ensino de história na revista Nova Escola (1986-2002): cultura midiática, currículo e ação docente**. 2009. 272 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

Revista Nova Escola ultrapassa um milhão de exemplares. Disponível em: <<http://pingado.terra.com.br/noticias/noticiaImprime.asp?idNoticia=19970>>. Acesso em: 21 ago. 2009.

RIPA, Roselaine . Percepções de professores sobre a revista Nova Escola. In: **XIV Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino**, 2008, Porto Alegre. Trajetórias e Processos de Ensinar e Aprender: lugares, memórias e culturas. Porto Alegre : EdUPUCRS, 2008. v. 1. p. 1-7.

ROCHA, Bárbara T. **Cartas em revista**: estratégias editoriais de difusão e legitimação da *Nova Escola*. 2004. 172 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2004.

SANT'ANNA, Denise B. Uma história do corpo. In: SOARES, Carmen. (org.). **Pesquisas sobre o corpo**: ciências humanas e educação. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Fapesp, 2007. p. 67-80.

SCHNEIDER, Omar; FERREIRA NETO, Amarílio. Saúde e escolarização: representações, intelectuais, educação e educação física. In: TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus A. (org.). **Educação do corpo na escola brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 111-133.

SEVERINO, Antônio J. Metodologia do trabalho científico. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002. 334 p.

SIBILA, Paula. A arma de guerra chamada Barbie. **Trópico**: idéias de norte e sul. Disponível em: <<http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/2891,1.shl>>. Acesso em: 20 mai. 2009.

SILVEIRA, Fernanda R. **Um estudo das capas da revista Nova Escola**: 1986-2004. 2006. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

SOARES, Carmen L. **Educação Física**: raízes européias e Brasil. Campinas: Autores Associados, 1994. 167 p.

_____. Notas sobre a educação no corpo. **Educar em revista**, Curitiba: Editora da UFPR, n. 16. 2000. p. 43-60.

_____. Apresentação. **Pro-posições**, v. 14, n. 2 (41), mai/ago. 2003. p. 15-19.

SOARES, Carmen L; FRAGA, Alex B. Pedagogia dos corpos retos: das morfologias disformes às carnes humanas alinhadas. **Pro-posições**, v. 14, n. 2 (41), mai/ago. 2003. p. 77-90.

SOARES, Carmen L. TERRA, Vinicius. Lições da anatomia: geografias do olhar. In: SOARES, Carmen L. (org.). **Pesquisas sobre o corpo**: ciências humanas e educação. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Fapesp, 2007. p. 101-116.

SOHN, Anne-Marie. O corpo sexuado. In: COURTINE, Jean-Jacques. (org.). **História do corpo**: as mutações do olhar: o século XX. Tradução de Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 109-154.

STIKER, Henri-Jacques. Nova percepção do corpo enfermo. In: CORBIN, Alain. (org.). **História do corpo**: da revolução à grande guerra. Tradução de João B. Kreuck e Jaime Clasen. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 347-374.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus A. A título de apresentação – educação do corpo na escola brasileira: teoria e história. In: _____. (org.). **Educação do corpo na escola brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 1-34.

_____. Renovação historiográfica na Educação Física brasileira. In: SOARES, Carmen. (org.). **Pesquisas sobre o corpo**: ciências humanas e educação. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Fapesp, 2007. p. 117-138.

VAZ, Alexandre F. Corpo, educação e indústria cultural na sociedade contemporânea: notas para reflexão. **Pro-posições**, v. 14, n. 2 (41), p. 61-75, mai/ago. 2003.

_____. Marcas do corpo escolarizado, inventário do acúmulo de ruínas: sobre a articulação entre memória e filosofia da história em Walter Benjamin e Theodor W. Adorno. In: TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus A. (org.). **Educação do corpo na escola brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 35-56.

VIGARELLO, Georges. Treinar. In: COURTINE, Jean-Jacques. (org.). **História do corpo**: as mutações do olhar: o século XX. Tradução de Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 197-250.

VIGARELLO, Georges; HOLT, Richard. O corpo trabalhado – ginastas e esportistas no século XIX. In: CORBIN, Alain. (org.). **História do corpo**: da revolução à grande guerra. Tradução de João B. Kreuck e Jaime Clasen. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 393-478.

WITOSLAWSKI, Henrique. Representação da brasilidade: o corpo como símbolo para o modernismo e para o varguismo (1920 – 1945). **Temas & matizes**, Cascavel: EDUNIOESTE, v. 4, n. 07. 2005. p. 75-82.

ZERNER, Henri. O olhar dos artistas. In: CORBIN, Alain. (org.). **História do corpo**: da revolução à grande guerra. Tradução de João B. Kreuck e Jaime Clasen. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 101-139.

ZOLA, Émile E. C. A. **Germinal**. Tradução de Francisco Bittencourt. São Paulo: Círculo do Livro, 1976. 478 p.

ZUIN, Antônio Á. S. O corpo como publicidade ambulante. **Perspectiva**, v. 21, n. 01. Florianópolis: Centro de Ciências da Educação da UFSC, jan/jun. 2003. p. 39-53.

APÊNDICES

QUADRO 1: Descrição das sessões que compõem a revista e suas mudanças ao longo do período analisado de acordo com o índice dos exemplares.

Nomes das seções e colunas	Ano	Descrição
Carta ao leitor	1999	Mensagem do(a) diretor(a) de redação sobre algum aspecto da revista, geralmente da reportagem de capa. Aquilo que tradicionalmente se denomina "Editorial".
Caro professor	2000-2005	
Caro educador	2006 - 2008	
Sala dos professores	1999-2003/2006	Cartas enviadas pelos leitores sobre diversos temas, indo desde relatos individuais e elogios à revista até anúncios de professores a professores buscando troca de materiais e de conhecimentos.
Cartas/Quadro de avisos	2003 - 2007	
Caixa postal	2007 - 2008	
Depoimento ³⁴	1999	Relato individual de algo ligado à escola/educação.
Obrigado(a), professor(a)	1999	Homenagens de pessoas famosas e "anônimas" a seus professores, bem destaca alguns trechos de nomes importantes da cultura brasileira.
Aquele abraço	2003-2004	
Era uma vez	1999-2002/2006-2008	Publicação de contos infantis, quase sempre acompanhada de uma sugestão de aula.
Com certeza	1999	Respostas de especialistas para algumas questões enviadas pelos leitores.
Como e por quê?	2000-2001	
Na dúvida? Pergunte	2006	
Na dúvida?	2007 - 2008	
Mural	1999/2004-2006	Anúncios de materiais didáticos, eventos e cursos na área de educação e notícias curtas sobre acontecimentos ligados à escola/educação.
Fique sabendo	2000-2001	
Agenda	2004	
Cursos	2004	
Livros	1999/2006-2007	Resenhas, apresentações de lançamentos e recomendação de livros.
Estante	2000-2001/2006	
Livros & cia.	2002 - 2005	

³⁴ Em 2000 torna-se uma subseção de "Sala dos professores" e passa a se chamar "eu, professora". Este é um exemplo das idas e vindas de sub-seções, como fórum e agenda, entre outras, que se tornam seções e depois voltam a ser sub-seções ao longo da história da revista.

Nomes das seções e colunas	Ano	Descrição
Caderno de atividades	2000-2002	Não é especificamente uma coluna, mas sim uma seção que agrupa o conjunto de matérias não-fixas que estão voltadas diretamente para ações em sala de aula.
Sala de aula	2003 - 2005/2007-2008	
Reportagens	2007 - 2008	Grande seção voltada a matérias que não dizem respeito especificamente à sala de aula.
Fala, mestre!	2000-2003/2008	Entrevista com profissionais de várias áreas acerca de algum tema que se relaciona direta ou indiretamente com a educação.
Com a palavra	2003 - 2006	
Cresça e aconteça	2000-2002	Indica aos professores quais qualidades eles devem desenvolver para que aprendam a ensinar bem.
Ensinar bem é...	2003 - 2004	
Navegar é preciso	2000-2001	Focaliza a informática e as questões educacionais que seu uso levanta.
Ela(e) faz diferença	2000-2001	Destaque da revista ao professor vencedor do "Prêmio Victor Civita Professor Nota 10".
Professor nota 10	2002	
Fórum	2002 - 2004	A revista destaca algum assunto e pede que seus leitores se manifestem a respeito.
Espaço do leitor	2007	
On-line	2003 - 04/2007-2008	São divulgadas neste espaço enquetes realizadas no site da revista. Em 2006 incorpora chamadas para conteúdos exclusivos no site da revista.
Nova Escola on-line	2006	
www.novaescola.org.br	2007	
Você, professor	2003 - 2005	Grande seção que abarca matérias relacionadas ao professor em si, como saúde das cordas vocais e técnicas de relaxamento, por exemplo.
Seu aluno	2003 - 2004	Grande seção que abarca matérias relacionadas mais diretamente ao corpo discente, como o caso de alunos que estudam a noite e tem de enfrentar o sono, por exemplo.
Em dia	2003 - 2004/2007-2008	Seção voltada para abordar temas atuais.
Fique por dentro	2006	
Grandes pensadores	2003 - 2006	Coluna dedicada a tratar da história e da teoria de nomes famosos ligados direta ou indiretamente à educação.
Pensadores	2008	
Educar é	2005	Pequenos trechos ou frases que resumem o que significa ensinar. Numa linha próxima à seção "Aquele abraço".

Nomes das seções e colunas	Ano	Descrição
Pense nisso	2006 - 2008	Coluna fixa escrita por Luis Carlos de Menezes abordando aleatoriamente temas ligados à educação.
Visita	2006	Indicações de lugares que a escola pode visitar para algum tipo de aprendizado.
Faça você mesmo	2005-2006	Explicação de produtos como um jogo de tabuleiro que o professor pode fazer em casa e/ou ensinar aos alunos sem recorrer a um especialista.
Leitura	2006-2007	Publicação de pequenos contos, assim como a sessão "Era uma vez", mas esta é voltado aos professores.
Educação infantil	2006 - 2007	Grande seção com reportagens específicas sobre educação infantil.
Retrato	2008	A partir de uma foto que ilustra algum acontecimento, a revista publica uma matéria curta.

QUADRO 2: Relação das matérias selecionadas para análise e breves descrições das mesmas.

Número - Mês - Ano	Seção	Nome da matéria	Tema da matéria
126 - Out. - 1999	Parâmetros culares Nacionais: fáceis de enten- der ³⁵	O conhecimento do próprio corpo e de seus limites ajuda na forma- ção do aluno	Vários temas abordados em pequenas tiras e passagens. São eles: reorientação teórica da educação física escolar, eixos de conteúdos dos PCN, descrição de aulas que deram certo, os temas transversais dos PCN, inclusão de alunos portadores de deficiência, prevalência do futebol nas aulas de educação física e interpretação da mídia.
129 - Jan./Fev. - 2000 ³⁶	-	Ideais esportivos ou disputa polí- tica?	Trata resumidamente da história das Olimpíadas articulando com as ques- tões políticas que ela suscita.
132 - Mai. - 2000	Caderno de ativi- dades	Exercícios ecológicos	Relato de experiência de um professor que fez de sua aula, junto dos alu- nos, um mutirão de faxina da quadra.
134 - Ago. - 2000	Capa	Renovação nas quadras	Matéria que versa sobre a reorientação teórica da educação física dando alguns exemplos dos efeitos práticos de tal reorientação.
137 - Nov. - 2000	Caderno de ativi- dades	Do tempo da carochinha	Matéria sobre a importância de se resgatar as antigas brincadeiras de rua que perderam espaço com o crescimento das cidades.
140 - Mar. - 2001	Eles fazem dife- rença	Nada é impossível	Relato de um professor que assume aulas de educação física numa escola localizada na periferia de Cubatão.
142 - Mai. - 2001	Caderno de ativi- dades	Jogos para melhorar a atenção	Matéria sobre a utilização das aulas de educação física associadas às de reforço escolar com o intuito de melhorar a atenção dos alunos.

³⁵ Foram publicada uma série de reportagens que exemplificavam maneiras de se utilizar os PCN na elaboração e execução de aulas de todas as matérias.

³⁶ Este é um número da revista atípico. Por ser a primeira publicação do ano está toda estruturada sobre um planejamento anual divididos pelos doze meses do ano com suges-
tões para diversas disciplinas ligadas aos acontecimentos de cada mês.

Número - Mês - Ano	Seção	Nome da matéria	Tema da matéria
145 - Set. - 2001	Aula do pôster ³⁷	Para o corpo e a mente	Utilização de um pôster fornecido pela revista para promover atividade física e combate ao sedentarismo.
148 - Dez. - 2001	Caderno de planejamento	Muito jogo... de cintura	Trata da flexibilidade que o planejamento do professor de educação física deve ter, já que ele tem de lidar com fatores imprevisíveis como condição climática e falta de material.
152 - Mai. - 2002	Caderno de atividades	Exercício físico para escrever bem	Descrição de atividades físicas realizadas nas aulas de educação física que contribuem para a escrita.
155 - Set. - 2002	Caderno de atividades	Luta, sinônimo de paz	Descreve uma espécie de roteiro para quem quer trabalhar as lutas marciais como conteúdo da educação física escolar.
162 - Mai. - 2003	Sala de aula	Como avaliar na educação física	Versa sobre a avaliação do aprendizado em educação física.
167 - Nov. - 2003	Sala de aula	Professor, será que eu ainda vou crescer?	Instruções sobre como utilizar o pôster trazido pela revista para tratar da questão do crescimento do corpo durante a puberdade.
169 - Jan./Fev. - 2004	Sala de aula	Segurança e cidadania em duas rodas	Relato de um projeto sobre passeio de bicicleta em Itajubá - MG.
174 - Ago. - 2004	Capa	Em busca do corpo perfeito	Descrição da trajetória dos jogos olímpicos como a busca da perfeição corporal humana.
	Sala de aula	Todo mundo é bonito	Descrição de uma projeto desenvolvido nas aulas de educação física visando desconstruir os estereótipos de beleza expostos na mídia.
179 - Jan./Fev. - 2005	Especial - Projetos nota 10 ³⁸	Educação física vai além dos esportes	Exemplo de aula com alunos do ensino noturno, quase impossibilitados de participarem das aulas práticas por trabalharem durante o dia e chegarem cansados à escola.

³⁷ Seção especial dedicada aos pôsteres que eventualmente a revista produz. Cada pôster aborda um tema e a revista em que é publicada sugere maneiras de se utilizar o material durante as aulas de determinada matéria.

³⁸ Seção especial dedicada aos projetos selecionados no concurso "Prêmio Victor Civita Educador Nota 10" promovido pela revista desde 1998.

Número - Mês - Ano	Seção	Nome da matéria	Tema da matéria
181 - Abr. - 2005	Sala de aula	Educação física: cinco sugestões para a garotada aprender e se divertir	Cinco propostas de atividades que podem ser aplicadas por professores que não são formados em educação física para alunos de 1ª a 4ª série, já que neste período escolar nem sempre os primeiros professores estão disponíveis.
190 - Mar. - 2006	Especial - Projetos nota 10	Soltar pipa dá aula de educação física, geografia, ciências e cidadania	Sobre as aulas de uma professora que escolhe a pipa como tema de aula.
191 - Abr. - 2006	Educação física ³⁹	Como na olimpíada	A ginástica artística é levada das olimpíadas para o ambiente escolar.
192 - Mai. - 2006	Educação física	Cooperação e respeito às diferenças falam mais alto quando o assunto é futebol	Aborda o futebol enquanto conteúdo escolar sob a perspectiva principal de desconstruir mitos e trabalhar com a cooperação.
194 - Ago. - 2006	Reportagens	Esta aula é o máximo!	Trata do sucesso dos esportes de aventura e narra experiências de como eles podem ser trabalhados em aulas de educação física.
200 - Mar. - 2007	Reportagens	Jajeroky jevy javya jova haguã	Projeto de um professor de educação física numa escola indígena que busca manter viva a tradição de danças indígenas daquele povo (Professor premiado pela revista no ano anterior).
202 - Mai. - 2007	Reportagens	Atletismo em três modalidades	Aulas de educação física que tratam do atletismo em três diferentes modalidades.
208 - Dez. - 2007	Sala de aula	O valor da boa ginástica	Matéria que orienta a retomada da ginástica enquanto conteúdo da educação física escolar.
210 - Mar. - 2008	Capa	Craques na raquete	Brevíssima introdução sobre a alta performance esportiva da China no tênis de mesa acompanhada de uma sugestão de aula.

³⁹ Até a edição de junho/julho de 2006 as reportagens específicas de cada matéria foram publicadas em seções com seus nomes. A partir de agosto de 2006 foram incluídas na seção “Reportagens” e os nomes das disciplinas eram as sub-seções.

Número - Mês - Ano	Seção	Nome da matéria	Tema da matéria
211 - Abr. - 2008	Sala de aula	Muito mais que futebol	O mesmo professor que apresentou a proposta da reportagem analisada no número 202 da revista, aborda agora jogos de rebatida como o taco, <i>softbol</i> e beisebol.
213 - Jun./Jul. - 2008	Capa	Ação refletida	Trata de uma proposta de educação física escolar que situe culturalmente suas práticas e propõe uma sequência didática sobre futebol para todos.
215 - Set. - 2008	Reportagens	Novo status para a expressão corporal	Reportagem menos voltada à prática imediata já que não traz nenhum plano de aula como proposta. Tematiza o desenvolvimento da educação física que hoje deve ser mais que a prática de esportes, valorizando novas culturas e a inclusão.
217 - Nov. - 2008	Sala de aula	Salto para aprender	Descrição de uma aula sobre pular corda.

QUADRO 3: Relação das matérias que compõem cada uma das categorias criadas.

Categorias	Matérias enquadradas (número)
Uma nova educação física, um novo corpo para ela?	126, 132, 134, 137, 142, 145, 155, 162, 167, 169, 174(2) ⁴⁰ , 181, 194, 200, 202, 211, 213, 215.
O peso dos PCN: o corpo cidadão	126, 132, 134, 140, 145, 148, 155, 162, 179, 181, 190, 194, 202, 211, 217.
O corpo cooperativo	126, 134, 148, 174(2), 181, 192, 202, 211, 215.
O corpo ginástico	129, 134, 191, 208.
O corpo olímpico	126, 129, 174(1), 210.
O corpo na mídia	126, 129, 174(2), 210.

⁴⁰ No número 174 da revista estudamos duas reportagens, portanto o número 1 entre parênteses indica que nos reportamos à primeira reportagem impressa na revista (“Em busca do corpo perfeito”) e o número 2 à segunda reportagem (“Todo mundo é bonito”).

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)